

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR
SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO - PPGSeD**

MARIANA MALAMIN DO NASCIMENTO

**ANÁLISE DA INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS URBANOS DE
LAZER DA PEQUENA CIDADE DE ENGENHEIRO BELTRÃO-PR**

**CAMPO MOURÃO - PR
2025**

MARIANA MALAMIN DO NASCIMENTO

**ANÁLISE DA INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS URBANOS DE
LAZER DA PEQUENA CIDADE DE ENGENHEIRO BELTRÃO-PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Sociedade e Desenvolvimento.

Linha de Pesquisa: Formação humana, políticas públicas e produção do espaço

Orientador: Prof. Dr. Marcos Clair Bovo

**CAMPO MOURÃO - PR
2025**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e
Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP
e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

NASCIMENTO, Mariana Malamin do
Análise da infraestrutura e equipamentos urbanos
de lazer da pequena cidade de Engenheiro Beltrão-PR
/ Mariana Malamin do NASCIMENTO. -- Campo Mourão-
PR, 2025.
167 f.

Orientador: Marcos Clair BOVO.
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação
Mestrado Acadêmico Interdisciplinar: "Sociedade e
Desenvolvimento") -- Universidade Estadual do
Paraná, 2025.

1. Infraestrutura urbana. 2. Pequena cidade. 3.
Engenheiro Beltrão. 4. Interdisciplinaridade. I -
BOVO, Marcos Clair (orient). II - Título.

MARIANA MALAMIN DO NASCIMENTO

**ANÁLISE DA INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS URBANOS DE
LAZER DA PEQUENA CIDADE DE ENGENHEIRO BELTRÃO-PR**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcos Clair Bovo (Orientador) - Unespar, Campo Mourão

Profª Dra. Ana Paula Colavite - Unespar, Campo Mourão

Prof. Dr. Tarcísio Dorn de Oliveira - UNIJUÍ, Ijuí



Documento assinado digitalmente
TARCISIO DORN DE OLIVEIRA
Data: 18/02/2025 10:17:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Data de Aprovação

17/02/2025

Campo Mourão - PR

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa a minha mãe, Maria Teresa, por todo amor, carinho, suporte e dedicação em todos esses anos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo Dom da Vida, por tantas bênçãos recebidas e por ter me dado forças para conceder essa enorme conquista.

Aos meus pais, Valdir e Maria Teresa, pelo grande apoio e incentivo em todos os momentos da minha vida e, também, ao meu irmão Marco Antonio e, minha cunhada Betina, pelo companheirismo e parceria.

Às minhas gatinhas de estimação em especial a Mel, que sempre esteve comigo em todos os momentos, enquanto eu elaborava esta dissertação e, que mesmo por meio do seu silêncio conseguia me transmitir seu sentimento de afeto, carinho e paz.

Ao meu orientador e amigo o Prof^a. Dr^a. Marcos Clair Bovo, pela paciência, sabedoria dedicação e colaboração.

Ao Professor Dr. Edson Noriyuki Yokoo da Unespar *Campus* de Campo Mourão, por me fornecer diversos arquivos e livros antigos que complementaram minha pesquisa.

Ao Sr. Euton Linhares (ex-vereador de Engenheiro Beltrão) e ao Sr. José dos Santos (ex-presidente do Rotary de Engenheiro Beltrão) que me ajudaram nas buscas de imagens, informações e fotografias históricas do município.

Ao setor de Engenharia da Prefeitura Municipal, por me ceder os mapas atualizados e ainda por permitir o meu acesso em seus arquivos, registros e documentos antigos.

Aos moradores de Engenheiro Beltrão que participaram do meu questionário sobre a situação atual da infraestrutura em relação ao lazer do município.

Enfim, a todos os meus colegas de classe e professores, que de uma forma ou de outra me ajudaram e me incentivaram nessa jornada, o meu muito obrigada!

The race is long and, in the end, it's only whith
yourself (Baz Luhrmann).

NASCIMENTO, Mariana Malamin Do. **Análise da infraestrutura e equipamentos urbanos de lazer da pequena cidade de Engenheiro Beltrão-PR.** 167f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, Universidade Estadual do Paraná, *Campus* de Campo Mourão, Campo Mourão, 2025.

RESUMO

O crescimento acelerado e desordenado das cidades fez com que diversos problemas em relação à infraestrutura urbana surgissem, prejudicando a qualidade de vida das pessoas. Por essa razão, houve a necessidade de se criar novas estratégias, pensando em um desenvolvimento mais sustentável, abrangendo tanto os aspectos sociais e ambientais quanto econômicos, por meio dos planos de reestruturação. Diante disso, a pesquisa objetiva analisar a infraestrutura e equipamentos urbanos de lazer da pequena cidade de Engenheiro Beltrão-PR para o uso da população”. Assim, a pesquisa encontra-se vinculada a área de concentração sociedade e desenvolvimento do programa de pós-graduação com linha de pesquisa formação humana, políticas públicas e produção do espaço. O aporte metodológico é constituído de pesquisa interdisciplinar de caráter exploratório com abordagem de natureza quali-quantitativa, seguida por pesquisa bibliográfica (artigos, teses e dissertações), documental (livros e jornais e fotografias antigas) e de campo por meio da aplicação de um questionário de forma aleatória aos moradores de Engenheiro Beltrão sobre a qualidade dos equipamentos e infraestrutura dos espaços públicos destinados ao lazer. Dentre os resultados obtidos, observamos que o município de Engenheiro Beltrão possui duas praças centrais em bom estado de conservação com infraestrutura e equipamentos adequados aos usuários, de diferentes faixas etárias atendendo de forma adequada as características de um bom espaço público, porém é necessário investimentos de segurança como a instalação de câmeras e a contratação de vigias noturnos, no entanto, o parque do lago apresenta vários problemas relacionados a infraestrutura e equipamentos, e se encontra hoje inapropriado para uso e visitação por parte da população. Diante disso, o parque necessita de um processo de revitalização com investimentos por parte do poder público municipal, para atender os seus usuários de forma adequada.

Palavras-chave: Infraestrutura urbana, Pequena cidade, Engenheiro Beltrão, Interdisciplinaridade.

NASCIMENTO, Mariana Malamin Do. **Analyzing the urban infrastructure and leisure equipment in a small town called Engenheiro Beltrão, Paraná State.** 167p. [Master's Thesis – Interdisciplinary Program in Society and Development, Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão *Campus*]. Campo Mourão, 2025.

ABSTRACT

The rapid growth in urbanization led to the emergence of problems related to the urban infrastructure, which harmed people's quality of life. That is the reason why there was a need to create new strategies, aiming for a more sustainable development and covering many aspects, such as social, environmental and economic, that were included in the restructuring plans. That being said, this paper aims to analyze the urban infrastructure and leisure equipment available for public use in a small town called Engenheiro Beltrão, Paraná state. That means this research is supported by the Society and Development area of concentration from a postgraduate program, in the following line of research: human formation, public policies and space production. The methodological approach consists of interdisciplinary exploratory research of quali-quantitative nature, followed by a literature review (articles, theses and dissertations), documentary research (books, newspaper and old photographs), and field research based on a questionnaire that was randomly applied to people who live in Engenheiro Beltrão about the quality of equipment and infrastructure when it comes to public spaces dedicated to leisure. Among the results, it was observed that Engenheiro Beltrão has two central squares in good condition. The infrastructure and equipment available there are suitable for people of different age groups, which is a positive characteristic of these public spaces. However, they still need more security investment, such as security cameras and night watchmen, however, the lake park presents several problems related to infrastructure and equipment, and is currently inappropriate for use and visitation by the population. Therefore, the park needs a revitalization process with investments from the municipal government to serve its users adequately.

Keywords: Urban infrastructure, Small town, Engenheiro Beltrão, Interdisciplinarity.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1: Malha urbana de Engenheiro Beltrão-PR.....	29
Figura 2: Complementariedade das abordagens quali-quantitativas.....	31
Figura 3: Fluxograma metodológico da pesquisa	32
Figura 4: Localização, limites e confrontações do município de Engenheiro Beltrão.....	70
Figura 5: Estrada que liga Campo Mourão à Engenheiro Beltrão, em 1948	72
Figura 6: Balsa de travessia entre Maringá e Campo Mourão, em 1948	73
Figura 7: Choupanas da Vila Marimpá	74
Figura 8: Primeira ponte construída entre Engenheiro Beltrão e Floresta, na década de 1950	75
Figura 9: Ponte do Rio Ivaí construída em concreto armado, na década de 1950	75
Figura 10: Bar Paulista, em 1951	76
Figura 11: Primeiro Club Social, da década de 1950	76
Figura 12: Primeiro cinema, da década de 1950	77
Figura 13: Primeira Igreja Matriz construída em 1955.....	77
Figura 14: Rodoviária e a construção da nova sede da Igreja Matriz	78
Figura 15: Brasão de armas do município.....	79
Figura 16: Primeira sede da Prefeitura Municipal	79
Figura 17: Festa de aniversário do município, em 1968	80
Figura 18: Inauguração do Estádio Municipal	81
Figura 19: Comércio da década de 1960	82
Figura 20: Comércio da década de 1960	82
Figura 21: Nova sede da Prefeitura Municipal.....	83
Figura 22: Comércio – Casas Nossa Senhora Aparecida, em 1971	84
Figura 23: Agência do Banco do Brasil	84
Figura 24: Cerealistas do período do café.....	85
Figura 25: Início da construção da APAE e da Casa da Amizade, em 1979	87
Figura 26: Entrada do município, em 1982.....	88
Figura 27: Cruzamento das Avenidas Sete de Setembro e Brasil, em 1987	89
Figura 28: Rua General Osório, em 1987	89
Figura 29: Praça das Mães, em 1988	90
Figura 30: Vista aérea do município, em 1989	91

Figura 31: Gruta Nossa Senhora da Rosa Mística, em 1994.....	94
Figura 32: Vista aérea parcial do centro da cidade, em 1994	94
Figura 33: Casa da Cultura, em 1999	96
Figura 34: Pedra fundamental da Academia da Terceira Idade, em 2008	99
Figura 35: Loteamento Residencial Victória	101
Figura 36: Mapa de Engenheiro Beltrão, antes da implementação dos novos loteamentos .	102
Figura 37: Mapa de Engenheiro Beltrão, antes da implementação dos novos loteamentos .	103
Figura 38: Pedra fundamental da Praça Dr. Francisco Beltrão	104
Figura 39: Pedra fundamental do Museu Histórico Municipal	105
Figura 40: Pedra fundamental do parque do lago	106
Figura 41: Fachada do Fórum da Comarca de Engenheiro Beltrão	107
Figura 42: Nova ponte do Rio Ivaí, entre Engenheiro Beltrão e Floresta.....	108
Figura 43: Unidade Básica de Saúde, inaugurada em maio de 2020	109
Figura 44: Prédio do CRAS, inaugurado em julho de 2020.....	109
Figura 45: Avenida Zacarias de Góis	110
Figura 46: Parte interna do ginásio de esportes.....	111
Figura 47: Terminal rodoviário de Engenheiro Beltrão	111
Figura 48: Estádio municipal revitalizado	112
Figura 49: Sede da Secretaria da Educação	112
Figura 50: Hospital Santa Casa	113
Figura 51: Salão da terceira idade	113
Figura 52: Destacamento da Polícia Militar.....	114
Figura 53: Paço municipal.....	114
Figura 54: Novos pontos de ônibus.....	115
Figura 55: Prédio antigo da capela mortuária, antes da demolição.....	115
Figura 56: Prédio provisório da capela mortuária.....	116
Figura 57: Centro da cidade, em 2024	116
Figura 58: Evolução populacional rural e urbana de Engenheiro Beltrão (1970 a 2010).....	117
Figura 59: Praça Aldevino Santiago.....	119
Figura 60: Praça Dr. Francisco Beltrão	120
Figura 61: Praça das Mães	120
Figura 62: Calçadão	121
Figura 63: Parque do lago	121
Figura 64: Gruta e Museu Histórico.....	122

Figura 65: Trechos da Avenida Sete de Setembro	123
Figura 66: Portal de acesso ao município e entrada da Avenida Sete de Setembro.....	123
Figura 67: Trechos da Avenida Brasil.....	124
Figura 68: Trecho das Avenidas: Vicente Machado e Ivaí	124
Figura 69: Trecho das ruas principais	125
Figura 70: Linha do Tempo.....	126
Figura 71: Mapa de Localização das praças e do parque do lago	128
Figura 72: Praça Aldevino Santiago.....	128
Figura 73: Praça Dr. Francisco Beltrão	128
Figura 74: Entrada do Parque do Lago	129
Figura 75: Praça Aldevino Santiago.....	133
Figura 76: Praça Dr. Francisco Beltrão	133
Figura 77: Parque do lago	135
Figura 78: Parque do lago	135
Figura 79: Chafariz desativado	141
Figura 80: Espaço para recarregar a bateria do celular	142
Figura 81: Passarela que atravessa o lago	143
Figura 82: Parque do Lago, com visão aérea	144
Figura 83: Interior da Gruta Nossa Senhora da Rosa Mística.....	145

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Diferença populacional entre 2010 e 2022 no Estado do Paraná.....	57
Gráfico 2: Gênero dos participantes	130
Gráfico 3: Faixa etária dos participantes	130
Gráfico 4: Avaliação da infraestrutura das praças centrais perante por parte dos moradores	132
Gráfico 5: Avaliação da infraestrutura do parque do lago por parte dos moradores.....	134
Gráfico 6: Frequência em que os moradores da cidade visitam as áreas lazer.....	136
Gráfico 7: Por que os moradores frequentam esses lugares?	137
Gráfico 8: Como a prefeitura municipal pode melhorar o lazer desses locais?	138

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1: Classificação dos municípios segundo total de habitantes do Brasil	55
Tabela 2: Classificação dos municípios segundo total de habitantes do estado do Paraná.....	56
Tabela 3: Comparação dos dados do IBGE 2010 e 2022 do estado do Paraná.....	56
Tabela 4: Gênero x Faixa etária dos participantes.....	131

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1: Tipos de atividades que os moradores gostariam de ter nas praças centrais e/ou no parque do lago	138
---	-----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 QUESTÕES EPISTEMOLÓGICAS E METODOLÓGICAS DA PESQUISA	19
2.1 A pesquisa interdisciplinar: diferentes olhares	19
2.2 A pesquisa em pequenas cidades: apontamentos metodológicos	28
3 O ESPAÇO PÚBLICO, A PEQUENA CIDADE E A INFRAESTRUTURA URBANA	36
3.1 O espaço público: abordagens conceituais	36
3.2 A pequena cidade: abordagens conceituais	46
3.3 A infraestrutura urbana: abordagens conceituais	58
4 CONTEXTO HISTÓRICO-GEOGRÁFICO DA PEQUENA CIDADE DE ENGENHEIRO BELTRÃO	69
4.1 Engenheiro Beltrão de 1930 a 1969	71
4.2 Engenheiro Beltrão de 1970 a 1989	82
4.3 Engenheiro Beltrão de 1990 a 2009	91
4.4 Engenheiro Beltrão de 2010 a 2024	101
5 ANÁLISE DA INFRAESTRUTURA URBANA DE ENGENHEIRO BELTRÃO ...	128
5.1 O que pensam os participantes da pesquisa em relação aos equipamentos infraestruturais das praças centrais e do parque do lago de Engenheiro Beltrão	131
5.2 Proposições referentes à infraestrutura urbana: um olhar da pesquisadora	139
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
REFERÊNCIAS	152
APÊNDICES	166

1 INTRODUÇÃO

Muitas cidades brasileiras e até mesmo de outros países vêm passando por inúmeras transformações ao longo dos anos em função do seu crescimento acelerado e desordenado, por meio do movimento migratório. Por essa razão, surgiram diversos problemas nos espaços urbanos em relação à infraestrutura, prejudicando assim, parte do espaço físico dessas cidades e principalmente a qualidade de vida de seus habitantes. Dessa forma, houve a necessidade da elaboração de um planejamento sistematizado por meio dos planos de reestruturação dentro desses municípios, pois segundo Gehl (2015, p. 6), “tanto as cidades existentes como as novas terão que fazer mudanças cruciais em relação aos pressupostos para o planejamento e suas prioridades. Deve destacar, como objetivo-chave para o futuro, um maior foco sobre as necessidades das pessoas que utilizam as cidades”.

No entanto, parte dos estudos realizados sobre esses planejamentos tem ocorrido nos grandes e médios centros urbanos, deixando as pequenas cidades (até 20 mil habitantes) do interior abandonadas e esquecidas. Porém, esses pequenos núcleos exerceram um papel importante, diferenciado e fundamental em todo território nacional.

Todavia, foi só no início dos anos 1990, que diversos pesquisadores brasileiros passaram a redescobrir as pequenas cidades (até então pouco privilegiadas) enquanto urbanização, além da sua importante representatividade no âmbito social, econômico e cultural. Dessa forma, houve a retomada nas discussões, reflexões e estudos sobre esses pequenos núcleos, devido a necessidade da inserção de novas pesquisas geográficas em cidades que não fazem parte das áreas metropolitanas, mas que de fato possuem um caminho prolífero e uma intensificação produtiva em todo o território (Fresca, 2009).

E, para complementar esta pesquisa, foi possível fazer uma contextualização que é de extrema importância sobre o espaço público urbano, por ser um tema amplo e de complexidade que consegue dialogar com diferentes áreas do conhecimento, sem perder a sua essência e característica dentro dos estudos e pesquisas geográficas. Sem essa interpelação, não havia como definir o que são as pequenas cidades e tão pouco como elas estão distribuídas dentro do território brasileiro.

Além do mais, são nesses espaços que boa parte da infraestrutura urbana de uma cidade está concentrada e ainda é onde são realizadas diversas atividades socioeconômicas, a fim de garantir o bem-estar e qualidade de vida para a população, pois segundo Gehl (2015, p. 91) “sentir-se seguro é crucial para que as pessoas abracem o espaço público. Em geral, a vida e as

próprias pessoas tornam a cidade mais convidativa e segura, seja em termos de segurança percebida ou vivenciada”.

Para Endlich (2011), as pequenas cidades estão constantemente relacionadas a esses espaços seguros, tranquilos, sociáveis e acolhedores. No entanto, além do destaque de suas características positivas, ao estudá-las é necessário que se atente às contradições sociais, econômicas e ambientais que as cercam.

Diante disso, a infraestrutura urbana, na qual se pode dizer que é base de uma cidade, por contemplar diversos serviços e equipamentos que são de suma importância para o bem-estar e qualidade de vida da população. Podendo ser dividida em: os equipamentos públicos urbanos, que são o abastecimento de água potável, fornecimento de energia elétrica, galerias de águas pluviais, rede coletora de esgoto sanitário, dentre outras; e os equipamentos públicos comunitários, que são os espaços e prédios públicos destinados aos serviços de saúde, educação, lazer, esportes, dentre outros.

No entanto, para esta pesquisa, foram analisados os equipamentos públicos comunitários destinados ao lazer do município, bem como as praças (Aldevino Santiago e Dr. Francisco Beltrão), ambas localizadas no centro da cidade entre as principais avenidas: Sete de Setembro e Brasil, e também o parque do lago, localizado longe da área central, do barulho e da agitação.

Diante disso, a presente dissertação tem como objeto de investigação a infraestrutura urbana da pequena cidade de Engenheiro Beltrão-PR, localizada na Mesorregião Centro-ocidental Paranaense, da Microrregião de Campo Mourão, a 456,91 km da capital Curitiba. Além disso, possui área territorial de 467,470 km², distribuída em 6 distritos administrativos: (Engenheiro Beltrão, Figueira do Oeste, Ivaílandia, Sertãozinho, Sussuí e Triângulo), cuja emancipação ocorreu no dia 26 de novembro de 1954, por meio do desmembramento do município de Peabiru-PR. E suas coordenadas geográficas são: latitude: 23 ° 48 ' 04 " S e longitude: 52 ° 15 ' 36 " W, com altitude de 486 metros (IBGE, 2022).

O IDH atual do município de Engenheiro Beltrão é de 0,730 e sua população é de 12.454 habitantes, 1.452 a menos que o Censo do IBGE aplicado em 2010, ocupando assim, o 8º lugar na região da COMCAM (Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão). O aludido município limita-se com os seguintes municípios: Terra Boa, Ivatuba, Floresta, Itambé, Quinta do Sol e Peabiru. E mesmo apresentando um decréscimo populacional possui economia estável devido à agricultura (produção de soja e milho as principais) e a pecuária (criação de galináceos nos aviários), ambas são responsáveis por grande parte da sua renda (IBGE, 2022).

Dessa forma, faz-se necessário salientar alguns questionamentos sobre a cidade de Engenheiro Beltrão: a) quais são os espaços destinados ao lazer para os moradores de Engenheiro Beltrão? b) os equipamentos que compõem a infraestrutura e equipamentos urbanos dos espaços destinados ao lazer da cidade estão em bom estado de conservação e manutenção e atendem os munícipes de forma adequada? c) o que os moradores da cidade gostariam que o poder público municipal melhorasse ou fornecesse nesses espaços?

A pesquisa é de relevância para a pesquisadora por ser uma profissional formada em Engenharia Civil e por ter um olhar mais criterioso em relação à infraestrutura urbana e aos espaços públicos existentes e, ainda, por residir e sentir-se pertencente a ela. Outros fatores instigantes para a realização da pesquisa são: a) a pesquisa faz parte da área de concentração Sociedade e Desenvolvimento do programa e tem foco de análise as políticas públicas e produção do espaço, dessa forma para se ter um avanço na ciência em relação ao desenvolvimento urbano, é preciso realizar também estudos que contemplem as pequenas cidades; b) a constatação de que há poucos estudos específicos sobre o planejamento das pequenas cidades do interior do Paraná; c) a necessidade de se compreender a realidade espacial em que se vive, e d) a falta de interesse do poder público nos investimentos em relação à infraestrutura urbana. Além do mais, os dados encontrados por meio dos resultados obtidos tendem a auxiliar o poder público municipal em melhorar o planejamento do espaço urbano, a fim de garantir uma boa qualidade de vida aos seus moradores.

E com intuito de responder todas as perguntas dessa problemática, a presente dissertação tem como objetivo geral: “analisar a infraestrutura e equipamentos urbanos de lazer da pequena cidade de Engenheiro Beltrão-PR, para o uso da população”.

Já os objetivos específicos tendem a: a) compreender as questões epistemológicas da pesquisa; b) analisar as abordagens teóricas e conceituais do espaço público, da pequena cidade e da infraestrutura urbana; c) compreender o contexto histórico-geográfico da pequena cidade de Engenheiro Beltrão; e d) diagnosticar e analisar os problemas relacionados à infraestrutura e equipamentos urbanos dos espaços públicos destinados ao lazer da cidade.

Com a finalidade de se obter resultados ainda mais satisfatórios devido à complexidade do objeto de estudo e por ser uma pesquisa interdisciplinar, envolverá diferentes áreas do conhecimento que serão utilizadas com o propósito de que haja interação entre as disciplinas, formando, assim, um diálogo entre elas. E esse trabalho de interação interdisciplinar a ser desenvolvido, além de permitir uma melhor compreensão do assunto a ser abordado, complementará os possíveis resultados alcançados, sendo elas: a Geografia, por fornecer diversas informações e análises sobre a produção do espaço urbano e no estudo das pequenas

cidades; as políticas públicas, para entender o funcionamento dos aspectos econômicos, sociais e ambientais da região a ser estudada, por meio de uma compatibilização em relação ao seu desenvolvimento atual e uma futura reestruturação do planejamento urbanístico; a arquitetura e urbanismo, por estarem relacionadas à concepção, planejamento e aproveitamento dos espaços urbanos; e a história, por estar relacionada com a origem e evoluções dos espaços urbanos, das cidades e dos equipamentos infraestruturais.

A metodologia utilizada nesta pesquisa é de natureza quali-quantitativa com caráter exploratório, oriundos da aplicação de questionário com parte da população de Engenheiro Beltrão-PR. Diante disso, a pesquisa precisou ser submetida à apreciação do Comitê de Ética, a qual foi aprovada no ano de 2023 com Certificado de Apresentação de Apreciação Ética: 73860423.3.0000.9247. Para tanto, espera-se que com os resultados, a realização do levantamento da infraestrutura urbana da cidade, visando contribuir e/ou auxiliar o poder público municipal no planejamento do espaço urbano e, ainda, indicar soluções de melhorias sustentáveis e tecnológicas para os problemas possivelmente encontrados, para melhorar a qualidade de vida dos moradores.

A presente dissertação parte de uma linha de pesquisa em formação humana, políticas públicas e produção do espaço, com área de concentração em sociedade e desenvolvimento, e para conseguir responder todos os objetivos previstos, a dissertação foi dividida em seis seções, sendo que a primeira se refere a introdução.

Na seção II, são abordadas as “Questões epistemológicas e metodológicas da pesquisa”, por meio de duas subseções: 2.1 “A pesquisa interdisciplinar: diferentes olhares”, na qual realizou-se uma interpelação sobre a interdisciplinaridade, bem como o seu surgimento e alguns conceitos pautados nos seguintes autores: Fazenda, Tavares e Godoy (2015), Fazenda (1991, 1994, 2002 e 2003), Santos e Hammerschmidt (2012), Bovo e Maciel (2020), Manoel, Silva e Oliveira (2017), Barros (2019), Pombo (2005), Waldman e Dalpian (2017), Hahn (2020), Japiassu (1976), Beline (2016), Trindade (2013), Moraes, Muniz e Poltroniere (2017), Philippi Jr., Fernandes e Pacheco (2017), Brugger (2006), Tavares (2008), Minayo (2010), Gusmão (2019), Oliveira e Amaral (2017), Sousa (2018), Morin (1996), Paul (2011) e Philippi Jr. e Fernandes (2021).

Enquanto que, na segunda subseção: 2.2 “A pesquisa em pequenas cidades: apontamentos metodológicos”, foi descrita toda a metodologia, que é composta por pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo, tendo por base os seguintes autores: Fresca (2009), Corrêa (2011), Fajersztajn (2012), Gonçalves (2020), Jacobs (2003), Maia e

Moura Filha (2020), Gil (2008), Pires (1997), Godoy (1995), Mussi et al (2019) e Oliveira (2011).

Na seção III, foi abordada: “O espaço público, a pequena cidade e a infraestrutura urbana, por meio de três subseções: 3.1 “O espaço público: abordagens conceituais”, por meio de contextos históricos dos espaços públicos, conceitos e como eles estão organizados, pelos autores: Franscison (2019), Gomes (2010), Franscison e Bovo (2020 e 2021), Indovina (2002), Narciso (2009), Acselrad (2013), Gomes (2016), Bovo e Martins (2016 e 2017), Souza (2009), Lamas (2017), Sobarzo (2006), Santos (2008), Corrêa (1995), Santos (2008), Bertuluci (2019), Carlos (2009 e 2020), Bortolo (2013), Código Civil Brasileiro (2008), Souza (2018), Alves (2023), IBGE (2022), Gusmão (2019) e Seixas e Bovo (2020).

Na segunda subseção, 3.2 “A pequena cidade: abordagens conceituais”, foram classificadas as pequenas cidades, enquanto o seu funcionamento, suas características em relação às condições de uso e ocupação do solo, o seu papel na escala local de desenvolvimento, além dos elementos que as compõem a partir de uma contribuição teórico-metodológica, por meio de diversos autores de diferentes áreas do conhecimento, sendo eles: Figueiredo (2008), Gusmão (2019), Endlich (2009), Fernandes (2018), França (2021), Cortese et al (2019), Manfio e Benaduce (2019), Bacelar (2008), Bernandelli (2004), Lefebvre (2001), Carlos (2009), Manfio (2015), Melo (2008), Sposito e Silva (2013), Fresca (2009), Corrêa (2011), IBGE (2010 e 2022), Silva e Bernandelli (2019) e Moura (2009).

Já na terceira subseção denominada: 3.3 “A infraestrutura urbana: abordagens conceituais”, foram apontados alguns elementos teóricos e conceituais sobre a infraestrutura urbana bem como suas divisões, além da função do estado sobre ela e a classificação e identificação dos principais equipamentos urbanos pautados nos seguintes autores : Coutinho (2011), Saldanha (2019), Rech, Gullo e Scur (2019), Zmitrowicz e Angeliz Neto (1997), IPEA (2010), Moraes, Goudard e Oliveira (2008), Mascaró (2016), Freire (2017), Vosgueritchian (2015), Braga (2006), Manfio (2015), Hüther (2006), Castilho (2009), Contran (2007), Kalil (2008), Moreira (2021), Michel (2012) e França (2021).

Na seção IV, foram percorridos sobre: “O contexto histórico-geográfico da pequena cidade de Engenheiro Beltrão”, por meio de quatro subseções, sendo elas: 4.1 “Engenheiro Beltrão de 1930 a 1969”, por meio da chegada dos primeiros habitantes, seu desbravamento, colonização e emancipação; 4.2 “Engenheiro Beltrão de 1970 a 1989”, por meio das mudanças e evoluções ocorridas dentro do espaço urbano da cidade, bem como as primeiras construções infraestruturais e equipamentos urbanos; 4.3 “Engenheiro Beltrão de 1990 a 2009”, criação das primeiras leis municipais e início da ampliação da malha urbana; e 4.4 “Engenheiro Beltrão de

2010 a 2024”, continuação da ampliação da malha urbana (não só na área urbana, mas também na área rural), além das inúmeras revitalizações ocorridas nos espaços públicos já existentes.

Todas as informações encontradas para a construção desta seção foram por meio de acervos da Prefeitura municipal registros (jornais impressos de época) e fotografias históricas, e ainda por meio de alguns autores, sendo eles: Carvalho (2004), Pereira et al (2019), Bovo, Santana e Oliveira (2016), Corneli, Angelis e Caxambú (2014), Soares (2023), Ferreira (1959), Ferreira (1996), Pereira (2017), Carvalho e Nodari (2007), Ferreira (2006), Martins (2020), Fiorentin (2019), Almeida (2021), Franco e Polon (2010), Lopes (2014), Decarli e Ferrareze Filho (2008), Gusmão e Bovo (2021), França (2021), Paixão e Aiala (2013), Saldanha (1983) e Ré (2017).

E ainda nesta seção, foi realizada uma comparação seguida de uma análise em relação ao número de habitantes atuais e da década de 1970 do município. Além disso, realizou-se também um estudo sobre a distribuição e funcionalidade (enquanto território) de seus espaços públicos urbanos, a fim de identificar os principais equipamentos infraestruturais urbanos existentes no município e como estão sendo utilizados e revitalizados.

Já a seção V, abordou-se a: “Análise da infraestrutura urbana de Engenheiro Beltrão” por meio de duas subseções: na primeira, 5.1 “O que pensam os participantes do questionário em relação aos equipamentos infraestruturais das praças centrais e do parque do lago de Engenheiro Beltrão”. Nesta subseção, são apresentadas as repostas de todos os questionários, por meio de gráficos, seguido de algumas imagens dos locais analisados. E na segunda, 5.2 “Proposições referentes à infraestrutura urbana: um olhar da pesquisadora”, na qual a pesquisadora realizou uma análise dos registros antigos e dos resultados encontrados por meio dos questionários e, ainda, por sua própria investigação *in loco*.

Finalmente, na seção VI, foram apresentadas as “Considerações finais”, considerações estas de suma importância que englobam uma análise geral de todas as seções desta pesquisa.

2 QUESTÕES EPISTEMOLÓGICAS E METODOLÓGICAS DA PESQUISA

Nesta seção, são apresentadas as questões epistemológicas e metodológicas da pesquisa. Para tanto, encontra-se dividida em duas subseções: na primeira, será realizada uma breve apresentação teórico-metodológica, por meio de uma contextualização sobre a interdisciplinaridade, a qual está pautada em diferentes olhares, devido à ampla complexidade do objeto de estudo.

Enquanto que a segunda subseção tem por objetivo apresentar o método a ser utilizado e suas abordagens, além do caminho metodológico a ser seguido, para se ter uma melhor investigação e compreensão do objeto de estudo por meio de uma reflexão sobre pequenas cidades, cuja composição se refere à: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo.

2.1 A pesquisa interdisciplinar: diferentes olhares

O saber interdisciplinar vem nos últimos anos se tornando um ramo de extrema importância, pois apresenta uma visão mais ampla das mais variadas áreas do conhecimento, de modo que uma passa a contribuir com a outra, formando, assim, um diálogo entre elas. Para isso, este trabalho de interação que é desenvolvido, além de permitir uma melhor compreensão do assunto abordado, resulta em uma complementação no processo de ensino, que o torna um incremento enriquecido de informações.

Além disso, a interdisciplinaridade segundo Fazenda, Tavares e Godoy (2015, p. 16) “busca recuperar o homem do seu pensar fragmentado, com abertura para dialética entre os infinitos mundos vividos. É uma atitude de ousadia e busca insistente do novo, do conhecimento e da humanização”. E ainda, segundo Fazenda (1991) a:

Dissertação de mestrado e tese de doutorado exigem do pesquisador um mergulho mais profundo em si mesmo. A imersão desses trabalhos numa teoria que de início se configurou como busca dos pressupostos, das idéias a respeito da interdisciplinaridade e em seguida, devido às repercussões dessas idéias, se configurou em termos de uma política educacional que enfrenta a questão em suas múltiplas contradições (Fazenda, 1991, p. 16).

E então, sabendo da necessidade dessa abordagem para se obter resultados ainda mais satisfatórios nesta pesquisa devido à complexidade do objeto de estudo por seguir uma linha

interdisciplinar, fez-se necessário uma breve interpelação sobre a interdisciplinaridade por diversos autores, bem como o seu surgimento, alguns conceitos e sua importância nos projetos de pesquisas, pois segundo Santos e Hammerschmidt (2012, p. 562) em suas análises sobre a complexidade de Edgar Morin “quando um pesquisador se lança na compreensão de determinado fenômeno, a semelhança de todos os seres humanos em qualquer situação, se envolve com todas as facetas que compõem sua condição humana: biológica, psíquica, social, afetiva e racional”.

Para tanto, de acordo com Bovo e Maciel (2020):

Explorar a interdisciplinaridade é, ao mesmo tempo, um grande desafio e uma prática animadora. As dificuldades em superar esquemas rígidos bem estabelecidos e gerar resultados produtivos parece compensada pela rica janela de possibilidades de análise, diálogo e estímulo ao conhecimento. A perspectiva de saberes mais inclusivos diante da complexidade dos fenômenos passados e atuais se revela, então, um aporte necessário tanto para pesquisas quanto para a ampliação da atuação acadêmica junto a sociedade (Bovo; Maciel, 2020, p. 6).

Além disso, o termo interdisciplinaridade pode ser caracterizado como uma intensa parceria, associação e reciprocidade, em diferentes campos e disciplinas, com objetivo de permitir uma reflexão grandiosa e aprofundada do ensino e do saber (Fazenda, 2002).

Pesquisadores e filósofos vêm, ao longo dos anos, tentando construir diversos conceitos sobre o conhecimento científico. E esses conceitos estão diretamente ligados com as necessidades de adaptações e sobrevivência em seus próprios meios, isto é, enquanto houver estudos e observações em relação à ciência, será mais fácil de entender a lógica de tudo. Além disso, o mundo vem passando por inúmeras transformações, e saber diferenciar essas mudanças em todas as investigações faz com que sejam criadas respostas mais concretas, satisfatórias e, sobretudo, verdadeiras (Manoel; Silva; Oliveira, 2017).

Por conseguinte, essas transformações em relação ao conhecimento iniciaram-se ainda no século XIX com a criação do “projeto de parcelarização dos saberes”, para isso a ciência precisou se dividir em duas partes: humanas e naturais, e dentro de cada uma delas, foram criadas novas áreas, com intuito de aprofundar os estudos em relação a cada campo do saber. E esse projeto foi bem visto na época e acabou se estendendo por toda a Europa e também no continente americano (Barros, 2019).

Foi então que, a partir do século XX, mais precisamente, após a Segunda Guerra Mundial que a ciência começou a perder o seu espaço e precisou se especializar. E com isso, veio a necessidade de se expandir, oferecendo uma abertura para outras disciplinas a fim de se

obter soluções práticas (seguindo uma competência política e econômica), porque até então, era um grupo fechado, na qual os cientistas ditavam as regras, elementos e/ou metodologias em suas pesquisas de estudos e ainda autenticavam os resultados obtidos, sem terem um parâmetro ou uma base concreta (Pombo, 2005). E com isso, ocasionou uma “[...] perda de protagonismo dos cientistas na condução do empreendimento científico e tecnológico, provavelmente inevitável em face do reconhecimento social do papel crítico da Ciência na formulação de soluções e problematizações para a condição humana [...]” (Waldman; Dalpian, 2017, p. 93).

E essa expansão se prosperou como um movimento que foi intitulado mais tarde de interdisciplinaridade e fez com que os profissionais e cientistas da época fossem provocados a se comunicarem uns com os outros, trocando informações e saberes nas mais diversas áreas do conhecimento, com intuito de “pensarem fora da caixa”, ou seja, pensarem fora de suas realidades, saírem de seus comodismos e ainda criarem novas perspectivas de estudos (Barros, 2019, p. 26).

Anos mais tarde, entre as décadas de 1950, 1960 e 1970, a interdisciplinaridade começou a ser caracterizada. E em forma de um debate mais formalizado, alguns autores renomados da época, como: Georges Gusdorf, Ludwig von Bertalanffy, Jean Piaget, Guy Michaud, Heinz Heckhausen, Marcel Boisot e Erich Jantsch, se reuniram, a fim de colaborar para construção de novos conceitos, conceitos estes utilizados até os dias de hoje (Hahn, 2020, p. 269).

Já no Brasil, os primeiros autores a se preocuparem com esse movimento e iniciarem pesquisas e estudos sobre o tema, foram: Hilton Japiassu e a Ivani Catarina Arantes Fazenda, com intuito de buscarem conceitos que pudessem colaborar com outros pesquisadores em relação aos novos conhecimentos, para que, assim, eles pudessem melhorar a qualidade dos resultados obtidos em suas investigações (Belini, 2016). Além disso, ao desvendar esse novo método que é a interdisciplinaridade, a cancerização do mundo moderno poderia então ser resolvida, como forma de um remédio, com o intuito de curar todas as patologias do saber e falta de conhecimento (Japiassu, 1976).

Esse movimento ocorrido no Brasil, segundo Fazenda (1994):

[...] poderia ser dividido em três décadas: 1970, 1980 e 1990. Se optarmos por um recorte epistemológico, diríamos, reduzida e simplificada, o seguinte: em 1970 partimos para uma construção epistemológica da interdisciplinaridade. Em 1980 partimos para a explicitação das contradições epistemológicas decorrentes dessa construção e em 1990 estamos tentando construir uma nova epistemologia, a própria da interdisciplinaridade (Fazenda, 1994, p. 17).

Logo, é nítido que todos os estudos já realizados ao longo desses anos sobre interdisciplinaridade se devem à história da ciência e da tecnologia por meio dos conhecimentos científicos. É preciso reconhecer que foi através dela que a humanidade foi se evoluindo, se renovando e produzindo novos projetos e estudos com o propósito de promover uma melhor compreensão de todos, nas mais variadas áreas da informação (Trindade, 2013).

No entanto, segundo Fazenda (2002), por se tratar de um neologismo, o termo interdisciplinaridade não possui um único e absoluto sentido, pois o seu papel nem sempre será constante e tão pouco poderá ser compreendido do mesmo modo. Porém, não significa que seja um campo com poucas e recentes indagações.

Quando Fazenda trata a interdisciplinaridade como neologismo, ela quer dizer que a mesma está aberta para as inovações e ascensões em todas as áreas do conhecimento, seja na criação de novas palavras e contextos, como também nas adaptações, formações ou derivações naquilo que já existe de fato. No entanto, a sua intenção tende a ser mal compreendida, talvez por não seguir um único sentido ou por possuir sempre novas reflexões.

Para Fazenda, Tavares e Godoy (2015, p. 17): “a pesquisa interdisciplinar é aquela que se preocupa em pesquisar o que está dentro do mundo do pesquisador; e ela só ocorre quando o pesquisador estiver preparado para abrir seus olhos internos e seus próprios atalhos para encontrar o que é necessário pesquisar”. Por isso, a maioria dos jovens pesquisadores acreditam que nos dias de hoje, quando se estuda o interdisciplinar, um grande desafio se abre pela frente em relação à ciência, devido à complexidade e a falta de compreensão sobre os assuntos atuais abordados e, por isso, não se pode mais negar a existência dos diálogos nos debates e reuniões propostos, principalmente no meio acadêmico (Hahn, 2020).

Seguindo esse mesmo contexto, é visto que o caminho a ser percorrido quando se fala em conhecimento ainda é longo e que muitos desafios serão encontrados nesse percurso dentro do meio acadêmico em relação às questões didáticas. Porém ainda há de se ter muitas outras descobertas, que só serão possíveis em razão de toda essa trajetória da história da ciência (Moraes; Muniz; Poltronieri, 2017).

Sendo assim, para dar início a esse longo percurso, nada mais justo do que inserir a interdisciplinaridade em todos as pesquisas de estudos, em especial às pesquisas dos acadêmicos, pois ela pode ser utilizada, segundo Barros (2019, p. 33) “para designar uma prática que pode se estabelecer no interior de certo campo do saber com vistas às possibilidades de incorporar metodologias ou aportes teóricos oriundos de outras disciplinas”. Porém, segundo Bovo e Maciel:

[...] o olhar interdisciplinar [...] se torna imprescindível na atividade científica e igualmente na construção de saberes. [...] Do mesmo modo não pretendemos tomar a interdisciplinaridade como um conceito determinante, solucionador de todos os problemas científicos existentes. Dessa forma, nosso foco vai de encontro a percepção da integração dos saberes como produto intrínseco ao desenvolvimento histórico e científico da sociedade contemporânea, buscando reforçar uma justificativa oriunda das próprias demandas e problemas que nos rodeiam cotidianamente (Bovo; Maciel, 2020, p. 6).

Dessa forma, pode-se dizer que a interdisciplinaridade representa a integração de duas ou mais áreas do conhecimento e funciona como uma espécie de ferramenta, cuja função é o enriquecimento de informações de qualquer que seja o assunto abordado, com intuito de compreender o objeto de estudo e não exatamente solucionar os problemas da sociedade. E ainda, ela faz um alerta para que se vivencie diferentes práticas inovadoras, com um olhar mais refinado, do próprio cotidiano.

Além disso, segundo Pombo (2005, p. 13), a interdisciplinaridade funciona como o “contrário da fórmula repetida segundo a qual a nossa liberdade começa quando termina a liberdade do outro, para arriscar fazer interdisciplinaridade é necessário perceber que a nossa liberdade só começa quando começa a liberdade do outro”. Ainda, segundo Philippi Jr, Fernandes e Pacheco (2017), ocorre como o oposto da disciplinaridade, pois tende a buscar uma convivência de diferentes disciplinas e pesquisadores (com múltiplas análises), a fim de construir um melhor entendimento e domínio de único objeto de estudo, desde que haja disposição e abandono da zona de conforto.

Para Burgger (2006), a expressão metafórica “o Vôo da Águia” ensina que não existem limites quando se tem determinação e desejo para atravessar as fronteiras disciplinares em relação a construção do conhecimento, é preciso se desprender do túnel em que se vive e olhar com mais leveza o objeto de estudo, para conseguir enxergar um mundo de uma forma mais sistêmica. Além disso, é possível dizer que o “Vôo da Águia” remete a uma sensação de liberdade, independência e inspiração. É como se alguém estivesse “sobrevoadando” ao redor desta pesquisa (com uma visão mais ampla) em busca de um novo sentido, de novos ares e de novas direções.

Por isso, para a realização de um projeto de pesquisa, segundo Fazenda, Tavares e Godoy (2015), é preciso seguir cinco dimensões importantes, são elas: a dimensão técnica, por meio de normas técnicas ou regras científicas; a dimensão ideológica, por meio da definição da pesquisa, a sua base teórica, além de como pesquisar; a dimensão científica, que ultrapassa o senso comum, através de um processo de classificação, com intuito unir o teórico e o empírico, permitindo, assim, a reconstrução do conhecimento; a dimensão psicológica, por meio da

escolha de um tema ou objeto de estudo que facilite o engajamento do pesquisador, a fim de trazer um crescimento emocional, social e psíquico; e a dimensão espiritual, por meio da ressignificação do pesquisador e o seu Outro, com o propósito de melhor entender a espiritualidade.

E por ser algo tão completo, segundo Fazenda (2003, p. 13) “é impossível a construção de uma única, absoluta e geral teoria da interdisciplinaridade, mas é necessária a busca ou o desvelamento do percurso teórico pessoal de cada pesquisador que se aventurou a tratar as questões desse tema”, Além disso, ela ainda permite que se abandone a racionalidade tradicional, em razão da abertura de outros níveis de comunicação, na qual todas as experiências são válidas e importantes, e nada é excluído dessa junção de saberes (Japissu, 1994).

Em uma forma mais simplificada e menos formal, a interdisciplinaridade pode ser definida e interpretada como um método de autonomia, de modo que o pesquisador tem a liberdade e capacidade para decidir aquilo que ele julga ser o melhor naquele momento, adentrando e se aventurando em outras áreas do conhecimento, a fim de se construir algo novo, por meio de novas experiências em outros campos do saber. É deixar a imaginação fluir e estar atento aos mínimos detalhes (por mais simples que sejam), seja por interesse, necessidade ou apenas curiosidade.

Diante disso, deve se levar em conta que “não é um caminho de homogeneidade, mas de heterogeneidade. Por isso, um dos principais pressupostos para se caminhar interdisciplinarmente é o diálogo. Este deve ser reflexivo, crítico, entusiástico, que respeita e transforma” (Tavares, 2008, p. 136). Além do mais, pode-se dizer que o interdisciplinar possui uma atitude ousada em relação às pesquisas de estudo, devido a sua forma de pensar ou de se construir algo e, ainda, faz parte de uma transformação da insegurança, transmutando na troca e no diálogo, com base no respeito e a aceitação para com o pensamento do outro, ou seja, a comunicação passa a existir deixando de lado todo domínio da subjetividade (Fazenda, 1991).

E mesmo não sendo o foco desta pesquisa, é preciso destacar outras três concepções atuais e vinculadas ao processo de ensino, que são: a transdisciplinaridade que “é a resultante da capacidade que nós temos de ultrapassar as fronteiras das disciplinas pelo investimento articulado e a contribuição das diferentes disciplinas em jogo, num processo de investigação que inclui articulação de teorias e conceitos, métodos e técnicas” (Minayo, 2010, p. 437), ou seja, é uma transgressão com intuito de se construir algo novo; a multidisciplinaridade que é a “justaposição de disciplinas diversas, desprovidas de relação aparente entre elas. Ex: música + matemática + história” (Fazenda, 2002, p. 27), ou seja, é quando disciplinas diferentes possuem o mesmo objeto de pesquisa, mas não dialogam entre si e cada uma oferece o que pode em um

determinado tema ou pesquisa.; e a pluridisciplinaridade, que é a “justaposição de diversas disciplinas situadas geralmente no mesmo nível hierárquico e agrupadas de modo a fazer aparecer as relações existentes entre elas” (Fazenda, 2002, p. 38), ou seja, cada disciplina possui seu espaço, mas que compartilham do mesmo objetivo, enquanto conhecimento e saber, em forma de cooperação.

E já a interdisciplinaridade, segundo Pombo (2005):

[...] se deixa pensar, não apenas na sua faceta cognitiva - sensibilidade à complexidade, capacidade para procurar mecanismos comuns, atenção a estruturas profundas que possam articular o que aparentemente não é articulável - mas também em termos de *atitude* - curiosidade, abertura de espírito, gosto pela colaboração, pela cooperação, pelo trabalho em comum. Sem interesse real por aquilo que o outro tem para dizer não se faz interdisciplinaridade (Pombo, 2005, p. 13).

Portanto, segundo Gusmão (2019) deve-se considerar que a interdisciplinaridade e a complexidade são primordiais para a construção e/ou produção de um conhecimento científico, pois os problemas enfrentados pela sociedade em pleno século XXI possuem resoluções complexas e dificilmente serão sanadas por apenas uma disciplina, “como o processo de urbanização, a conservação dos recursos naturais, ou o desenvolvimento e produção de energias renováveis” (Oliveira; Amaral, 2017, p. 231).

E ainda, segundo Minayo (2010, p. 442) “a perspectiva da complexidade ilumina para que enxerguemos interações, façamos que diferenças e oposições se comuniquem, e modifiquemos práticas antigas que só valorizam regularidades e homogeneidades”. Além do mais, para Oliveira e Amaral (2017), toda essa complexidade tende a desafiar o meio acadêmico e científico de tal forma que suas abordagens se envolvam em uma interação que extrapolem o campo do conhecimento que são provenientes de setores e áreas disciplinares, desencadeados por mudanças significativas na elaboração de novas pesquisas e formação de novos pesquisadores.

Além disso, segundo Santos e Hammerschmidt (2012), o pensamento quando é complexo:

[...] visa mover, conjugar, articular os diversos saberes compartimentados nos mais variados campos do conhecimento, sem perder a essência e a particularidade de cada fenômeno, religando matéria e espírito, natureza e cultura, sujeito e objeto, objetividade e subjetividade, arte, ciência, filosofia. Considera igualmente o pensamento racional-logico-científico e o mítico-simbólico-mágico. O pensamento complexo se estabelece como requisito para o exercício da interdisciplinaridade (Santos; Hammerschmidt, 2012, p. 564).

Por isso, “quanto mais fina é a análise, maior a complexidade que se abre à nossa frente” (Pombo, 2055, p. 10). No entanto, não quer dizer que a complexidade seja algo difícil de se resolver, porém é algo que não se pode esclarecer agora. É necessário se ter uma dificuldade para que a mesma seja estudada e explicada mais tarde, uma espécie de confusão naquilo que está sendo estudado, como se fosse conflito dentro dos pensamentos e nas imaginações. Por isso, quando se tem um pensamento complexo haverá sempre incertezas (Morin, 1996).

Para tanto, é possível dizer que o pensamento complexo é paradoxal, pois segundo Paul (2011, p. 237), “a dificuldade, a oposição, a contradição, a incerteza que, no final das contas, frequentemente se resolverá fazendo emergir um sentido ou que se absolverá num ponto obscuro introduzindo o desconhecido, o não sabido, a incerteza nas certezas e nas opiniões”. Por isso, as afirmações que parecem ser verdadeiras, são levadas muitas vezes pela incoerência, ou seja, se há um raciocínio falso sobre um determinado assunto, os resultados estarão sempre incorretos.

Logo, é indubitável que a interdisciplinaridade tende a desafiar novas discussões e olhares em todas as áreas de conhecimento. Porém, em alguns casos, a falta de estudo de um determinado assunto ou até mesmo uma especialidade faz com que haja muitos problemas epistemológicos, devido à falta de organização e comunicação (Moraes; Muniz; Poltronieri, 2017).

Por isso, segundo Japiassu (1976, p. 26), “cada especialista que transcenda a sua própria especialidade, tomando consciência de seus próprios limites para acolher as contribuições das outras disciplinas. Uma epistemologia da complementariedade, ou melhor, da convergência, deve, pois, substituir da dissociação”, ou seja, é necessário ultrapassar as barreiras e limites disciplinares e não ficar restrito a um único campo do saber.

No entanto, há uma necessidade de se construir um método que não desconsidere as linguagens formais quando se utiliza a interdisciplinaridade, porém, ao mesmo tempo, é interessante que haja a preferência pela escrita comum, pelo simples fato de transcender em várias áreas de conhecimento, facilitando, desse modo, a compreensão com num todo (Brugger, 2006). Além disso, para Fazenda (2002):

A partir dela, as preocupações irão crescendo e desenvolvendo-se no sentido de questionar a própria realidade e suas perspectivas de transformação, ou seja, a integração seria uma etapa anterior a interdisciplinaridade, em que se inicia um relacionamento, um estudo, uma exegese dos conhecimentos e fatos a serem posteriormente interados (Fazenda, 2002, p. 48).

Diante disso, é nítido que a interdisciplinaridade passou por várias transformações e mudanças ao longo dos anos, pois o seu início se deu ao se integrar junto a ciência, como forma de relacionar os conteúdos e métodos aplicados, e foi se desenvolvendo devido à necessidade de se expandir, trazendo um olhar mais abrangente no que se deseja pesquisar, para o restabelecimento do saber.

Dessa forma, segundo Waldman e Dalpian (2017, p. 93) “[...] o conhecimento passou a ser visto como um processo dinâmico, fluido e efervescente, que nunca para de formular, testar e refinar novas teorias, das quais sempre emergem novas indagações”.

E um exemplo bastante claro em relação a ciência, é a tecnologia, que é considerada um fenômeno interdisciplinar, pois está presente em todos os momentos da vida cotidiana, nas comunicações, mercado financeiro, diversos tipos de monitoramento, entre outras, que demandam a interação das mais diversas áreas do conhecimento, para que assim possa se produzir outras formas de atuação. E para que haja compreensão em relação a esse cenário de transformação, é preciso também compreender toda a sua trajetória história e seus desenvolvimentos tecnológicos até aqui (Philippi Jr.; Fernandes, 2021).

Por conseguinte, a realização da pesquisa interdisciplinar, segundo Fazenda, Tavares e Godoy (2015, p. 23) “nos incita a sair dos muros da academia, a invadir a vida das comunidades, a adentrar no ambiente pesquisado, a entender melhor a sociedade, mas, principalmente, a entender melhor o próprio pesquisador”.

Assim sendo, vivenciar a interdisciplinaridade, na atualidade, é de suma importância para todas as áreas do processo de ensino, pois além de ser uma forma de autoconhecimento, de atitude e de ação, é um caminhar por novos rumos, novas direções. É ter de abandonar o aconchego em que se vive para se aventurar em novos ares, onde ninguém é proprietário do saber. E além de ter a possibilidade de receber novos conceitos e informações, tem-se a chance de poder compartilhá-los, resultando em um conhecimento múltiplo.

No entanto, para Waldman e Dalpian (2017) ainda há um grande desafio a se percorrer em relação a interdisciplinaridade nas pesquisas científicas, pois a maioria dos professores desses programas de extensão e inovação foram formados por um contexto disciplinar. Por isso, é preciso antes de mais nada que haja uma mudança de paradigma por parte desses docentes, a fim de se aventurarem em outras formas de atuação, bem como a preparação de novos materiais didáticos que incentivem a inserção de novas metodologias dentro das universidades. Para tanto, acredita-se que no Brasil esse processo ainda continue até que os primeiros formadores interdisciplinares entrem para o sistema acadêmico.

E ainda, segundo Oliveira e Amaral (2017), a interdisciplinaridade não deve ser trabalhada e incentivada apenas na pós-graduação, mas desde o início da educação, mesmo que de forma sistêmica, por meio do incentivo da realização de trabalhos (dentro das disciplinas) mais dinâmicos e em equipe, desde que considere não só a ampliação do conhecimento, mas suas diversificações.

Na sequência, apresenta-se a subseção referente à metodologia da pesquisa por meio de uma reflexão sobre pequenas cidades, seguindo trajeto metodológico, composto por: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo.

2.2 A pesquisa em pequenas cidades: apontamentos metodológicos

Esta retomada nos estudos sobre pequenas cidades tem a ver com as intensas modificações na organização sócio-espacial brasileira que provocaram transformações em redes urbanas; que permitiram realização e novos papéis nestas cidades; que possibilitam às mesmas tornarem-se lócus privilegiado da realização de uma parcela da produção propriamente dita; que permitiram a inserção das mesmas em interações espaciais de grande alcance; enfim a descoberta destas cidades como particularidade da urbanização brasileira (Fresca, 2009, p. 41).

Além do mais, a realização de pesquisas e estudos sobre pequenas cidades tem se tornado uma atividade muito positiva para a construção e desenvolvimento científico, por meio da produção e descoberta de novos conhecimentos e, até mesmo, para a solução de problemas do cotidiano. E, para esta pesquisa, foram utilizados métodos, técnicas e abordagens disponíveis para que, assim, se tenha uma melhor compreensão do objeto de estudo.

Segundo Corrêa (2011), as pequenas cidades são caracterizadas por um núcleo concentrado e povoado (que dificilmente ultrapassa trinta mil habitantes) em um dado território que possui circulação de mercadorias e prestação de serviços por parte da população, cuja possui uma sede e gestão municipal, instituições e poder administrativo.

No entanto, para o IBGE (2022), são consideradas pequenas localidades, aquelas que possuem até vinte mil habitantes. Dessa forma, para esta pesquisa, será utilizado os critérios adotados pelo IBGE para a definição de pequenas cidades.

E para estudar as pequenas cidades, é fundamental que se conceitue a morfologia urbana, uma área de suma importância na composição, estruturação e organização de uma cidade, pois segundo Souza (2022, p. 32) “sua definição designa ao estudo da forma, da configuração e da estrutura externa de um objeto. A estrutura externa seria todos os

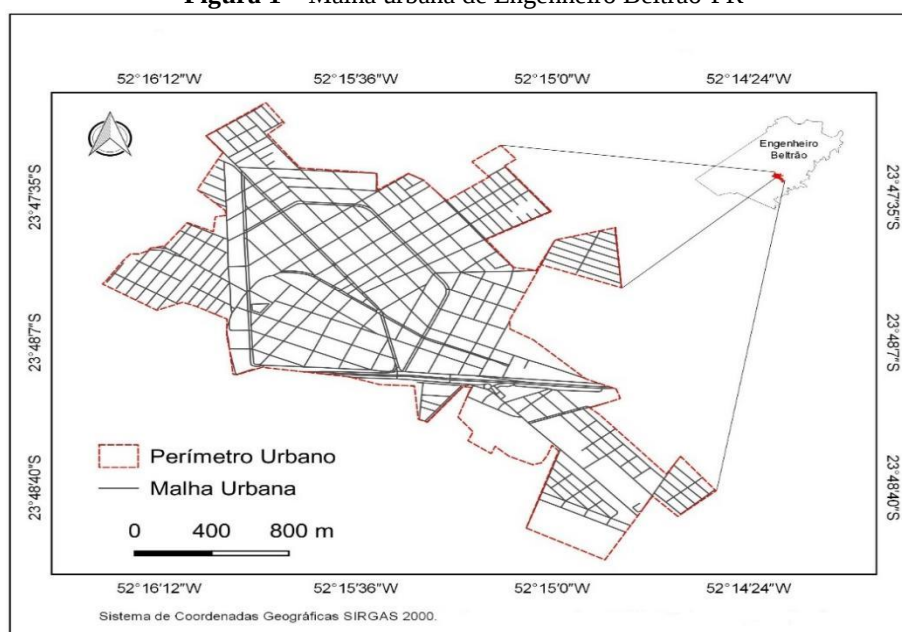
componentes que vai moldando as cidades como edifícios, ruas, parques, entre outros”. Para Moudon (2015):

- i. A forma urbana é definida por três elementos físicos fundamentais: edifícios e os espaços abertos relacionados com estes, parcelas ou lotes, e ruas;
- ii. A forma urbana pode ser compreendida em diferentes níveis de resolução. Normalmente, reconhecem-se quatro níveis, que correspondem ao edifício/parcela, à rua/quarteirão, à cidade, e à região;
- iii. A forma urbana só pode ser compreendida na sua dimensão histórica uma vez que os elementos que ela compreende sofrem uma contínua transformação e substituição (Moudon, 2015 p. 45).

Ainda para Moudon (2015, p. 45) “a forma, a resolução e o tempo constituem as três componentes fundamentais da investigação em morfologia urbana”. Diante disso, não há diferença em dizer que tanto os grandes centros quanto os de pequeno porte possuem as mesmas configurações urbanas, e são definidas pelos mesmos elementos físicos. No entanto, cada formação urbana pode ser expressa de um modo diferente em razão da resolução e do tempo, ou seja, devemos estar atentos na relação entre as dimensões históricas (ao longo dos anos) e as características econômicas, sociais, culturais e sociais de cada lugar.

Desse modo, há de se considerar que a morfologia urbana é uma área interdisciplinar, em razão de contemplar diferentes áreas de estudos, componentes e ainda diversos elementos que são fundamentais na sua formação, compreensão e transformação dos espaços urbanos. No município de Engenheiro Beltrão a malha urbana é representada conforme a figura 1:

Figura 1 – Malha urbana de Engenheiro Beltrão-PR



Fonte: IBGE (2021). Org.: SILVA, Cassio Henrique da. (2024).

O município de Engenheiro Beltrão está dividido entre inúmeras ruas e avenidas, que dão acesso a todos os bairros da cidade. Diante disso, conclui-se que a forma urbana pode então ser compreendida por meio das vias de acesso, que de acordo com Fajersztanjn (2012) se passam isoladamente, sem referências e sem rumo ao seu entorno, apenas se configuram com um sentido de passagem e/ou condução, com função de interligar um ponto ao outro, mas sempre olhando para frente. E essas vias são representadas por ruas e avenidas, cuja função é definir a forma física de uma cidade. Além disso, segundo Gonçalves (2020), cada município é responsável por estabelecer categorias sobre as suas vias e ainda ampliá-las com liberdade ao seu modo, podendo chamá-las de avenidas ou alamedas (ruas).

Para Jacobs (2003, p. 30), “[...] ao pensar numa cidade, o que lhe vem à cabeça? Suas ruas. Se as ruas de uma cidade parecerem interessantes, a cidade parecerá interessante; se elas parecerem monótonas, a cidade parecerá monótona”. E para Gonçalves (2020), “ruas são caminhos habitados lugar que simultaneamente fala de endereço, permanência e mobilidade. A condição dialógica – de ser simultaneamente lugar de fixação e de movimento – é o fundamento da ideia de rua”.

Além do mais, segundo Maia e Moura Filha (2020) as ruas se configuram e se apresentam num lugar determinado no espaço para realizações e manifestações pessoais e, por isso, faz parte do processo de urbanização. É na rua que a cidade se expressa e se materializa, por meio de sua forma ou desenho e, ainda, é onde ocorrem transformações na paisagem física urbana. E ainda, segundo Fajersztanjn (2012):

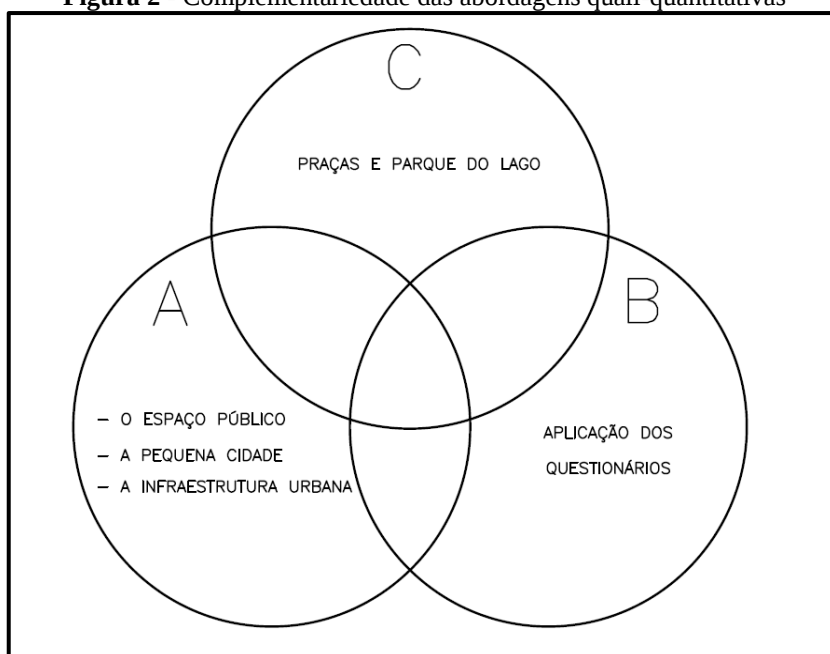
As ruas conformam os espaços físicos de uma cidade e são a primeira leitura que se pode fazer ao se chegar a uma delas. A área urbana é composta de espaços privados e públicos e as ruas representam a maior parte do seu espaço público. O sistema viário é fator estruturador das cidades e a abertura de uma nova avenida pode representar uma transformação radical, em termos físicos, sociais e certamente econômicos de uma área (Fajersztanjn, 2012, p. 27).

Dessa forma, é convincente dizer que as ruas são fundamentais (mas que não podem ser fechadas e tão pouco restringir o acesso) para a formação de uma cidade e contemplam boa parte do seu espaço físico urbano. São por elas é que se tem o livre acesso tanto para as construções públicas quanto privadas (Gonçalves, 2020). Além disso, são pelas ruas que todos os serviços infraestruturais urbanos atendem a população, por meio da drenagem urbana, abastecimento de água potável, rede coletora de esgoto, transporte público, coleta seletiva de lixo, segurança, redes de eletricidades, internet e telefonia, dentre outras.

Já “as avenidas são identificadas como ruas mais largas e arborizadas, isto é, a função paisagística está incorporada ao conceito das avenidas” (Fajersztajn, 2012, p. 36). Além disso, são pelas avenidas que geralmente se possibilitam o acesso e a contemplação das cidades, em razão de serem vistas como pontos de referências, com função de interligarem todas as ruas. Além do mais, elas são como as ruas, no entanto, estão mais em evidência (por serem movimentadas) devido à grande concentração de atividades multifuncionais (comércios, lazer e serviços em geral) e circulação de pessoas.

Diante disso, por ser de grande complexidade, a pesquisa tem caráter exploratório, cujo objetivo é proporcionar e desenvolver conceitos e ideias, por meio de uma visão mais ampla e aproximativa do objeto de estudo (por ser pouco explorado), visto que o tema ser bastante genérico, exigindo assim, uma revisão de literatura (esclarecida e delimitada), para que no produto final sirva para estudos posteriores (Gil, 2008); e uma abordagem de natureza quali-quantitativa, por meio da análise dos dados qualitativos (A) e dos dados quantitativos (B), para que assim haja uma melhor compreensão nos resultados obtidos em relação ao objeto de estudo (C) que é a Infraestrutura urbana, conforme a figura 2, oriundos da aplicação de um questionário com parte da população de Engenheiro Beltrão-PR.

Figura 2 - Complementariedade das abordagens quali-quantitativas



Fonte: Organizado pela pesquisadora, 2023.

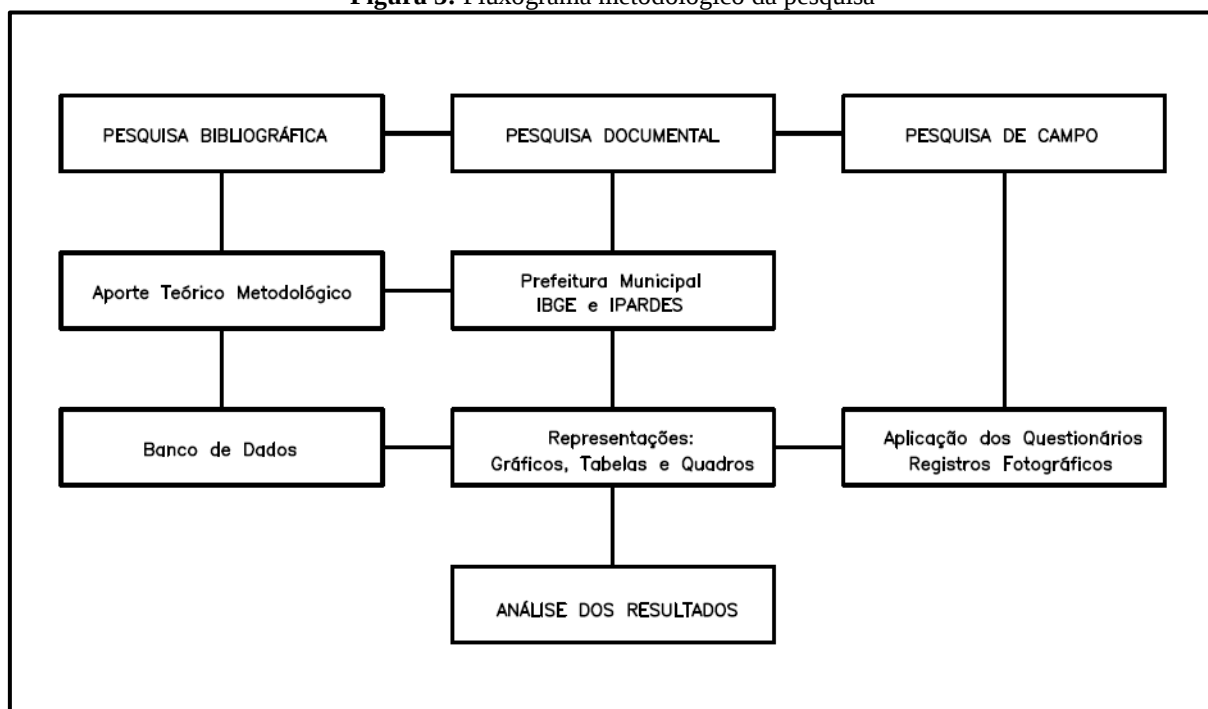
De acordo com a Figura 2, o estudo quando é baseado em uma complementariedade das abordagens quali-quantitativas, deve ser realizado em sua totalidade por meio de suas interconexões, desde que não sejam fragmentados. Nesse caso, cita-se três importantes

interconexões, sendo elas: A e C, interligadas e representadas por uma revisão bibliográfica referente ao espaço público, a pequena cidade e a infraestrutura urbana, para melhor enfatizar os espaços públicos destinados ao lazer da população, por meio do parque do lago e das praças, ambos já existentes; B e C, interligados por meio da aplicação dos questionários com parte da população de Engenheiro Beltrão, com intuito averiguar a qualidade (estado de conservação e manutenção) dos espaços e equipamentos urbanos relacionados ao lazer; e A e B e C, são representados por uma complementariedade de informações, ou seja, um depende do outro para se ter um melhor resultado, tendo como intuito explorá-los, a fim de retirar o melhor de cada um deles, complementando, assim, a pesquisa de estudo.

Para tanto, a pesquisa qualitativa segundo Godoy (1995, p. 21), “não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques”; e a quantitativa segundo Mussi et al (2019, p. 416) “pretende e permite a determinação de indicadores e tendências presentes na realidade, ou seja, dados representativos e objetivos, opondo-se à ciência aristotélica, com a desconfiança sistemática das evidências e experiência imediata”.

A metodologia é composta por um trajeto metodológico com as principais etapas das técnicas de estudos a serem seguidas, bem como: a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa de campo, as representações por meio de gráficos, tabelas e quadros e análise dos resultados obtidos, como mostra a figura 3.

Figura 3: Fluxograma metodológico da pesquisa



Fonte: Organizado pela pesquisadora, 2023.

No entanto, segundo Oliveira (2011), o método para pesquisas científicas, não deve ser compreendido como apenas um resumo dos caminhos e procedimentos a serem seguidos, mas sim, de um procedimento formal, com propósito de apontar os motivos escolhidos para ter seguido determinados caminhos e ainda validar os resultados para que de fato sejam aceitos.

E seguindo o fluxograma (Figura 3), temos primeiramente a pesquisa bibliográfica, que segundo Gil (2008), é constituída e desenvolvida por meio de uma base de dados (livros e artigos) já existentes, o que permite ao pesquisador uma cobertura mais ampla do assunto a ser pesquisado, a partir de uma análise de conteúdo e dados históricos. No entanto, é imprescindível que se aprofunde em todas essas informações, e utilizando fontes seguras, para que não haja incoerências e contradições nos resultados finais.

A pesquisa documental é constituída por documentos e informações que determinam todo um contexto histórico, econômico e social de um local, cuja permanência são sempre as mesmas (sem alteração), mesmo após longos períodos de tempo (Godoy, 1995). Para Gil (2008), ela segue os mesmos passos e se assemelha muito com a pesquisa bibliográfica, porém a única diferença está nas fontes: a documental explora os registros documentais (documentos oficiais, jornais, diários, fotografias, etc.) e documentos de segunda mão (relatórios de pesquisas e empresariais, tabelas, dentre outros); e a pesquisa bibliográfica, se fundamenta pelas contribuições (determinado assunto) por vários autores, por meio de opiniões, visões e análises diversas.

Enquanto a pesquisa de campo, “procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para em seguida, mediante análise quantitativa, obter as conclusões correspondentes dos dados coletados” (Gil, 2008, p. 74).

Diante disso, primeiramente realizou-se uma pesquisa bibliográfica, constituída por um referencial teórico de livros, artigos científicos, teses e dissertações sobre: o espaço público, a pequena cidade e a infraestrutura urbana, com o objetivo de proporcionar um amplo conhecimento da área do objeto de estudo. Para tanto, foi utilizado o banco de teses da Capes por meio das seguintes palavras-chave: “espaço público”; “espaço urbano”; “produção do espaço”; “bens públicos”; “cidades”; “pequenas cidades”; “infraestrutura urbana”; “mobiliário urbano;; “equipamentos urbanos”; “equipamentos públicos”; “políticas públicas”; “administração pública”; “planejamento urbano”; “plano diretor”, “sustentabilidade” e “cidades inteligentes” (<http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/>), no Portal Domínio Público (<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaPeriodicoForm.do>), na Biblioteca

Digital Brasileira de Teses e de Dissertações – BDTD (<https://bdtd.ibict.br/vufind/>) e no Google Acadêmico (<https://scholar.google.com.br/?hl=pt>).

E por se tratar de um objeto de estudo com complexidades, foi realizado também um aporte teórico metodológico, por meio de livros e artigos científicos por diversos autores sobre a interdisciplinaridade, com intuito de contemplar várias áreas do conhecimento, tais como: engenharia civil, geografia, arquitetura e urbanismo, políticas públicas, história, dentre outras.

Após essa etapa, foi iniciada a pesquisa documental, por meio de um levantamento de registros, fotografias e mapas históricos junto à Prefeitura Municipal de Engenheiro Beltrão e também em jornais e sites da internet, para melhor contextualizar e complementar os estudos sobre o município. Além disso, utilizou-se como base (material de estudo) a Lei Orgânica (1990) do município (para saber se de fato elas estão sendo utilizadas a serviço da população), que possui:

[...] a finalidade de organizar fundamentalmente o Município, em consonância com os princípios e preceitos estabelecidos pela Constituição Federal e pela Constituição do Estado do Paraná, visando assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça [...] (Lei Orgânica, 1990).

A Lei Orgânica é a base de cada município, o que a torna de extrema importância e relevância, pois ela é formada por um conjunto de normas e instrumentos que visam regulamentar as políticas públicas (leis) que são totalmente de interesse da população por meio do poder e administração pública.

E na sequência, foram coletados dados importantes do município (dos últimos anos) em relação aos índices geográficos e estatísticos oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (<<https://cidades.ibge.gov.br/>>), e do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) (<<http://www.ipardes.gov.br/>>), que ajudaram na construção e sustentação da pesquisa.

Na etapa seguinte, a pesquisa de campo foi realizada por meio da aplicação de um questionário com 64¹ moradores escolhidos de forma aleatória de diferentes bairros da cidade (enviados um por um utilizando o aplicativo do WhatsApp²), cuja residem no perímetro urbano considerado “centro”. Dessa forma, os moradores dos bairros mais afastados localizados após

¹ Os questionários foram enviados à 80 moradores, no entanto, apenas 64 responderam.

² É um aplicativo gratuito usado mundialmente, que permite enviar e/ou receber mensagens, fotos, documentos, dentre outros.

a Rodovia Avelino Piacentini (PR-317), ou seja, na lateral direita (pra quem vem de Campo Mourão sentido a Maringá) não participaram desta pesquisa.

E para essa amostragem levou-se em consideração a metodologia de Gil (2008, p. 140), que pontua que o questionário pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc”. E ainda, utilizou-se o método da saturação, critério este amplamente utilizado em estudos qualitativos, que é definido como um “instrumento epistemológico que determina quando as observações deixam de ser necessárias, pois nenhum novo elemento permite ampliar o número de propriedades do objeto investigado” (Cherques, 2009).

Sendo assim, o questionário foi aplicado utilizando a plataforma *Google Forms*³ pela pesquisadora, contendo 8 perguntas, sendo: cinco questões fechadas, duas semiabertas (com opções e possibilidade de escrita) e uma aberta, com o intuito saber a opinião dos moradores a respeito da qualidade dos espaços e equipamentos infraestruturais destinados ao lazer de Engenheiro Beltrão, bem como as praças (Aldevino Santiago e Dr. Francisco Beltrão) ambas localizadas na área central da cidade e o parque do lago, por meio de oito perguntas objetivas, com algumas alternativas e com opções de respostas descritivas, caso seja necessário, conforme o Apêndice A.

Ao final, os dados encontrados perante a aplicação dos questionários foram dispostos em gráficos, tabelas e/ou quadros, para uma melhor análise da pesquisadora. Em seguida, foi realizado um registro fotográfico nas praças centrais e no parque do lago que comprovaram os problemas urbanísticos infraestruturais relatados pelos munícipes.

Na próxima seção intitulada de “o espaço público, a pequena cidade e a infraestrutura urbana”, é apresentado todo o suporte teórico, por meio de uma revisão bibliográfica com conceitos e abordagens que nortearam esta pesquisa.

³ Aplicativo lançado pelo *Google*, para gerenciamento de pesquisas, podendo ser utilizados tanto para coletar informações quanto para realizar questionários e formulários de registro.

3 O ESPAÇO PÚBLICO, A PEQUENA CIDADE E A INFRAESTRUTURA URBANA

Nesta seção, são apresentadas as abordagens teóricas do espaço público da pequena cidade e da infraestrutura urbana por meio de uma revisão bibliográfica pautada em diferentes autores, para tanto encontra-se dividida em três subseções: a primeira, envolve a contextualização do espaço público e alguns conceitos por meio da geografia, história, sociologia, filosofia, dentre outras, seguindo alguns questionamentos: O que são espaços públicos? A quem eles pertencem? E quem pode utilizá-los?

A segunda subseção tem o propósito de abordar alguns conceitos e a importância das pequenas cidades, principalmente sobre o espaço urbano, tendo em vista que urge que se realize avanços nas pesquisas científicas, uma vez que a ampliação de interesses e preocupações sobre o assunto trazem novas discussões no meio acadêmico, cujo objetivo é mostrar a verdadeira realidade urbana dessas localidades. Todavia, ainda há muitas dificuldades em conceituar essa realidade devido à grande diversidade e complexidade em que se encontram.

E a última subseção discorre sobre a infraestrutura urbana, com intuito de abordar alguns conceitos e elementos teóricos, por meio de sua classificação (divisões), funcionamento (das diretrizes) e a real responsabilidade do poder público (municipal, estadual e federal) para o desenvolvimento socioeconômico das cidades, por meio da implantação, monitoramento e conservação dos equipamentos urbanos existentes.

3.1 O espaço público: abordagens conceituais

Quando se fala em espaço público, a primeira coisa que vem à mente são os espaços abertos, com áreas descobertas, como parques e praças, nos quais é possível transitar a qualquer hora e a qualquer momento, sem permissão para adentrá-los. Porém, os edifícios institucionais, as ruas, as calçadas, áreas verdes em geral, também fazem parte desse espaço contemplado por uma cidade. E quando esses espaços são bem organizados, planejados e com boa aparência trazem um impacto positivo com sensação de uma cidade próspera pelos seus visitantes, mas caso contrário, esse panorama pode ser invertido, pois a cidade passa a ser um local abandonado, desleixado e precário (Franciscon, 2019). Segundo Gomes (2010):

Desde os tempos bíblicos, os espaços de interação social eram de uma grande importância. Mesmo quando questões relacionadas com planejamento não

faziam parte do pensamento do homem, este sempre sentiu necessidade de se relacionar e conseqüentemente desenhar espaços para esse fim. Desta forma começa-se a perceber a verdadeira necessidade da existência de um espaço destinado a diferentes práticas sociais, que mais tarde iria ser denominado de espaço público (Gomes, 2010, p. 14).

O espaço público vem sendo representado, mesmo que de forma simbólica, desde o início da humanidade por meio dos pátios e vielas, nos quais grupos de pessoas podiam se reunir para realizar rituais e encontros. Conforme a sociedade evoluiu, os espaços públicos também foram passando por transformações em sua funcionalidade interligadas às mudanças nas questões culturais, econômicas, sociais e ambientais que, de fato, se devem a sociedade como construtora desse espaço, pois é ele quem dita as regras, impõe seus costumes e utiliza-o de acordo com seus anseios (Franciscon; Bovo, 2020). Para Indovina (2002, p. 119), “o espaço público deve ser considerado fundador da cidade (poder-se-á dizer em todas as épocas e em todos os regimes); no fundo, o espaço público é a cidade”.

Para Santos (2008), a definição e conceito de espaço é uma tarefa desafiadora não só para a geografia como também para a planificação territorial. No entanto, cada conceito sobre o espaço vai depender das análises e perspectivas de cada situação. No caso de uma definição mais operacional, fundamentada no real, pode-se dizer que o espaço é formado por dois componentes, que são: a configuração territorial ou espacial, que é composta por formas e origens naturais e geográficas, mas com algumas modificações por meio de elementos artificiais promovidas por ações antrópicas, como as plantações, prédios residenciais e comerciais, redes de comunicação, dentre outras; e a dinâmica social, que pode ser definida como uma sociedade em movimento, por meio de variáveis culturais, econômicas, políticas, dentre outras, ambas também criadas pelo homem.

Dessa forma, há configuração territorial e a dinâmica social, componentes estes que conseguem dialogar entre si e tendem a variar suas formas e arranjos conforme cada momento histórico vivido. No entanto, segundo Santos (2008, p. 28) “o conteúdo (da sociedade) não é independente da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento”.

Como exemplo dessas variações históricas, pode-se citar: os espaços públicos na Cidade Ancestral (com surgimento há cerca de 3.000 a.C, habitada pelas primeiras civilizações), por meio da construção de monumentos religiosos nas avenidas e praças colossais, onde o comércio comandava toda a evolução desse espaço; o espaço público na Pólis Grega, com o surgimento de uma distribuição mais organizada das cidades, parte da população abandonou suas aldeias e

se instalou próximo às muralhas devido à necessidade de proteção, dando origem às cidades, sendo a Ágora (praça pública), o local mais importante para a época; o espaço público na Cidade Romana por meio do aperfeiçoamento das técnicas herdadas pelos gregos para o desenvolvimento urbanístico, como: esgotos, aquedutos, pavimentos e água corrente. Assim, a Ágora passa a ser um local destinado a tempos livres de convívio social e lazer; o espaço público no Período Medieval foi considerado palco das trocas comerciais devido ao crescimento das cidades e surgimento de novos centros urbanos. Já o espaço público no Período Renascentista, a praça passou a ser considerada o lugar de destaque das cidades pela sua forma, dimensão e significado (Gomes, 2010).

Já no período moderno, mais precisamente até o século XIX, segundo Gomes (2010), o espaço público era disponibilizado para o lazer, por meio das feiras. E com a Revolução Industrial, parte da população rural se deslocou para a cidade, surgindo, então, a classe operária que vivia sobre deploráveis condições. Perante essa nova dinâmica cultural, fez-se necessário adotar medidas de nível urbanístico por intermédio da pavimentação de ruas, salubridade dos edifícios, habitação social, entre outras. Foi nesse momento que o conceito de público passou por transformações, e o solo localizado no perímetro urbano se tornou de propriedade pública. Já no século XX, a rua passou a ser valorizada e se transformou, já não era mais possível parar para conversar nela, pois estava sendo agora ocupada pela alta intensidade do trânsito e novos negócios urbanísticos.

Nesse sentido, Narciso (2009) enfatiza que:

As mudanças globais das cidades contemporâneas geraram uma nova atitude na compreensão do espaço público. A transformação da sua nova estrutura econômica e social, a sua organização espacial e a sua configuração formal marcam a produção de novas territorialidades através de visões antagônicas: actores institucionais versus cidadãos. Neste contexto, o espaço público ganha um novo significado, político, ideológico, social e estrutural. Analisar o conceito de espaço público, vai no sentido de entender a sua estruturação na evolução da sociedade contemporânea e, conseqüentemente, na problemática equacionada (Narciso, 2009, p. 266).

Em vista disso, à medida em que as cidades foram se desenvolvendo devido ao alto crescimento tecnológico e de urbanização, novas condições de vida surgiram e fizeram com que o uso e a forma desses espaços fossem transformados, de modo que os modelos de cidades herdados passaram a ser constituídos de grandes dimensões e metrópoles, ocasionados pelo crescimento imensurável do setor comercial e residencial. Porém, tudo isso tem gerado uma deterioração na qualidade de vida das pessoas, pois o espaço público está sendo diluído em

avenidas com tráfegos intensos nos grandes centros, além de possuir parques com áreas verdes sem identidade e com más condições de uso (Gomes, 2010).

E, por isso, segundo Franciscan e Bovo (2021, p. 21), “o espaço público utópico demandará impactante mudança socioespacial em nossas cidades, considerando novas mobilidades, energias alternativas, recriação da paisagem primária e, principalmente, primar pela coexistência”. Entretanto, não se deve perder a essência do espaço público, é preciso reacender a sua proposta inicial que sempre teve como intuito facilitar o consumo e o consumismo por meio da compra e venda de mercadorias, realizar operações de circulação, e oferecer uma grande diversidade de localizações, paisagens e topografias (Acsehrad, 2013).

Além disso, para Gomes (2016, p. 18) não é só para ser um lugar “de trocas comerciais, mas também se socialização que estabelece a diferença urbana, a urbanidade [...] do sentido de coletividade e construção de identidade”. E, ainda, pode ser considerado “um lugar de visibilidades e acessibilidades mútuas, de movimentos, ritmos e improvisações, lugar de distância e diferentes percepções sensoriais, é um espaço partilhado, espontâneo onde surgem relações e se desenvolve uma faceta social” (Gomes, 2010, p. 30).

Assim sendo, são nos espaços públicos que são encontrados pontos memoráveis e admiráveis de uma cidade, por meio das ruas, calçadas, parques urbanos, praças, edifícios públicos, dentre outros. E um “bom espaço público é aquele que se apresenta como um chamariz, ou seja, trata-se de um espaço atrativo à sociedade, ao mesmo tempo, oferecendo condições satisfatórias à permanência dos frequentadores” (Franciscan e Bovo, 2021, p. 7).

E como exemplo disso, são apresentados os parques urbanos que apresentam três importantes funções, sendo elas: a primeira é a ecológica, por meio dos elementos naturais (vegetações) que exercem influência na purificação do ar; a segunda refere-se à estética, devido à grande variedade de elementos que compõe a paisagem urbana; e a terceira é a social, que está associada ao uso, ocupação e ao lazer da população (Bovo; Martins, 2017). Um outro exemplo que denota o quão variado e complexo é o espaço público, são os edifícios institucionais que desempenham papel importante para a sociedade por intermédio da sede de diversas organizações e serviços para a população, por meio dos órgãos públicos (prefeitura e câmara dos vereadores), instituições de ensino, entidades sociais, dentre outras.

Diante disso, todos os espaços públicos, independentemente se estão localizados em áreas livres ou em edifícios a serviço da população possuem uma relação com o meio urbano, sua morfologia e apropriações são caracterizadas por uma grande variedade de desenhos e formas, sendo representadas por um lugar, cidade, região ou país, cujas atividades socioeconômicas são diferentes e específicas à construção dessas formas. Além disso, os

espaços estão conectados diretamente às preferências e empenhos sociais e econômicos, juntamente com os desejos e intenções das pessoas (Souza, 2009).

É importante salientar que a morfologia “é o estudo da forma do meio urbano nas suas partes físicas exteriores, ou elementos morfológicos, e na sua produção e transformação no tempo” (Lamas, 2017, p. 38). E já as apropriações são caracterizadas pela: relação entre os espaços físicos existentes; pela forma de como elas são construídas e pela conjuntura dos interesses socioeconômicos e pessoais que são, muitas vezes, manifestados de forma favorável às possibilidades que esses espaços possam oferecer.

Contudo, para se ter um melhor entendimento dos espaços públicos, “é importante entender a sua relação com a cidade, sociedade e poder público. Para isso, precisamos pensar num espaço público apto a atender uma sociedade cosmopolita, com hábitos culturais distintos e necessidades diferentes” (Franciscon, 2019, p. 25), com acessibilidade para todas as pessoas, de diferentes idades.

Além do mais, é possível pensar sobre “a perspectiva da produção do espaço, como reprodução das relações sociais por meio de práticas socioespaciais, a análise da cidade ganha em complexidade, enriquecendo-se em pontos de vista e perspectivas de abordagem” (Sobarzo, 2006, p. 95). Dessa forma, para Santos (2008, p. 78), “o espaço seria um conjunto de objetos e de relação que se realizam sobre estes objetos; não entre eles especificadamente, mas para as quais eles servem de intermediários. [...] É o resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos naturais e artificiais”.

E de dentro desse espaço, há os espaços públicos que “são fruto de um conjunto de factores culturais, sociais e políticos, ou seja, são espaços criados de forma a responder às necessidades e aos valores de uma sociedade que se encontra em constante transformação” (Gomes, 2010, p. 66).

E por possuir alta complexidade, a sua conceitualização, significado e dimensão não devem ser abordados apenas por uma área do conhecimento, mas é necessário produzir estudos mais completos por meio de diferentes olhares (geografia, história, sociologia, filosofia, entre outros), sejam eles em suas especialidades ou generalidade (Bovo; Martins, 2017).

E ainda na visão geográfica tem-se os espaços públicos que “são os mais privilegiados, pois são neles que identificamos a dinâmica e a diversidade social, econômica, política e cultural” (Bovo; Martins, 2016, p. 325). Além do mais, segundo Corrêa (1995) eles são:

[...] conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Tais usos definem áreas, como: o centro da cidade, local de concentração de atividades

comerciais, de serviço e de gestão; áreas industriais e áreas residenciais, distintas em termos de forma e conteúdo social; áreas de lazer; e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. Este conjunto de usos da terra é a organização espacial da cidade ou simplesmente o espaço urbano fragmentado (Corrêa, 1995, p. 1).

E para a arquitetura e urbanismo, “é o lugar onde se processa grande parte da socialização urbana, constituindo assim um reflexo da sociedade e um retrato da cidade. Faz parte da memória colectiva e individual que constitui parte essencial da identidade de cada um e das referências que temos da cidade” (Santos, 2008, p. 1). Além disso, “é um fator determinante na forma como esse espaço é utilizado. Lugares no centro de uma cidade jamais terão a mesma atmosfera que lugares nas periferias, assim como qualquer ponto de uma cidade pequena jamais terá uma urbanidade igual a um ponto localizado em uma metrópole” (Bertuluci, 2019, p. 24). Para tanto, esse fenômeno se dá “no espaço físico que configura o designado espaço público urbano. Este, embora se percepcione por via da sua dimensão física, funda-se em valores de ordem social, política, económica e cultural. Estes valores constituem o verdadeiro território do espaço urbano” (Gomes, 2010, p. 11).

Para a engenharia urbana, esses espaços se caracterizam, segundo Gomes (2016), em um local para o convívio da população, onde são realizadas todas as atividades rotineiras e cotidianas. No entanto, na maioria das vezes, esses locais não oferecem infraestruturas adequadas e nem equilíbrio desses elementos que os compõem para que seus habitantes tenham uma boa qualidade de vida quando forem usufruir desses locais.

No âmbito da sociologia e filosofia, Carlos (2020), esses espaços se manifestam por meio de suas análises sobre as obras do sociólogo e filósofo francês Henri Lefebvre, onde relata:

[...] que é no espaço que se pode ler a realidade e as possibilidades concretas de realização da sociedade. Esse é também o plano da vida cotidiana e do lugar. Aqui explodem os conflitos que sinalizam as contradições vividas. Esses conflitos ganham visibilidade nos espaços públicos, hoje, lugar de manifestações dos movimentos sociais como consciência reveladora do processo de alienação atual. Podemos afirmar que a reprodução da cidade hoje sob um novo momento da acumulação – financeira- atualiza a alienação do mundo através do afastamento do sujeito produtor de sua obra – a cidade - vivida como estranhamento (Carlos, 2020, p. 351).

Além disso, não se pode deixar de citar a importância da história quando se trata de espaços públicos, pois foi por meio dela que hoje se consegue enxergar e comparar todas as evoluções e transformações que ocorreram por meio da formação dos contextos históricos; desse modo Gomes (2010, p. 33) enfatiza que os espaços urbanos “são o resultado de práticas

e usos antigos, e a sua organização espacial encontra-se relacionada com um conjunto de costumes sociais e mentais, ou seja, são espaços resultantes da relação do homem com uma determinada cultura”.

Mas, a melhor definição para os espaços público, segundo Franciscón (2019, p. 16), é “da indissociação entre acessibilidade e direito de propriedade, ou seja, o espaço enquanto local deve pertencer ao estado enquanto território. Devido à sua complexidade, torna-se imprescindível pressupor acerca do espaço público, a quem pertence e quem pode utilizar?”.

De acordo com o Ministério das Cidades⁴ (2023), os espaços públicos “são os espaços de uso comum, pertencentes à população, administrados pelo poder público, como ruas, calçadas, praças, jardins, parques, em que o ir e vir é livre”, e se manifestam, segundo Sobarzo (2006), por meio da relação entre a dominação e apropriação. A dominação é constituída e representada pelo Estado e extratos sociais, enquanto a apropriação é definida por meio da vida cotidiana e do uso e ocupação pela sociedade com capacidade da criação de novas possibilidades.

Segundo Corrêa (1995), existem cinco agentes responsáveis pela produção dos espaços urbanos, que são: os grandes proprietários industriais e as grandes empresas comerciais por consumirem esse espaço e necessitarem de terrenos amplos e baratos para a instalação de suas empresas; os proprietários de terras, são proprietários fundiários e que vivem dessa renda, porém não se importam com o seu uso e sim com o seu valor financeiro; os promotores imobiliários, também chamados de conjunto de agentes, que realizam financiamentos, construções e comercialização desses imóveis, através de capital-mercadoria; os grupos sociais excluídos, de baixa renda, sem habitação e que vivem de recursos do agente estatal; e o mais importante para esta pesquisa é o Estado, que é responsável por organizar espacialmente as cidades por meio da regulamentação do uso do solo, impostos, direito de desapropriação, investimentos públicos (como exemplo para as obras de drenagem e infraestrutura urbana), entre outras. Porém, ele tem atuado de modo complexo, refletindo assim, na sociedade como num todo.

Em vista disso, Sobarzo (2016) afirma que:

O espaço urbano exprime a relação entre dominação e apropriação. Constitui-se como um campo moldado pelas ações do Estado e dos extratos sociais que representa, do ponto de vista da dominação, mas que também permite a apropriação definida pelo uso no processo da reprodução da sociedade,

⁴ Disponível em: <<https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/desenvolvimento-regional/reabilitacao-de-areas-urbanas/3-o-que-sao-espacos>>. Acesso em: 14 de nov. 2023

expresso na vida cotidiana e capaz de criar novas possibilidades (Sobarzo, 2016, p. 105).

Apesar do Estado se manifestar como produtor, formador, planejador e idealizador do espaço, “as rápidas transformações provocadas pela globalização econômica permite-se questionar como será a geografia resultante do processo de reorganização do capital, da revolução tecnológica em curso e de rearranjos na gestão pública” Bortolo (2013, p. 56), o que gera uma grande complexidade na organização desse espaço.

No entanto, todo esse domínio do Estado sobre os espaços urbanos se dissolve aos municípios que passam a exercer todo o poder, pertencimento e relação direta através do ponto de vista legal, mas com grandes responsabilidades e funções institucionais, sociais, ambientais, econômicas, físicas e simbólicas. Dessa forma, segundo Gomes (2010), a cidade se interliga ao espaço público formando, assim, um conjunto de organizações que precisa ser preservado e revitalizado como forma de conservar suas memórias e costumes para uma melhor vivência e necessidades da população.

Diante disso, percebe-se que espaço urbano é um produto que se funde dos interesses do Estado e a luta dos moradores pelo direito à cidade, podendo ser considerado um modo de vida, através do: consumismo, da produção (valores, conhecimentos e comportamentos), da cultura e do lazer. No entanto, a cidade aparece como um bem material que é representado por todo um trabalho de materialização (relações sociais), de produção e reprodução, ou seja, é uma forma de apropriação (uso do solo) do espaço público produzido (Carlos, 2009).

Por isso, ao se produzir espaços públicos, são impostos segundo Bortolo (2013, p. 52) “inúmeros sentidos, como o lazer, espaços de recreação, participação política comunitária, espaço aberto de propriedade pública do Estado, enfim, tais áreas estarão delimitadas fisicamente ou simbolicamente na produção social do espaço urbano”.

Um exemplo simples e fácil em relação ao pertencimento e uso desse espaço, são as calçadas (passeios públicos). Elas existem em todos os lugares das cidades, dos centros aos bairros mais afastados, porém quando localizadas em torno de um bem público (praças, paço municipal, teatros, parques, canteiros de ruas, entre outros), ela pertence a ele, e toda a responsabilidade de se realizar as revitalizações e/ou construções, se torna do poder público municipal, estadual ou federal. Quando localizada na frente ou entorno de um bem ou imóvel particular, seja ele, residencial ou comercial, ela pertence ao privado, e toda a responsabilidade de reformas e/ou cuidados, é também de direito privado, porém o uso continua sendo público, podendo qualquer pessoa transitar, a qualquer hora e a qualquer momento.

E para se ter uma melhor compreensão do que são os bens públicos, destacamos alguns artigos do Código Civil Brasileiro (2008), sendo eles:

Art. 98. São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.

Art. 99. São bens públicos:

I – os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;
II – os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias.

III – os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades. [...]

Art. 102. Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião.

Art. 103. O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem (Brasil, 2008, p. 156-157).

Alguns dos bens públicos citados acima são ambientes desejados e reivindicados ao poder público por toda a população, porém esse desejo acaba por vezes retraídos, por causa de diversas situações controversas, bem como a má qualidade desses espaços públicos, a falta de planejamento e o medo que está diretamente associado com a violência urbana (Gomes, 2016).

Mas, segundo Souza (2018, p. 196) “a constituição de uma esfera pública confere ao cidadão o direito à cidade e, portando, à utilização do espaço público. Porém, para que esse seja um espaço público politizado, é necessário que haja um esforço concentrado de pessoas que prezem pelo bem comum”. Por isso, esse espaço para Narciso (2009, p. 268), “deveria ser constituído por uma fonte forte de representação pessoal, cultural e social, pois trata-se de um espaço simbólico onde se opõem e se respondem aos discursos, na maioria contraditórios, dos agentes políticos, sociais, religiosos, culturais e intelectuais”. Então, a quem se deve cobrar por isso?

Se de fato o poder público possui o direito e o poder sobre os espaços públicos, então é possível afirmar que quem deve ser cobrado é o poder público municipal, pois é ele quem possui uma relação de poder sobre os espaços públicos, onde exerce o seu domínio do ponto de vista legal, por meio da implementação de infraestrutura e serviços urbanos, processo de produção, capacidade de definir ou modificar as normativas do uso e ocupação do solo, os conflitos de interesses, investimentos, entre outros. Porém, a fiscalização e o controle devem ser realizados pela sociedade em geral, mas com vistas de dominação pública (Sobarzo, 2006).

No entanto, o primeiro passo a ser seguido é envolver os gestores públicos dos municípios, seguindo um modo prático, a fim de orientá-los na condução de um planejamento urbanístico de curto a longo prazo, com o objetivo de promover a melhoria da qualidade de vida da população.

O segundo é por meio da construção de um planejamento de forma sistematizada pelas autoridades municipais, com novas estratégias e meios alternativos, visando um desenvolvimento mais sustentável por meio dos planos de reestruturação, considerando os aspectos sociais, ambientais e econômicos, desde que sejam economicamente viáveis, ambientalmente corretos e socialmente justos, em razão que os seus gestores não tomem decisões por impulso na resolução de um contratempo, de tal modo que quando constatado o problema, este poderá ser sanado em tempo hábil, evitando que o mesmo seja recorrente. Pois, quando há um planejamento de reestruturação, o problema, muitas vezes, não será resolvido de imediato, porém a resolução vem aos poucos, com a intenção de eliminá-lo definitivamente. É indiscutível que os meios alternativos sustentáveis e tecnológicos podem ser as melhores opções para que não tenhamos gastos excessivos mais tarde (Alves, 2023).⁵

Logo, esse planejamento de reestruturação não precisa ser realizado só nos grandes centros, ele deve acontecer também nas pequenas cidades do interior, que de acordo com o IBGE (2022), possuem menos de 20 mil habitantes. Pois, para Gusmão (2019), esses locais são muitas vezes esquecidos pelos governantes por serem vistos como centros pacíficos, sossegados e com poucas chances de crescimento. Porém, eles esquecem que essas pequenas cidades vivem situações semelhantes às outras, como: a violência, insegurança, poluições, falta de saneamento básico, dentre outras.

No entanto, há uma grande dificuldade em se realizar um plano de reestruturação, pois segundo Sobarzo (2016):

As diferentes administrações municipais procuram deixar as suas “marcas” no espaço público, assim como o utilizam como “moeda de troca” para fins eleitorais. Nesse sentido, as inaugurações e re-inaugurações de calçadas, parques e praças – além de outras obras, serviços ou equipamentos públicos – dificilmente são realizadas como se essas ações fossem consideradas próprias e cabíveis à administração municipal. Pelo contrário, as obras são apresentadas como corporificação da preocupação e da capacidade especial da autoridade. Assim, a obra fica personalizada e o voto fica comprometido, reproduzindo as relações de patrimonialismo e clientelismo que perpassam a sociedade brasileira desde tempos coloniais (Sobarzo, 2016, p. 98).

⁵ Palestra realizada sobre Smart Cities (Cidades Inteligentes) pelo Arquiteto e Urbanista Luiz Felipe Bathke Alves do Instituto de Pesquisa e Planejamento de Campo Mourão-PR, no dia 24 de maio de 2023, na Faculdade Unicampo, *Campus* Campo Mourão.

Porém, do outro lado, a população em geral é que acaba sofrendo consequências negativas devido à má qualidade dessas administrações públicas e “interesses pessoais”. Mas, mesmo diante dessa situação, a sociedade precisa estar informada de que quando o espaço é público, ele não é só constituído através do poder público, e sim de diversos indivíduos, com valores, projetos e interesses, em relação à legislação urbana, com um único propósito, garantir uma melhor qualidade de vida para a população.

Por isso, é imprescindível que o cidadão comum cumpra com seus deveres enquanto sociedade e também participe das reuniões e/ou plenárias realizadas e propostas pelo poder público municipal, pois segundo Seixas e Bovo (2020, p. 57), “o uso da legislação urbana como ferramenta de (re)produção do espaço urbano sedimenta e realiza o resultado da falta de participação da sociedade nas decisões sobre o uso do espaço público”, oportuno à falta de interesse por parte da população em participar desses encontros.

Para tanto, além de participar desses eventos é preciso estar atento aos acontecimentos das administrações, fiscalizando, controlando o que tem sido proposto e o que tem sido realizado. Para que assim “o espaço público seja desenhado de acordo com as necessidades da população local” (Seixas; Bovo, 2020, p. 57).

Na sequência, é apresentada a subseção que se refere à discussão conceitual relacionada à pequena cidade, ou seja, como os diferentes pesquisadores analisam e quais os critérios utilizados para classificá-la.

3.2 A pequena cidade: abordagens conceituais

A carência de estudos acerca das pequenas cidades ocorre, muitas vezes, em razão da insignificância do aspecto quantitativo populacional e pela incapacidade do inoperante poder público municipal em promover o autodesenvolvimento dessas localidades (Figueiredo, 2008). Diante disso, a ciência geográfica passou a se preocupar com esses espaços urbanos, uma vez que é preciso entender como as produções sociais e econômicas funcionam dentro das pequenas cidades do interior, pois, muitas vezes, são esquecidas pelos governantes por serem vistas como centros pacíficos, sossegados e com poucas chances de crescimento. Mas de fato vivem situações semelhantes às cidades de médio e grande porte, como: a violência, insegurança, poluições, falta infraestrutura urbana, dentre outras, o que as tornam “realidades que não podem ser negligenciadas do cenário científico brasileiro por serem espaços ricos em dinamicidade,

particularidades e singularidades e, por isso, requerem um olhar diferenciado para essas realidades urbanas” (Gusmão, 2019, p. 25).

Além do mais, “o urbano não se compõe apenas das grandes aglomerações, pois, há um amplo e diverso conjunto de pequenas localidades cujos papéis talvez não se revelem isoladamente, mas no conjunto da rede urbana” (Endlich, 2009, p. 9). E, ainda para Fernandes (2018):

É preciso considerar, também, que as pequenas cidades não estão isoladas e fixadas na rede urbana brasileira, ou seja, elas compõem na rede; estão inseridas, articuladas e conectadas às dinâmicas urbanas, inclusive em esfera global, pois fazem parte do modo de produção capitalista e fazem parte – e são influenciadas por – do fenômeno da globalização, sofrendo as consequências e a perversidade desses processos. Assim, a maior parcela da população dessas pequenas cidades tem suas vidas condicionadas às decisões do capital (Fernandes, 2018, p. 14).

Dessa forma, há de se considerar que as pequenas cidades não estão excluídas e nem isoladas da rede urbana, pois, além de possuírem a capacidade de suprir as necessidades básicas da sua população local, possuem relações tanto internas quanto externas com outras cidades ao seu redor, sejam elas de pequeno, médio ou grande porte.

Diante disso, quando se inicia um estudo sobre as pequenas cidades, é preciso inicialmente entender o que é cidade, e quais são os critérios e variáveis existentes para a sua classificação, mensuração e caracterização. Além do mais, os conceitos e critérios podem variar de acordo com a época (evolução e organização do espaço), da formação do pesquisador, das transformações que vêm ocorrendo, ou até mesmo na visão da sociedade (Figueiredo, 2008). E ainda, segundo França (2021) “no Brasil, o município é a menor unidade político-administrativa onde toda sede municipal é cidade e recebe seu nome, independente das características, funções e dinâmicas que possui”.

Dessa forma, é visto de que não há um único e absoluto conceito sobre cidades, cidade é cidade, independentemente do porte em que se encontra, e se caracteriza por meio de espaços de circulação de pessoas e mercadorias, relações sociais, econômicas e culturais. No entanto, para se ter um bom funcionamento é necessário ter uma boa gestão desse espaço, por meio de recursos de infraestrutura urbana (distribuição de água potável, rede de esgoto, mobilidade), trabalho e moradia para a população, segurança pública e educação, a fim de propiciar aos seus habitantes um espaço urbano com boa qualidade de vida e bem-estar (Cortese et al, 2019).

Para tanto, o parágrafo único do art. 1º do Estatuto da Cidade (2001), “estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental”.

Mas, é claro que, “evidentemente que nem todas as cidades apresentam as mesmas formas/funções, territorialidades e dimensões, cada qual exerce um papel diferenciado e é construída por agentes sociais distintos” (Manfio; Benaduce, 2019, p. 192), mas todas possuem os mesmos direitos e deveres. Além do mais, cada cidade se reflete através do seu tempo com as possíveis relações da sociedade, e esta sociedade se encontra em constantes transformações e movimentos, fazendo com que o espaço seja criado e recriado diversas vezes, em consequência às diversas modificações nas realizações e construções humanas (Bacelar, 2008).

Para Santos (2008) a cidade começa a se diferenciar do campo e aparece como um lugar revolucionário e de liberdade, em razão da mudança do feudalismo para o capitalismo. Dessa forma, ela passa a ser representada pelo homem livre e pela possibilidade de escolhas, e assume um lugar de atividades predominantemente não agrícolas, em consequência das técnicas inovadoras de produção nesse setor. Desse modo, pode-se afirmar que a cidade é um meio capaz de impulsionar o desenvolvimento e aperfeiçoamento das técnicas, ou seja, um lugar de constante transformações e ebulições.

Para Bernandelli (2004, p. 214), “ao pensar em cidade, imediatamente estabelecemos certas associações, quase que automáticas. Primeiramente, vem a ideia de uma parcela concreta do espaço, passível de ser delimitada, na maior parte dos casos, que apresenta uma estruturação e uma morfologia peculiares”. No entanto, para o filósofo e sociólogo Lefebvre (2001, p. 52) “a cidade tem uma história; ela é obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas”.

Para Manfio (2015), a cidade pode ser representada tanto pelo concreto quanto pelo invisível, pois é nela que se processam diversos sentimentos, acontecimentos e relações cotidianas como trabalho, lazer e moradia. Para Gehl (2015), a cidade funciona não só como um local de acesso livre para pessoas, mas também de encontros e de troca entre elas, onde expressam sua felicidade ou tristeza, a ainda realizam manifestações, marchas, festas de rua, dentre outras.

Em contrapartida, segundo Carlos (2009, p. 57), a cidade “é uma realização humana, uma criação que vai se constituindo ao longo do processo histórico e que ganha materialização concreta, diferenciada em função de determinações históricas específicas. [...] assume formas, características e funções distintas”.

Diante disso, confirma-se que a cidade pode ser compreendida de diversas formas, seja por meio de uma parcela materializada, concreta e estruturada, ou seja pela sua história e representatividade de grupos, pessoas, crenças e sentimentos. Por isso, segundo Bacelar (2008):

De modo abrangente, podemos admitir que a cidades seja a materialização do urbano. A cidade se materializa enquanto espaço urbanizado. Enquanto que o urbano é a relação, os processos políticos-sociais inerentes ao desenvolvimento da urbanização do território, da região ou do país. Portanto, de forma singular a cidade seria a materialização das ações humana, enquanto o urbano seria inerente ao processo de transformação de uma sociedade, lugar ou espaço em formas urbanas, que não se atém apenas à cidade, mas a forma de vida de um grupo social. O urbano é a representação de um modelo de vida, a cidade a materialização deste modelo (Bacelar, 2008, p. 58).

Diante do exposto, independentemente se a cidade é considerada grande, média ou pequena, cada uma delas apresenta e representa uma diferente configuração sobre a produção do espaço urbano, por meio das etapas do seu processo histórico. Dessa forma, as cidades assumem formas complexas, especializações, características e diversas dinâmicas, além de importantes funções para o contexto regional. Sendo assim, pode-se dizer que o urbano representa um modelo de estilo de vida, mas são nas cidades que se configuram toda a materialização do espaço e as suas relações com a sociedade, da natureza e do capital.

Além disso, de acordo com Carlos (2009, p. 26), “a cidade é um modo de viver, pensar, mas também sentir. O modo de vida urbano produz ideias, comportamentos, valores, conhecimentos, formas de lazer e também de cultura”, ou seja, é um lugar onde tudo acontece, seja por meio de toda a sua parte estrutural e de materialização, mas também do convívio, da cultura, do bem-estar físico e psicológico, do entretenimento e do lazer.

Dessa forma, para se ter entendimento sobre a produção ou reprodução de um espaço, é preciso conhecer toda a história e suas relações, pois toda essa produção encontra-se sempre em movimento (por meio da construção de diversas formas e atividades em uma cidade) alternando-se quando preciso, para que assim possa atender aos novos interesses sociais e econômicos (Manfio; Benaduce, 2019).

Diante disso, pode-se afirmar que a cidade sempre esteve atrelada “com a sociedade no seu conjunto com sua composição e seu funcionamento, com seus elementos constituintes (campo, e agricultura, poder ofensivo e poder defensivo, poderes políticos, Estados etc.), com sua história. Portanto ela muda quando muda a sociedade no seu conjunto” (Lefebvre, 2001, p. 51). Além do mais, segundo Melo (2008):

A categoria cidade faz parte da linguagem de diversas áreas do saber, portanto, assume também denotações e significados específicos que demonstram as especificidades dos “olhares” científicos sobre o fato, ou seja, sobre a cidade. Por outro lado, cidade também faz parte do cotidiano das pessoas, da administração pública, das empresas, bem como sofre ações dos diferentes agentes sociais (Melo, 2008, p. 439).

Diante do exposto, Melo (2008) apresenta uma sinopse de como é possível conceituar as cidades, através de interpretações com ênfases nas mais variadas possibilidades, sendo elas: científica, por meio de diversas áreas do saber; sujeitos sociais, que são caracterizados pelos grupos sociais, econômicos e culturais, por meio de suas percepções e representações; e, por fim, os critérios demográficos, econômicos, políticos, dentre outros.

Diante disso, “a noção de “cidade pequena” tem muita dificuldade para se afirmar como conceito. Seu uso é bastante fluido e não está atrelado somente ao domínio da ciência, sendo utilizado frequentemente tanto pelo Estado quanto pelo senso comum” (Sposito; Silva, 2013, p. 19), começando pela palavra “pequena” que “[...] é um adjetivo, que remete à noção de tamanho, dimensão e no caso das cidades, uma associação entre pequeno número de habitantes com pequena área – no sentido mensurável – ocupada por uma cidade” (Fresca, 2009, p. 47).

Em seguida tem-se o aspecto quantitativo, que se atrela a um patamar mínimo e máximo de habitantes, no entanto esse limite varia para cada autor e não se restringe apenas no Brasil, mas também em outros países. Porém, a maioria deles consideram cidades médias aquelas com população superior a 50 mil habitantes (Figueiredo, 2008).

E em relação às pequenas cidades, segundo Corrêa (2011), estas podem ser entendidas como um povoamento concentrado em um núcleo (sede municipal, com poder de gestão política e administrativa e presença de instituições) onde há circulação de mercadorias e prestações de serviços por parte da população em um dado território, que dificilmente ultrapassa trinta mil habitantes. No entanto, uma nova classe foi definida pelo IBGE (2022) em relação aos municípios, onde são considerados “pequenos” aqueles que possuem menos de vinte mil habitantes.

Dessa forma, para esta pesquisa foram consideradas pequenas cidades aquelas que possuem até 20 mil habitantes e, por isso saber o real tamanho (quantitativo populacional) de uma cidade se torna de suma importância para conseguir diferenciar uma das outras. No entanto, para se ter esse tipo de indicação (porte de cada cidade) é preciso seguir as classes e alguns limites estabelecidos. Além disso, o administrador municipal precisa estar atento sobre as características dessa população (taxa de crescimento, expectativa de vida, dentre outras), a fim de realizar um melhor planejamento que contemple as suas reais necessidades tanto no setor

econômico, quanto político, social e espacial, visando sempre uma melhor qualidade de vida para os seus moradores (Figueiredo, 2008).

Sendo assim, o aspecto quantitativo segundo Fernandes (2018, p. 19), “não pode ser o elemento determinante na discussão sobre a temática das pequenas cidades. Logo, a quantidade e as discussões numéricas devem ser norteadoras, como um primeiro passo, mesmo que complexo e passível de grande discussão, para o debate”. Por isso, “se faz necessário acrescentar o uso do critério qualitativo. É este que irá mostrar o nível de desenvolvimento da economia e a sua dinâmica no espaço” (Figueiredo, 2008, p. 43).

Segundo Bernandelli (2004), para conseguir estabelecer uma melhor definição para as pequenas cidades, existem alguns critérios: o primeiro é caracterizado pelo tamanho demográfico (já comentado) em virtude da necessidade de se estabelecer um patamar numérico, por meio da obtenção de dados com possibilidades de comparações da realidade; o segundo está relativamente ligado à densidade que implica na concentração espacial, através da realização do cálculo de habitantes por metro quadrado (m^2); o terceiro refere-se aos aspectos morfológicos, através da investigação de diversos componentes da formação urbana, tais como, os físico-espaciais e os socioculturais; o quarto diz respeito às atividades que são exercidas por parte da população, tais como, o modo de vida da população, as inter-relações, com base nos avanços tecnológicos, e por fim as gerações de inovações, devido ao processo de urbanização e de caráter urbano.

Além disso, as pequenas cidades podem ser divididas em dois tipos (trajetórias diferentes): as que estão localizadas próximas aos grandes centros, com tendência de crescimento econômico, por motivo de envolvimento e proximidade com esses centros; e as que estão longe dos grandes centros, que por estarem isoladas, possivelmente ficarão estagnadas economicamente. No entanto, uma forma de atrair mais pessoas para esses locais é incentivando as atividades industriais, o que contribui para o crescimento das cidades (Figueiredo, 2008).

Ademais, foi por meio das atividades industriais que o termo pequenas cidades começou a ser usado no Brasil a partir da segunda metade de 1950, em virtude do contexto econômico (industrialização) e social (urbanização) daquela época, por meio do papel desempenhado e suas relações entre o meio urbano e o rural. E foi nesse mesmo período que ocorreram diversas transformações vinculadas aos pequenos núcleos em diversas esferas (vida econômica, política, social e do espaço) afetando, assim, toda a sociedade. Do lado rural, as transformações foram ainda mais significativas, em razão da industrialização do campo, o que gerou uma maior concentração da propriedade rural, diminuindo assim o número das pequenas propriedades e um aumento no número de assalariados. Diante disso, as pequenas localidades passaram a atrair

mais a população do campo em razão da grande demanda de empregos nas indústrias, dando início às migrações rurais-urbanas (Corrêa, 2011).

Dessa forma, com surgimento da indústria, toda perspectiva do modo de vida mudou, em função do domínio do capitalismo em todo o território. E tudo isso fez com que novas cidades surgissem, a fim de comportar a chegada da população rural em massa.

No entanto, “o entendimento do rural e do urbano não deve se valer de uma definição no sentido restrito, mas se apoiar num conjunto de elementos que possa permitir a leitura de um espaço num determinado tempo, pois sendo a realidade sujeita a constantes transformações” (Bernandelli, 2004), p. 229). Diante disso, percebeu-se que o espaço se modificou com o tempo, e as pequenas cidades foram surgindo aos poucos em razão das transformações ocorridas no campo.

De acordo com Silva e Bernandelli (2019), existem duas formas diferentes para se compreender as pequenas cidades:

A primeira concebe esse conjunto de cidades, com papéis urbanos bastantes restritos, como decorrente da lógica contraditória própria da expansão do capitalismo. Nessa vertente, considera-se que a difusão da urbanização promove profundas mudanças nas relações, instaurando o domínio da propriedade privada e expressando-se em muitos conflitos e contradições. [...] A segunda [...] é a análise do espaço por meio da interpretação de seus conteúdos. Em outras palavras, tratamos da interpretação de dois conceitos caros à Geografia e às Ciências Humanas: rural e urbano, ambos vistos no plano de suas relações (Silva; Bernandelli, 2019, p. 165).

Conforme foi exposto, a produção inicial das pequenas cidades se prende às questões de ruralidade, pois naquela época, necessitavam de centros menores para realizar diversas funções e serviços com o objetivo de atender as demandas daquela população rural, visto que, os grandes centros ficavam muito distantes dali. E com o processo de modernização e industrialização, esses pequenos núcleos passaram por uma especialização e se tornaram uma rede urbana.

Desse modo, esses pequenos núcleos passaram a se organizar (ao seu modo), respeitando suas escalas, densidades e capacidades de inovações, tanto para a política, quanto para a cidadania e vivência coletiva, assumindo assim, um importante papel na rede urbana, através da divisão social do trabalho e suas relações com a região e com o Estado (Moura, 2009).

Mediante a isso, essas pequenas cidades devem ser analisadas considerando um plano de relações com outros centros, por meio de uma construção social e coletiva, e não isoladas. Nesse caso, é preciso elaborar um plano prático e teórico com outros membros que seja da

mesma comunidade com o intuito de produzir reflexões para uma melhor compreensão do urbano, bem como a estruturação da sociedade (Sposito; Silva, 2013). Para Manfio e Benaduce (2019):

No que tange às pequenas cidades, estas apresentam estruturas menos complexas e um reduzido número de habitantes, mas desempenham um importante papel na rede urbana, no contexto interno, ou seja, para os moradores que ali vivem e circulam, e nas relações com a região. As pequenas cidades também têm funções que geram papéis urbanos e formas espaciais a partir dos processos envolvidos sobre o espaço (Manfio; Benaduce, 2019, p. 192).

Além do mais, essas pequenas localidades são consideradas confortáveis para a população, mesmo possuindo áreas pouco densas. E embora não possuam um quantitativo populacional de grande proporção, ocupam altas extensões no território nacional (Moura, 2009). E, ainda, segundo Manfio e Benaduce (2019), todos os lugares estão próximos um dos outros, não há a necessidade de se utilizar linhas de ônibus para circular dentro da própria cidade, não existem nomes para os bairros (tudo é considerado centro), há uma ótima relação por parte da vizinhança (onde todas as pessoas se conhecem), e ainda uma forte presença de arborização, ou seja, são locais que possuem “ar limpo e saudável”, o que gera uma boa qualidade de vida para os moradores.

No entanto, segundo Figueiredo (2008, p. 49) “[...] é importante que se deixe claro que a qualidade de vida não se resume apenas à satisfação material (objetiva), uma vez que existem outros atributos que nela interferem, como a satisfação pessoal e subjetiva (auto-realização, felicidade, interação, etc.)”.

Mesmo diante disso, as pequenas cidades ainda são muito desvalorizadas, pois são vistas como centros pacatos e sem perspectivas de crescimento. No entanto segundo Melo (2008), elas só passam a ser beneficiadas e valorizadas no momento em que os conceitos sobre a cidade e o meio urbano se ampliam, por meio do aprofundamento teórico e metodológico das pesquisas de estudos, no sentido de explicar ou esclarecer os conteúdos e as relações que se aglomeram.

Por isso, segundo Sposito e Silva (2013):

Não há dúvida que há relevância no estudo das cidades pequenas na análise espacial contemporânea. Além de expressarem importante fatia do fato urbano, elas demonstram significados cada vez mais complexos, do ponto de vista econômico, por exemplo, e ligados ao capital internacional, numa síntese de contatos e interações espaciais múltiplas que merecem cada vez mais o olhar atento do pesquisador, na tentativa de capturar analiticamente as

recentes transformações socioespaciais que são desencadeadas com o avanço da mundialização e expansão territorial (Sposito; Silva, 2013, p. 62).

Para tanto, os exemplos que podem ser citados referem-se à maioria dos países da Europa, onde os centros urbanos considerados de pequeno porte oferecem diversas funções para que a população tenha um cotidiano autossuficiente. Dessa forma, a população não precisa se deslocar até os grandes centros, em razão de suas estruturas não possuírem trânsito pesado e nem filas, ou seja, o tempo que se gasta para realizar tais atividades é bem menor e propicia mais facilidade na resolução dos problemas do dia a dia. Porém, já nos países subdesenvolvidos, os moradores precisam recorrer às grandes metrópoles até mesmo para realizar as funções fundamentais do dia a dia por estarem presos ao modo de vida rural (Moura, 2009).

E isso tudo acontece também com as pequenas cidades localizadas no território brasileiro, pois, em algumas delas, os seus moradores precisam se deslocar aos médios e grandes centros para realizar diversas atividades e serviços, tais como: consultas médicas ou procedimentos cirúrgicos, uma melhor educação, trabalho (com variedade de vagas e locais empregatícios), lazer (parques com áreas verdes), dentre outros; atividades estas que poderiam ser realizadas dentro do próprio município (na qual facilitaria muito mais a vida das pessoas), se houvesse uma boa gestão urbana.

Em contrapartida, segundo Fernandes (2008), há pequenas cidades que desempenham seu papel de uma forma restrita, cujas atuações não extrapolam os seus limites, ou seja, os serviços realizados e/ou prestados acabam sendo consumidos pelos próprios habitantes dentro do próprio município. Entretanto, esses produtos e serviços quando disponibilizados pelo poder público municipal são consumidos na maioria das vezes pelos moradores que possuem um poder aquisitivo menor, enquanto os de maior renda acabam consumindo esses mesmos serviços em cidades maiores, por acharem que as cidades pequenas possuem uma qualidade inferior aos demais centros. Todavia, essas condições estão prontamente ligadas com os repasses financeiros realizados pelo governo Federal e Estadual aos municípios. E um dos critérios utilizados por eles está diretamente relacionado com a questão do patamar demográfico das pequenas cidades, no entanto, segundo Bacelar (2008):

[...] é premente a necessidade das pequenas cidades em relação aos repasses estaduais e federais, mas, como a influência do poder político dos municípios com grandes e médias cidades é sempre maior que as pequenas, esse repasse toma foro político e, quase nunca, os critérios tomam por base o aspecto puramente técnico. As cotas são técnicas, mas, para cobrir as necessidades de seus municípios, os prefeitos das pequenas cidades necessitam sempre de

repasse complementares nos âmbitos estaduais e federais que nunca chegam, dado o seu pequeno peso político frente a esses poderes (Bacelar, 2008, p. 86).

Em alguns casos parte da arrecadação realizada pelos municípios por intermédio dos impostos cobrados, é enviada ao governo do estado. Em seguida, esses recursos são distribuídos conforme o patamar demográfico, ou seja, os municípios maiores acabam recebendo mais dinheiro do que os menores, sendo que esta distribuição deveria ser proporcional aos gastos e necessidades de cada município. Em outros casos, os municípios de menor porte não conseguem arrecadar mais dinheiro do que gastam e ficam à espera de recursos do estado para poder cumprir com as tais atividades.

Por isso, é imprescindível que os administradores municipais “disponham de instrumentos que lhes permitam intervir de maneira a solucionar ou abrandar os conflitos, mobilizar forças e acumular as capacidades e potencialidades existentes, promovendo, assim, uma vida melhor para as populações das cidades que governam” (Figueiredo, 2008, p. 54).

Por esta razão, o poder público precisa estar mais atento no que de fato acontece dentro dos pequenos núcleos, e como esses recursos repassados estão sendo distribuídos. É preciso entender que as pequenas cidades vivem situações semelhantes aos grandes centros, como a violência, insegurança, poluições, falta de saneamento básico, falta de infraestrutura urbana, falta de lazer, dentre outros.

Dessa forma, segundo dados do IBGE (2022), dos 5.570 municípios, 3.861 possuem menos de 20 mil habitantes, ou seja, 69,32%, sendo composto por 15,77% da população, totalizando 32.022.958 moradores nessas pequenas localidades, conforme mostra a tabela 1. Entretanto, a maior parte da população (28,99%) ainda está concentrada na classe acima de 500 mil habitantes, ou seja, nos centros de grande porte.

Tabela 1 - Classificação dos municípios segundo total de habitantes do Brasil

Classe (mil habitantes)	Quantidade de municípios		População (hab)	
	Número	%	Total	%
>=500	41	0,74	58.867.822	28,99
>=100 a <500	278	4,99	56.776.278	27,96
>=50 a <100	337	6,05	23.413.108	11,53
>=20 a <50	1.053	18,90	31.982.346	15,75
<20	3.861	69,32	32.022.958	15,77
Total	5.570	100,00	203.062.512	100,00

Fonte: Organizado pela pesquisadora, 2023.

Em relação aos municípios do Paraná, segundo dados do IBGE (2022), dos 399 existentes, 308 possuem menos de 20 mil habitantes, ou seja, 77,20%, sendo composto por 25,26% da população total do estado, totalizando 2.890.768 moradores nessas pequenas localidades, conforme a tabela 2. Diante disso, o cenário que o Paraná representa não difere muito com o do Brasil, pois a maior parte da população paranaense ainda está concentrada nos centros maiores, na classe de 100 a 500 mil habitantes.

Tabela 2 - Classificação dos municípios segundo total de habitantes do estado do Paraná

Classe (mil habitantes)	Quantidade de municípios		População (hab)	
	Número	%	Total	%
>=500	2	0,50	2.459.914	21,49
>=100 a <500	20	5,01	3.538.295	30,92
>=50 a <100	14	3,51	860.574	7,52
>=20 a <50	55	13,78	1.694.829	14,81
<20	308	77,20	2.890.768	25,26
Total	399	100,00	11.444.380	100,00

Fonte: Organizado pela pesquisadora, 2023.

Ao comparar os dados do IBGE de 2010 e de 2022 no Paraná, é notável que houve um aumento populacional significativo geral de 9,62%, totalizando 1.004.779 habitantes. No entanto, a classe que mais obteve acréscimo foi a de até 20 mil habitantes (considerada pequenas cidades), com 16,06% de aumento, totalizando 399.911 moradores a mais que o Censo anterior.

Tabela 3 – Comparação dos dados do IBGE 2010 e 2022 no estado do Paraná

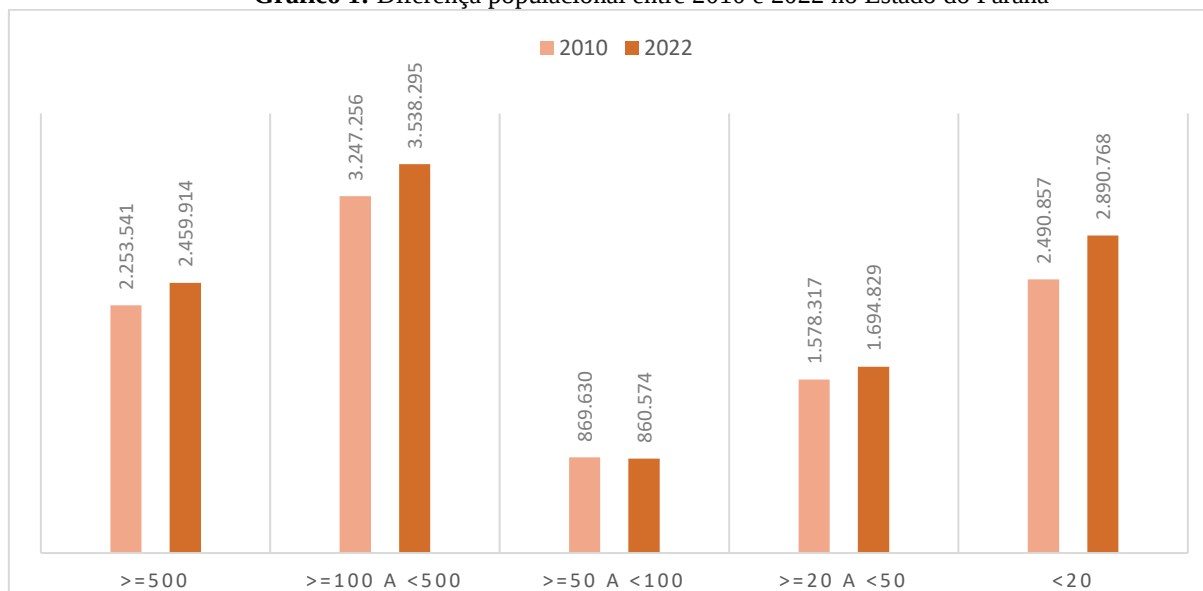
Classe (mil habitantes)	População (hab)		Diferença populacional	
	2010	2022	Total	%
>=500	2.253.541	2.459.914	206.373	9,16
>=100 a <500	3.247.256	3.538.295	291.039	8,96
>=50 a <100	869.630	860.574	- 9.056	- 1,04
>=20 a <50	1.578.317	1.694.829	116.512	7,38
<20	2.490.857	2.890.768	399.911	16,06
Total	10.439.601	11.444.380	1.004.779	9,62

Fonte: Organizado pela pesquisadora, 2023.

Essa diferença populacional entre as classes pode ser melhor vista e compreendida também no gráfico 1. Dessa forma, observou-se que as cidades menores (até 20 mil habitantes)

do estado do Paraná estão numa faixa de crescimento populacional e que em doze anos obtiveram 399.911 novos habitantes. Mas, é claro que esse cenário não é válido para todas essas localidades, pois muitas delas obtiveram decréscimo ao invés de acréscimo.

Gráfico 1: Diferença populacional entre 2010 e 2022 no Estado do Paraná



Fonte: Organizado pela pesquisadora, 2023.

Diante disso, constata-se que algumas dessas pequenas cidades do Paraná estão sendo mais valorizadas e desejadas pela população em geral, talvez por serem centros mais tranquilos, com pouco trânsito e com boa qualidade no ar.

Além mais, se houve aumento populacional, pode-se dizer também que há um crescimento econômico nessas localidades. Mas, será que esses pequenos centros se prepararam em relação a infraestrutura urbana para receber toda essa população? O que esses locais têm oferecido aos moradores no sentido do lazer? O poder público municipal tem seguido boas práticas da política urbana?

No entanto, para conseguir responder todas essas questões, é preciso antes de mais nada que o poder público municipal passe a conhecer toda a estrutura e funcionamento dessas pequenas localidades, observando todas as mudanças do setor econômico, social, cultural, espacial (se há desigualdades) e demográfico (perda ou ganho) dos últimos anos, através da análise do projeto de gestão.

Em seguida, é preciso envolver toda a comunidade para um debate, a fim de se exercitar na busca de soluções de melhorias (de curto a longo prazo) mais sustentáveis e tecnológicas para os possíveis problemas encontrados, contribuindo, assim, para a promoção do desenvolvimento urbano das pequenas cidades do interior, através de uma infraestrutura urbana

bem planejada e equipada, garantindo, desse modo, uma boa qualidade de vida aos seus moradores.

Na sequência, apresenta-se a subseção referente à infraestrutura urbana por meio de diferentes pesquisadores, a fim de mostrar a importância dos equipamentos urbanos enquanto criação e forma dos espaços públicos e ainda como refletem num bom desenvolvimento, funcionamento e cotidiano das cidades.

3.3 A infraestrutura urbana: abordagens conceituais

Como já foi discorrido nas subseções anteriores, tanto os espaços públicos quanto as cidades passaram por inúmeras transformações (em seu meio físico) e evoluções ao longo dos anos, em virtude de um crescimento demográfico considerável (não somente no Brasil, mas em outros países também). E todo esse crescimento da maioria das cidades dependeu e depende, quase que exclusivamente, do movimento migratório. Dados produzidos pelo Banco Mundial⁶ (*online*) mostram que na metade do século XX, apenas 33% da população mundial residia em áreas urbanas e hoje essas áreas são representadas por 56%. Porém, esse aumento significativo da população urbana, no entanto, não pode ser confundido com desenvolvimento, pois esse crescimento populacional acelerado, também chamado de desordenado, trouxe enormes problemas de infraestrutura urbana, gerando, sobremaneira, grandes impactos na qualidade de vida das pessoas e más condições ambientais, pois as cidades não estavam organizadas para a chegada da população rural em massa.

Quanto ao Brasil não foi diferente, pois até 1950 era considerado um país rural, onde a maioria da população ainda se concentrava no campo, visto que em apenas cinco décadas passou de uma economia rural para uma economia predominantemente urbana (sem nenhum planejamento). Em razão disso, a industrialização que, por consequência, gerou uma grande mudança no setor agrário, tornando-se um modelo mais industrial capitalista. E como resultado, o perímetro urbano foi ampliado e, então, surgiram diversos problemas de infraestrutura e social na maioria das cidades em consequência da ausência de um planejamento urbanístico.

No entanto, em detrimento dos objetivos do ser humano que busca sempre uma melhor qualidade de vida, como infraestrutura apropriada, condições de conforto e espaços públicos adequados, o quadro que o Brasil vem apresentando na maioria das cidades em pleno século XXI é desfavorável em relação ao planejamento e, por isso, a necessidade de se criar novas

⁶ Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/SP.URB.TOTL.IN.ZS?end=2021&start=1960>. Acesso em 28 de jun. 2023.

estratégias pensando em um desenvolvimento mais sustentável que engloba tanto os aspectos econômicos, sociais, quanto os ambientais.

E mesmo em relação às pequenas cidades, toda essa problemática possui ligação com o urbano muitas vezes não constituído ou sequer se encontra em fase de construção, por estar caracterizado por um estilo de vida diferente dos outros locais, através de uma cultura mais ruralista, mas que ainda reside na cidade. No entanto, esse grupo de cidades possui uma variedade significativa dentro do espaço urbano, todavia há aquelas com pouca expressão funcional, enquanto outras são mais estruturadas, organizadas e contam com uma maior complexibilidade em suas funções urbanas, as quais passam a adquirir bens e serviços vistos apenas nos centros maiores (Coutinho, 2011). E ainda “o que se verifica na realidade urbana é que as comunidades com menor potencial econômico são também as que possuem limitado acesso às redes de infraestrutura bem como onde se verifica uma pior qualidade dos serviços” (Saldanha, 2019, p. 59).

Porém, segundo Rech, Gullo e Scur (2019):

A cidade é uma construção antropológica, que deve ser entendida como casa, lugar de convivência, moradia, segurança, bem-estar e qualidade de vida do homem. Os motivos que levam o homem a viver na cidade é, sem dúvida, o objeto do seu planejamento, preocupação atual, que clama por uma postura epistêmica e inteligente [...] (Rech; Gullo; Scur, 2019, p. 57).

Desse modo, surge então a necessidade de reorganizar e gerenciar melhor esses espaços (que fazem parte de uma rede de infraestrutura), pois os mesmos passaram a se constituírem não mais apenas da interligação de áreas livres e edificadas dos sistemas viários, mas sim, de um conjunto de equipamentos urbanos (loteamentos e indústrias), equipamentos sociais (creches, clubes e hospitais) e sistemas desenvolvidos para melhor aproveitar o seu desempenho, e ainda facilitar a acessibilidade e locomoção das pessoas e dos automóveis (Zmitrowicz e Angeliz Neto, 1997).

Um dos aspectos mais importantes, eficientes e que impactam positivamente no desenvolvimento econômico e social da nação é o investimento em infraestrutura urbana, seja ele promovido pelo Estado ou pela iniciativa privada. Pois, a realização desses serviços, promove uma grande produtividade e competitividade, ambas mais rentáveis e atraentes no setor econômico e ainda introduz efeitos dinamizadores de investimentos em outros setores, possibilitando, assim, um bem-estar social, por meio de melhorias nas condições de transporte, estradas bem pavimentadas, comunicações, fornecimentos de energia, dentre outros (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2010).

E ainda, segundo Moraes, Goudard e Oliveira (2008):

Os equipamentos urbanos, a infra-estrutura e os edifícios industriais, comerciais e de moradias constituem os componentes físicos básicos para a existência de um bairro ou de uma cidade. A existência destes componentes físicos é considerada como um fator importante de bem estar social e de apoio ao desenvolvimento econômico, bem como de ordenação territorial e de estruturação dos aglomerados humanos (Moraes; Goudard; Oliveira, 2008, p. 99).

Além do mais, segundo Mascaró (2016), a implantação e o desenvolvimento das infraestruturas urbanas são ações antigas e tiveram seu início junto ao surgimento das cidades e foram passando por diversas etapas e evoluções até chegarem até nos dias de hoje.

E ainda, segundo Freire (2017, p. 24), “é possível compreender, portanto, que a infraestrutura urbana reflete diretamente no cotidiano das nossas cidades. Uma rede de infraestrutura eficiente permite a otimização dos recursos e processos das cidades”. Além disso, ela está interligada tanto no âmbito social quanto técnico, e quando se pensa em planejamento urbano, o seu significado deve abranger todas as estruturas físicas, tecnológicas, políticas, sociais, dentre outras (Vosgueritchian, 2015).

Dentro da literatura não há um único e absoluto significado para infraestrutura urbana, mas, segundo Braga (2006, p. 34) “são [...] aquelas estruturas que dão suporte a vida habitual e que são originadas pela infra-estruturação de um núcleo urbano coeso, seja um bairro, um setor ou uma cidade inteira, reconhecível por seus habitantes como um lugar e não pela articulação deste lugar com os demais núcleos”. E para Freire (2017, p. 33), “é o conjunto dos sistemas sociotécnicos incorporados ao meio urbano para o qual eles oferecem serviços fundamentais para o seu funcionamento”.

E segundo Zmitrowicz; Angeliz Neto (1997):

A infra-estrutura urbana pode ser conceituada como um sistema técnico de equipamentos e serviços necessários ao desenvolvimento das funções urbanas, podendo estas funções ser vistas sob os aspectos social, econômico e institucional. Sob o *aspecto social*, a infraestrutura urbana visa promover adequadas condições de moradia, trabalho, saúde, educação, lazer e segurança. No que se refere ao *aspecto econômico*, a infra-estrutura urbana deve propiciar o desenvolvimento das atividades produtivas, isto é, a produção e comercialização de bens e serviços. E sob o *aspecto institucional*, entende-se que a infraestrutura urbana deva propiciar os meios necessários ao desenvolvimento das atividades político-administrativas, entre os quais se inclui a gerência da própria cidade (Zmitrowicz; Angeliz Neto, 1997, p. 2).

Dessa forma, sob o aspecto social, a infraestrutura urbana traz um grande impacto para a sociedade como um todo, pois todos os serviços e elementos precisam ser de qualidade e ter acesso igualitário a todos os cidadãos. O aspecto econômico é representado pelos custos de implantação, conservação ou manutenção de todas as construções em consequência ao alto investimento de capital para tais operações. E o aspecto institucional que está diretamente ligado aos recursos públicos, ou seja, a responsabilidade de fornecer verba para esses fins é toda do poder público (Freire, 2017).

Em relação ao aspecto ambiental, pode-se citar como exemplo as infraestruturas verdes que segundo Mascaró (2016) possui a função de estabelecer uma conectividade entre a cidade (dentro e ao redor) e os elementos naturais, através de espaços e parques com áreas verdes e arborização, levando em conta não só os aspectos geobiofísicos (estrutura, função e mudança), mas também as transformações do uso e ocupação do solo ao longo dos anos. Além disso, essa rede verde precisa ser administrada de forma conjunta e integrada com a infraestrutura tradicional (cinza), pois se por um lado a tradicional permite que as cidades sejam mais funcionais num primeiro momento, por outro, pode comprometer toda a paisagem urbana, bem como a qualidade do ambiente. Por isso, é imprescindível realizar todo um planejamento urbano, com a participação da população, para ajudar na identificação das áreas que já estão comprometidas.

Além disso, a infraestrutura também pode ser compreendida como equipamentos urbanos (ruas, lagos, praças e jardins), que são tanto os bens públicos (praças, escolas, parques, dentre outros) quanto os privados, ambos necessários para um bom funcionamento da cidade, para o lazer, a fim de favorecer a qualidade de vida aos moradores (Manfio, 2015). Desse modo, segundo Moraes, Goudard e Oliveira (2008, p. 98) “considerando-se o formato da cidade, um desejo contextualizado pela sociedade que a compõe, o mesmo está presente na mente e nas relações de uso que existem entre seus habitantes e os espaços que a formam”.

E segundo o Ministério das Cidades⁷ (2023), esses equipamentos urbanos estão divididos em:

São equipamentos públicos urbanos as instalações e espaços de infraestrutura urbana destinados aos serviços públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de águas pluviais, disposição e tratamento dos resíduos sólidos, transporte público, energia elétrica, rede telefônica, gás canalizado e congêneres. São equipamentos públicos comunitários as instalações e espaços de infraestrutura urbana destinados aos serviços públicos

⁷ Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/desenvolvimento-regional/reabilitacao-de-areas-urbanas/5-o-que-sao-equipamentos>. Acesso em 28 dez. 2023.

de educação, saúde, cultura, assistência social, esportes, lazer, segurança pública, abastecimento, serviços funerários e congêneres (Ministério das cidades, 2023).

Assim sendo, aponta-se como equipamentos públicos: pavimentação, calçamentos (passeio público), pista de caminhadas, ciclovias, dentre outras. E os equipamentos comunitários segundo Moraes, Goudard e Oliveira (2008), são todos os serviços inseridos no dia a dia de toda a comunidade através da acessibilidade, da segurança e do conforto, por isso os serviços devem sempre estar relacionados com outros agentes físicos de uma cidade, para que estes possam melhor entender as várias formas que se compõem uma cidade. Porém, não basta implantá-los, é preciso observar o local em que esses equipamentos serão implantados, elaborar projetos executivos, verificar se os materiais a serem utilizados estão de acordo com as normas, além de necessitarem de cuidados com manutenção e conservação.

Dessa forma, para Zmitrowicz e Angeliz Neto (1997), esses equipamentos podem ser divididos em seis subsistemas técnicos setoriais, são eles:

- os viários, que consistem nas vias urbanas, compostos por uma ou mais redes de circulação (locais, coletoras, arteriais e expressas);
- de drenagem pluvial, cuja função é favorecer o escoamento das águas oriundas das chuvas, evitando as enchentes e inundações através da instalação de um sistema de captação (bocas de lobo ou sarjeta, galerias, tubos coletores em concreto, poços de visitas, dentre outros) nas vias urbanas, com destinação para os rios e córregos;
- de abastecimento de água potável, através da captação (poços, rios, aquíferos, etc), do tratamento e distribuição para toda população;
- de esgoto sanitário, que é constituído pelo complemento da rede de abastecimento de água, com função realizar o tratamento de todo esgoto gerado pela população, antes do seu lançamento ao destino final;
- o energético, constituído por dois tipos de energias, a elétrica (captação da energia primária, conversão em elétrica e o transporte para toda população) e a gás (composto pela produção ou jazidas de gás natural);
- os de comunicações, através das redes de telefonias, televisivas e a cabo, responsáveis pela transmissão e transferência de informações a população.

E ainda, para Mascaró (2016), as redes viárias atuais se constituem em duas partes diferenciadas: o leito carroçável (composto por diversos tipos de pavimentos: rígidos, flexíveis e semiflexíveis), destinado ao trânsito de veículos e para rede de drenagem pluvial. Esse leito

possui geralmente duas camadas, a primeira de revestimento com função de suportar toda a carga distribuída pelo tráfego e a segunda dividida em base e sub-base, com função de proteger todo o revestimento de possíveis falhas. E ainda, possui um conjunto de meio-fio, construído em concreto, a fim de facilitar a passagem das águas pluviais até as bocas de lobo; e os passeios, destinados a circulação de pedestres, através de pistas de atletismo e caminhadas, geralmente pavimentados com concreto (não estrutural), pedriscos, ladrilhos cerâmicos, ladrilhos hidráulicos, entre outras. Além disso, tem-se as rampas de acessibilidade que acompanham a faixa de pedestres até o passeio, e os pisos especiais (táteis) que emitem um som com função orientar os deficientes visuais.

Em relação a drenagem das águas pluviais, segundo Mascaró (2016), existem também outros conceitos, tais como: pavimentação permeável, através de blocos furados com plantio de grama, porém requerem manutenções periódicas; pavimentos veiculares permeáveis com utilização de pedras irregulares, mas que trazem desconfortos sonoros para quem os utilizam; integração dos parques das cidades com bacias de estocagem, considerada uma das melhores alternativas para engenheiros e urbanistas, por meio da destinação da água para uma pequena barragem escavada em uma parte do terreno, dentre outros.

E no caso de abastecimento de água, há também a reciclagem, através do sistema semifechado, onde a água da chuva é coletada e levada para um reservatório, porém essa água só se torna potável se passar por um processo de tratamento, caso contrário poderá ser utilizada apenas nos banheiros (vaso sanitário), lavagem de roupas e calçadas, dentre outras (Mascaró, 2016). Em relação ao esgotamento sanitário podemos citar também as fossas sépticas (tratamento primário) e os sumidouros, construídos muitas vezes em cidades de pequeno porte, por não possuírem rede de tratamento de esgoto. Nesse caso, as fossas recebem todos os dejetos das residências, e esses dejetos passam por um processo de separação e transformação, onde apenas a matéria sólida permanece na fossa e todo o líquido é destinado para o sumidouro (sem laje no fundo) que tem a finalidade a penetração do efluente no solo.

Em relação aos equipamentos energéticos, segundo Hüther (2006) a iluminação pública é um serviço fundamental e essencial em todas as áreas dos municípios (tanto nas áreas centrais quanto periféricas), como nas praças, parques, prédios públicos e monumentos, e ainda contribui para segurança da população e tráfego de veículos, permitindo que os mesmos possam desfrutar do espaço público no período noturno e ainda se orientarem nos percursos. Além disso, quando se tem qualidade nesse sistema a imagem da cidade melhora e ainda favorece a realização de diversas outras atividades que contribuem para o desenvolvimento econômico e social do local, tais como: lazer no período noturno, turismo, comércio, cultura, dentre outros.

Além desses, segundo Castilho (2009), aparecem também as sinalizações viárias responsáveis por regulamentar, limitar, proibir ou restringir situações de perigo no trânsito aos usuários (pedestres e motoristas), por meio das indicações e posicionamentos das placas, luzes, marcas, barreiras, dispositivos, dentre outras, seguindo três principais tipos de comunicação: a sinalização vertical, que se utiliza de placas fixadas mediante a símbolos e/ou legendas, de caráter variável ou permanente, a fim de fornecer importantes informações aos usuários de modo, ordenar e orientar o tráfego, com intuito aumentar a segurança dos mesmos; sinalização horizontal, composta por faixas, símbolos e marcações sobre os pavimentos, de modo a orientar o fluxo dos pedestres e condições das vias (topografia e obstáculos), ordenar o fluxo de veículos, com propósito de complementar a sinalização vertical; e sinalização semaforica, por meio de um sistema eletrônico com indicações alternadas (cores e luminosidade), para controlar os descolamentos de veículos.

E ainda, segundo o CONTRAN (Conselho Nacional de Trânsito, 2007) seus princípios básicos estão ligados diretamente com: legalidade, por meio de legislações e do Código de Trânsito Brasileiro; suficiência, de fácil percepção e quantidade necessária; padronização, com a utilização dos mesmo critérios estabelecidos; clareza, mensagens com facilidade de compreensão; precisão e confiabilidade, por meio da credibilidade; conspicuidade, por meio da boa visibilidade do local que está inserida; visibilidade e legibilidade, com visão e posição adequada aos usuários; e manutenção e conservação, livre de interferências, conservada, bem fixada e limpa.

No entanto, todos esses equipamentos e subsistemas citados, segundo Kalil (2008) precisam operar com perfeição e precisão, pois fazem parte de um sistema técnico que refletem de como a cidade irá funcionar. Por isso, é preciso ter investimentos e equipamentos necessários que possibilitem sua utilização e ampliação, com intuito evitar sobrecargas que dificultem os padrões de serviços previstos.

Além do mais, segundo Mascaró (2016), tanto as cidades quanto a sua infraestrutura precisam estar atentas aos diversos riscos climáticos que possam vir a existir, com intuito, realizar ajustes a nível local ou regional, através de estratégias e/ou soluções inovadoras, bem como manutenções regulares em todas as áreas e serviços.

Para tanto, é preciso primeiramente pensar na construção de uma infraestrutura apropriada e inteligente para uma cidade, e isso tudo está ligado diretamente a uma gestão correta e honesta. Por isso, é importante destacar a necessidade das normas de Direito Urbanístico que é um instrumento valioso, com finalidade assegurar um ambiente equilibrado ecologicamente com inclusão social, respeito a cidadania e as diversidades, dentre outros. Dessa

forma, a lei não deve ser apenas de diretrizes conceituais, mas sim de instrumentos legais e concretos que efetivem todas as políticas públicas, pois é necessário estabelecer prazos e metas, para que elas se concretizem de fato (Rech; Gullo; Scur, 2019).

E tudo isso está ligado diretamente com as Políticas Urbanas, “ação de governo consubstanciada num conjunto de instrumentos urbanísticos, tributários e jurídicos, com intuito de ordenar o desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, dentro dos parâmetros de justiça social e de equilíbrio ambiental” (Hüther, 2006, p. 77).

Diante disso, tem-se o Estatuto da Cidade, lei nº 10.257/01 que regulamenta:

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

III – cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;

IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;

V – oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais; [...].

Desse modo, deduz-se que o Estatuto da Cidade foi criado pensando no bem-estar e na qualidade de vida de toda a população por meio de garantias, gestões, cooperações, planejamentos e ofertas, no entanto a realidade na maioria das cidades brasileiras não é essa. Pois, ainda falta a concretização dos instrumentos legais e de políticas claras e objetivas, para que essa lei se efetive e aconteça de fato e possa garantir dignidade às pessoas através do acesso aos bens e serviços necessários, e ainda um ambiente equilibrado ecologicamente.

E para a concretização dessas leis, é preciso antes de mais nada, seguir todo um processo de planejamento que segundo Rech, Gullo e Scur (2019):

[...] é um trabalho permanente de reflexão, construção e adequação das políticas públicas, acompanhando e comprovando a eficiência dos planos com seus resultados. O processo de planejamento tem como base: conhecimento, entendimento, sensibilidade e necessidade de segurança jurídica do futuro da

cidade. [...] De outra parte, o governante necessita estabelecer um plano de ação que signifique o compromisso em sua administração de executar etapas dos instrumentos jurídicos de planejamento previsto na lei. O Plano de governo não decorre do programa do partido, mas de políticas de Estado, institucionalizadas em instrumentos jurídicos (Rech; Gullo; Scur, 2019, p. 31).

Dessa maneira, é de extrema importância que cada gestor público municipal faça a sua parte e desenvolva seu trabalho de forma transparente, participativa e colaborativa para com o cidadão, desde que seja de forma conjunta com o poder executivo, legislativo, judiciários, entre outros, (Moreira, 2021), a fim de garantir um planejamento estruturado, organizado e de qualidade, beneficiando assim o cidadão.

Pois, segundo Michel (2012):

Realizar um planejamento pleno do desenvolvimento municipal pode evitar o encontro com situações consolidadas e insolúveis que são encontradas em municípios maiores que não foram planejados desde o início, que são problemas que com o tempo só aumentam, como questões de saneamento básico, ocupações irregulares, degradação de recursos naturais, entre outros (Michel, 2012 p. 14).

Além disso, a construção desse novo projeto e nova administração depende de uma gestão moderna e inteligente, através de um conjunto de ações, que vão além de apenas um governo, ou seja, não decorre de um partido, mas sim de políticas públicas de Estado. É preciso a realização de um trabalho contínuo, com decisões científicas, epistêmicas e legítimas, por ser uma garantia do Estado de Direito de toda população. Portanto, é preciso também nunca se afastar das bases iniciais de cada cidade (Rech; Gullo; Scur, 2019).

A administração pública se aplicada em um conceito de Cidade Inteligente passa a estar ligada em quatro tópicos, sendo eles: a governança, que é formada por um conjunto de regras de gestão, com responsabilidades e tomadas de decisões, a fim de garantir a eficiência e transparência por parte da administração; a transparência (gestão pública transparente), ligada diretamente com a governança, com finalidade de checar como os recursos públicos estão sendo distribuídos e utilizados pelos governantes; a ouvidoria, com função de promover relações e comunicações entre os cidadãos e os órgãos públicos, através de um canal aberto em prol dos seus interesses, no qual é possível fazer sugestões e reclamações sobre os serviços prestados; e a proteção de dados, através de um sistema que coleta os dados pessoais, (com as devidas autorizações) e realiza um tratamento de proteção desses dados (Moreira, 2021).

E para que tudo isso possa se concretizar, é preciso elaborar um Plano Diretor, que segundo Hüther (2006, p. 82), “[...] deve ser um instrumento básico da política de

desenvolvimento e expansão urbana, para estabelecer normas e diretrizes para o pleno desenvolvimento da cidade”. E para Rech, Gullo e Scur (2019), a realização de um Plano Diretor Inteligente (com políticas públicas bem estabelecidas) bem construído e complementado por um Código de Postura, que registra regras de ocupação e parcelamento do solo, zoneia áreas de preservação, tende a auxiliar cada área em seu processo de organização. Além do mais, é imprescindível que haja um processo de consciência e participação de toda a sociedade, para que isso possa ocorrer de fato.

No entanto, segundo França (2021), o Plano Diretor só é obrigatório em cidades acima de 20.000 habitantes, mas que de fato é de extrema importância que mesmo os pequenos núcleos passem a considerar a implementação desse instrumento e também da Lei Orgânica⁸, para que, assim, possa realizar o ordenamento de todo o espaço urbano. Além disso, toda a população deve se integrar com a cidade construindo uma participação representativa decisória na formação das políticas públicas, através do acompanhamento e fiscalização de toda construção e gestão por parte dos governos municipais. Com essa representatividade do cidadão, a corrupção poderia ser diminuída ou até mesmo impedida de acontecer. Porém, é preciso que o poder público tome consciência e valorize todos os conhecimentos da população, criando diversos mecanismos para que essa participação seja efetivada de fato, integrando assim todos movimentos sociais (Igrejas, pastorais, dentre outras) para resolver ou amenizar os problemas que afetam a vida urbana.

Mas além do Plano Diretor, existem outros instrumentos de políticas urbanas tão importantes quanto esse e que representam uma luz no fim do túnel para esses municípios, são eles: parcelamento do uso e ocupação do solo, zoneamento ambiental; gestão orçamentária, plano de desenvolvimento econômico e social, dentre outros (Hüther, 2006)

Além disso, a responsabilidade pelo desenvolvimento socioeconômico de cada município através da construção, fiscalização, conservação e manutenção de toda a infraestrutura urbana (saneamento, transporte, iluminação pública, pavimentação, ...); e serviços públicos (limpeza urbana, coleta seletiva de lixo e outros serviços essenciais) é da Secretaria de obras (Moreira, 2021), no entanto é preciso ter pessoas competentes, dispostas e com formação para ocupar esse cargo. Para Manfio (2015, p. 142), “somente com a gestão, planejamento e políticas públicas é possível a melhoria da qualidade de vida cidadina”.

Dessa forma, é preciso ainda que todos os envolvidos levem em consideração diversos fatores (em um contexto global) sobre a sustentabilidade, o ambiente em que se vive e a

⁸ É a maior lei do município, criada para promover um melhor funcionamento de toda a administração e poder municipal.

sociedade como num todo, para que assim possa satisfazer pelo menos o mínimo das necessidades básicas da população atual e futura. Diante disso, é preciso realizar um planejamento eficiente, através da implantação e monitoramento dos equipamentos urbanos independentemente do porte ou região que a cidade se encontra (Moraes; Goudard; Oliveira, 2008).

Na sequência, é apresentada a subseção referente ao contexto histórico-geográfico da pequena cidade de Engenheiro Beltrão, bem como o seu surgimento, configuração e construção em diversas épocas, por meio de alguns autores regionais e registros fotográficos.

4 O CONTEXTO HISTÓRICO-GEOGRÁFICO DA PEQUENA CIDADE DE ENGENHEIRO BELTRÃO

[...] a relação entre história e memória não pode ser vista como competição e conflito. A memória e a história, na atualidade, têm características diferentes do período do Antigo Regime, contudo há uma “circularidade” entre elas que, apesar de não ser de poderes equivalentes, está longe de ser parte de uma relação linear de dominação. Tanto a história como a memória devem ser percebidas em suas inserções sociais, como produtos dos conflitos sociais, guardando ambas as suas especificidades e irredutibilidades (Carvalho, 2004, p. 23).

Além da ligação entre a história e a memória, há uma dissociação entre a história e a geografia, que mesmo possuindo uma discordância entre elas, ambas se utilizam de informações e ferramentas científicas que ajudam na qualidade e criação de novos caminhos, que permitem a resolução dos problemas relacionados (Pereira et al, 2019).

Dessa forma, faz-se necessária, nesta seção, a contextualização histórica-geográfica do município de Engenheiro Beltrão, pois toda a construção, configuração e transformação dos espaços urbanos, segundo Bovo, Santana e Oliveira (2016, p. 2) “tornaram-se um verdadeiro campo de investigação para todos aqueles que buscam entender a sociedade a partir de suas construções, de suas marcas e de seus momentos históricos”. Além disso, “a origem das pequenas cidades tem motivações distintas, influenciadas principalmente pelo momento histórico e pelos interesses dos agentes sociais” (Corneli; Angelis; Caxambú, 2014 p. 71.).

No entanto, a maior dificuldade para a elaboração desta pesquisa é em relação ao seu contexto histórico, em razão da falta de informações por meio de livros e artigos científicos, que envolvem a temática de pequenas cidades. Além do mais, “recontar as histórias das pequenas cidades é de suma importância para melhor caracterizar as regiões do país” (Pereira et al, 2019, p. 13).

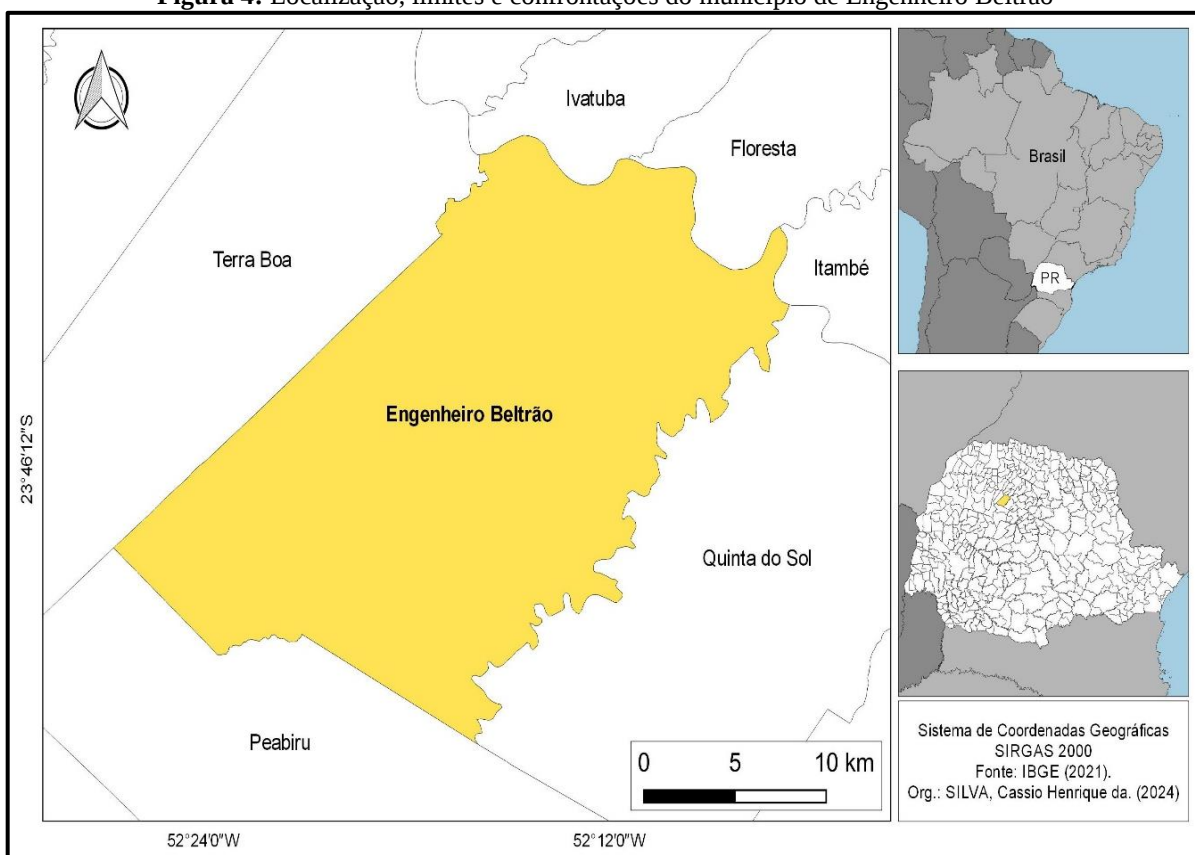
Nesse sentido, toda história do município será contada de uma forma simples e direta, não só por meio dos poucos livros e artigos encontradas, mas também baseado na memória (armazenamento de boas ou más recordações do passado que ficam guardadas em nossa mente) dos primeiros habitantes (agricultores), por meio de entrevistas realizadas por alguns autores da região, pois, segundo Soares (2023):

Investigar estas relações é importante para esclarecer como se processam algumas mudanças na estrutura urbana ao longo do tempo e como elas são apreendidas pelos seus moradores. Entendemos que as constantes

transformações no quadro urbano nos fazem pensar em suas funções sociais e nos seus moradores, os quais se transformam ao longo de suas vidas e, ao mesmo tempo, interagem com outros sujeitos no espaço urbano, o qual também é objeto de intervenções do poder público (Soares, 2023, p. 12).

Segundo dados do IBGE (2022) e do IPARDES (2023), o município de Engenheiro Beltrão está localizado no terceiro planalto do noroeste do estado do Paraná, bem como na Mesorregião Centro-Ocidental, da Microrregião de Campo Mourão (Região Geográfica Imediata de Campo Mourão). Possuindo ainda, as seguintes coordenadas geográficas: latitude: $23^{\circ} 48' 04''$ S e longitude: $52^{\circ} 15' 36''$ W, com altitude de 486 metros. Além disso, situa-se a 456,91 km da capital Curitiba, a 55 km de Maringá e a 32 km de Campo Mourão (seus principais pontos de referências), bem como, à margem esquerda do Rio Ivaí. E ainda possui área territorial total de 467,470 Km², distribuída em 6 distritos administrativos, sendo eles: Engenheiro Beltrão, Sertãozinho, Sussuí, Triângulo, Figueira do Oeste e Ivailândia. E ainda, limita-se com os seguintes municípios: Terra Boa, Ivatuba, Floresta, Itambé, Quinta do Sol e Peabiru, como mostra a figura 4.

Figura 4: Localização, limites e confrontações do município de Engenheiro Beltrão



Fonte: IBGE (2021). Org.: SILVA, Cassio Henrique da. (2024).

Para esta seção optou-se em organizar as subseções a partir de diferentes períodos da história, sendo elas: 4.1 Engenheiro Beltrão de 1930 a 1969, por meio de uma contextualização história de seu desbravamento, colonização, bem como a chegada dos primeiros habitantes; 4.2 Engenheiro Beltrão de 1970 a 1989, início da primeiras construções infraestruturais (pavimentação asfáltica e a instalação de galerias de águas pluviais nas principais avenidas da cidade); 4.3 Engenheiro Beltrão de 1990 a 2009, marcado por inúmeras construção importantes, em relação ao esporte, lazer, educação, saúde, cultura e ampliação da malha urbana (construção do primeiro loteamento), além da criação das primeiras leis municipais, como a do Plano Diretor e de Uso e ocupação do solo; e 4.4 Engenheiro Beltrão de 2010 a 2024, marcado pela continuidade da ampliação da malha urbana (área urbana e rural), além de novas construções (Fórum Estadual e duplicação da PR-317) e revitalizações importantes ocorridas em alguns espaços públicos e equipamento urbanos já existentes.

4.1 Engenheiro Beltrão de 1930 a 1969

O início da história e colonização de Engenheiro Beltrão se deu a partir de 1930, por meio de camponeses, juntamente com suas famílias em busca de melhores condições de vida, terras férteis (com preços acessíveis) e facilidade de pagamento, em razão de possuir terrenos planos, com bons recursos hídricos, clima estável, acessível para cafeicultura, criação de gado e suínos. Todo trabalho braçal realizado por essas famílias nessa região foi recompensado logo em seguida, pois rapidamente se desenvolveu o que conseqüentemente gerou colheitas fartas e progresso (Prefeitura Municipal de Engenheiro Beltrão, 2023).

De acordo com Yokoo (2013, p. 26) o início da história e colonização da Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense é representada por duas fases, sendo a primeira chamada de “frente de expansão”, onde “a terra não era mercantilizada e o acesso à propriedade da terra era efetuado por posses, de acordo com a legislação específica. No entanto, pode-se observar que o uso da terra se dava com finalidades da subsistência familiar, e eventuais excedentes destinados para o mercado e/ou trocados por manufaturas”.

Dessa forma, é visto que o desenvolvimento e progresso dessa região deu-se pelo simples fato do Paraná possuir terras de excelente qualidade com a finalidade de subsistência familiar, visto que segundo Ferreira (1959):

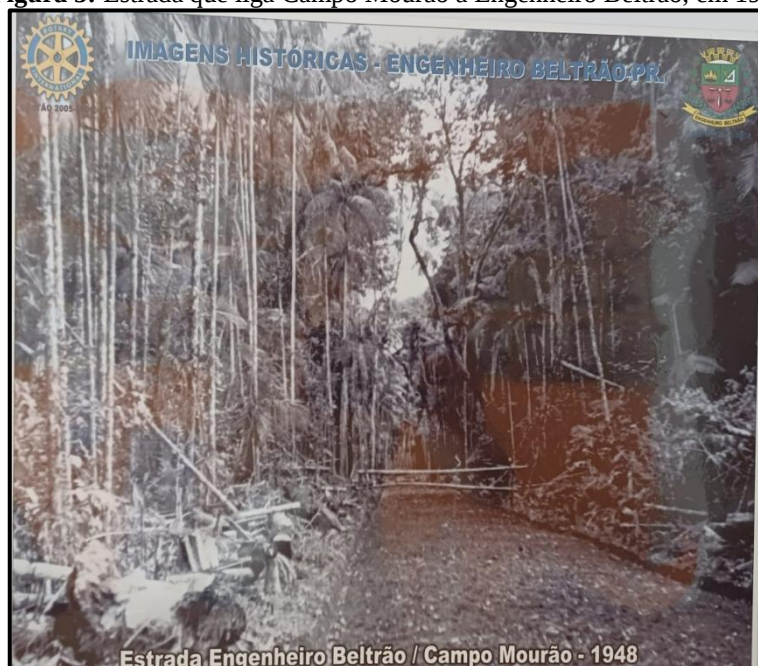
Quando do afluxo colonizador das férteis terras roxas localizadas no setentrião do Estado, favoráveis à cultura de todos os cereais, máxime, do café, rubiácea

com justiça cognominada de "ouro verde do Brasil", várias foram as iniciativas que se desenvolveram e se lançaram no oportuno e rendoso mister colonizador daquela região. Patrimônios, glebas, vastas áreas, eram parcelados em lotes do tipo colonial ou em áreas conjuntas para formação de fazendas de café (Ferreira, 1959, p. 207).

Ainda segundo Yokoo (2013, p. 27) a segunda fase está relacionada ao termo “frente pioneira”, na qual “a terra é transformada e vendida como mercadoria obedecendo à lógica do capital de uma sociedade que dispõe de grandes estoques de terrenos devolutos, ou seja, terras pertencentes ao Estado e de populações expropriadas, ou em via de serem expropriadas da terra”. Para Andrade (2013, p. 113), “o Estado atuou como agente de colonização na região de estudo, influenciando nas relações de poder sobre a sociedade, bem como nas instituições, buscando a acumulação de capital através da compra e venda de terras”.

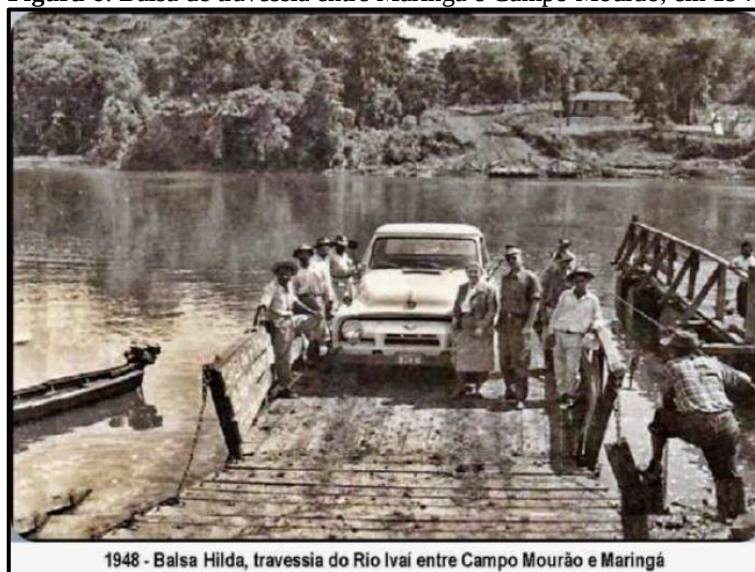
Foi então que ao final dos anos 1940, segundo o IBGE (2023), que uma organização chamada de Sociedade Técnica e Colonizadora Engenheiro Beltrão Ltda., adquiriu uma grande quantidade de áreas (terras), situadas entre os Rios Mourão e Ivaí e entre os municípios de Peabiru (à leste) e Campo Mourão (à nordeste), dando início ao desbravamento e colonização dessa região, o que proporcionou o surgimento de diversas fazendas com técnicas mais apuradas, para a plantação de café. No entanto, parte dessas áreas foram cortadas pela rodovia que ligava Campo Mourão à Maringá (Figura 5), porém ainda com muitas dificuldades de acesso devido à travessia do Rio Ivaí ser realizada apenas por meio de uma balsa, conforme figura 6.

Figura 5: Estrada que liga Campo Mourão à Engenheiro Beltrão, em 1948



Fonte: Acervo do Rotary de Engenheiro Beltrão, 2024.

Figura 6: Balsa de travessia entre Maringá e Campo Mourão, em 1948



Fonte: Pereira et al (2019) apud acervo Prof. Ivani Aparecida Teles da Cunha.

Logo em seguida, esse simples povoado situado no eixo dessa estrada recebeu o nome de Engenheiro Beltrão, em 1949, em homenagem ao Engenheiro Civil Francisco Gutierrez Beltrão, diretor da organização desbravadora dessa região, (IBGE, 2023). Segundo Ferreira (1996), além de engenheiro civil e fundador do município, Francisco foi eleito por diversas vezes ao Parlamento Paranaense. Sendo que essa homenagem se remete também pelo significado da palavra “Beltrão” (germânico = Bertho e em francês = Bertrand), que significa brilhante. Para Ferreira (1959, p. 207), o município de Engenheiro Beltrão “foi um dos produtos daqueles movimentos demográfico-econômico-sociais. Surgiu, como dezenas de outros da região Norte do Estado, daqueles fenômenos históricos, sem precedentes na História do Brasil e do Paraná”.

Assim sendo, a partir daí, os lotes rurais adquiridos pela organização colonizadora foram subdivididos em lotes menores pelo Engenheiro Alexandre Beltrão (irmão de Francisco), que vendia essas terras diretamente aos interessados, sem intermediários, fazendo com que o município fosse considerado um modelo na reforma agrária (Pereira, 2017).

Para Carvalho e Nodari (2007, p. 271), as técnicas de ocupações “utilizadas pela Sociedade Técnica Colonizadora Engenheiro Beltrão Ltda., foram as mesmas utilizadas por outras empresas e pelo Estado, com a construção de estradas nos espigões, e a divisão dos lotes de forma que tivessem acesso a estrada e água, assegurando a produção”. Para Corneli, Angelis e Caxambú (2014, p. 85): “as melhorias de acesso fizeram com que nos anos de 1947 e 1948 a região recebesse elevado número de pioneiros, e também registrasse ocorrências de apropriações ilegítimas de terras marcadas por violentos conflitos”.

Segundo Ferreira (2006, p. 109), “entre os pioneiros que colonizaram o município, a partir da década de 1940, relacionam-se Joaquim Viana Pereira, Manoel Andrade, João Xavier Padilha, pioneiro que se tornou conhecido por “Coronel Padilha”. O progresso deu-se com o movimento migratório feito por japoneses, alemães e italianos”.

Quanto aos conflitos, os mesmos iniciaram ainda ao final dos anos 1940, com a fundação de uma Vila chamada Marimpá (Figura 7) pelo Sr. Sebastião de Castro, na qual se dizia proprietário do local e passou a vender lotes de terras, o que ocasionou inúmeras divergências com a organização e desbravadora Sociedade Técnica e Colonizadora Engenheiro Beltrão Ltda, que entrou com uma ação judicial de despejo (com intervenção policial) contra esse povoamento, pois era ela quem havia adquirido os direitos de posse sobre aquelas áreas (Pereira, 2017).

Figura 7: Choupanas da Vila Marimpá



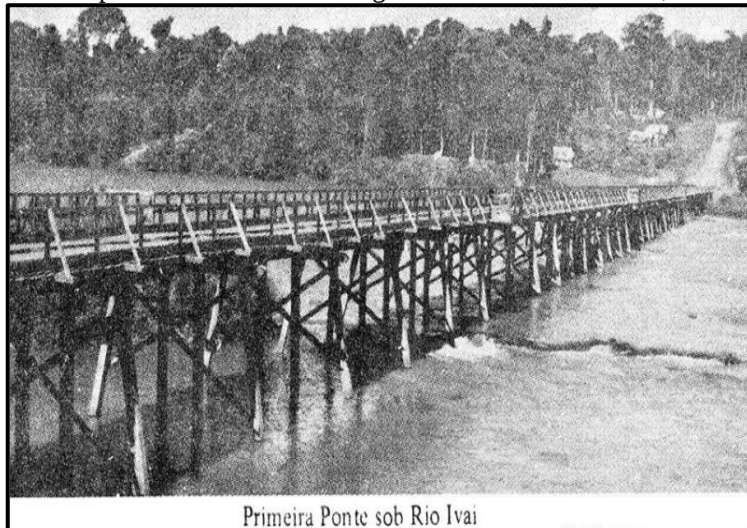
Fonte: Pereira et al (2019) Apud Prof. Dr. João José Bigarella cedido para a Prof. Ivani Aparecida Teles da Cunha.

No entanto, mesmo passando pelos conflitos, diversas pessoas foram atraídas à região, fazendo com que imediatamente fosse posto em prática o programa urbanístico mesmo sem precedentes de crescimento na época, o que permitiu que esse pequeno povoado com progresso fantástico passasse para categoria de Distrito Judiciário e Administrativo em pouco tempo (Ferreira, 1996).

Para Pereira et al (2019) em 1950 houve uma grande inovação e revolução na região em relação a infraestrutura, pois a primeira ponte (em madeira) foi construída pelo sistema de rodagem entre os municípios de Campo Mourão e Maringá (que liga Engenheiro Beltrão à Floresta), o que facilitou muito a vida das pessoas que habitavam nessa região, uma vez que já não mais precisariam se utilizar da balsa para realizar a travessia de cargas e pessoas. Diante

disso, foi construída uma nova ponte, agora em concreto armado, substituindo a de madeira, pois a região, segundo Martins (2020, p. 100), “estava passando pelo período de transição do modelo exportador primário para tomar os rumos da industrialização e da organização do espaço agrário mecanizado pautado nas lavouras de trigo, milho e soja”, conforme as figuras 8 e 9.

Figura 8: Primeira ponte construída entre Engenheiro Beltrão e Floresta, na década de 1950



Fonte: Pereira et al (2019) apud acervo de Arlêto Rocha.

Figura 9: Ponte do rio Ivaí construída em concreto armado, na década de 1950



Fonte: Acervo online de Moysés Lupion de Troya (2016) apud Martins (2020, p. 101).

Diante dessa contextualização histórica que está sendo apresentada nesta seção, Engenheiro Beltrão foi nomeado no dia 26 de novembro de 1954 como município, pela Lei Estadual nº 253, por meio do desmembramento do município de Peabiru (área desmembrada de Campo Mourão em 14 de novembro de 1951) (IBGE, 2024). A partir daí, a área urbana do

município começou a tomar forma e iniciaram-se as primeiras construções no centro da cidade, que passou a ser representado pela Avenida Sete de Setembro e pela Avenida Brasil, nas quais se instalaram os primeiros comércios, bares, armazéns, mercearias, moradias, inclusive um Clube Social e um cinema como forma de lazer, distração e divertimento dos seus moradores, conforme as figuras 10, 11 e 12.

Figura 10: Bar Paulista, em 1951



Fonte: Acervo do Rotary de Engenheiro Beltrão, 2024.

Figura 11: Primeiro Club Social, da década de 1950



Fonte: Acervo do Rotary de Engenheiro Beltrão, 2024.

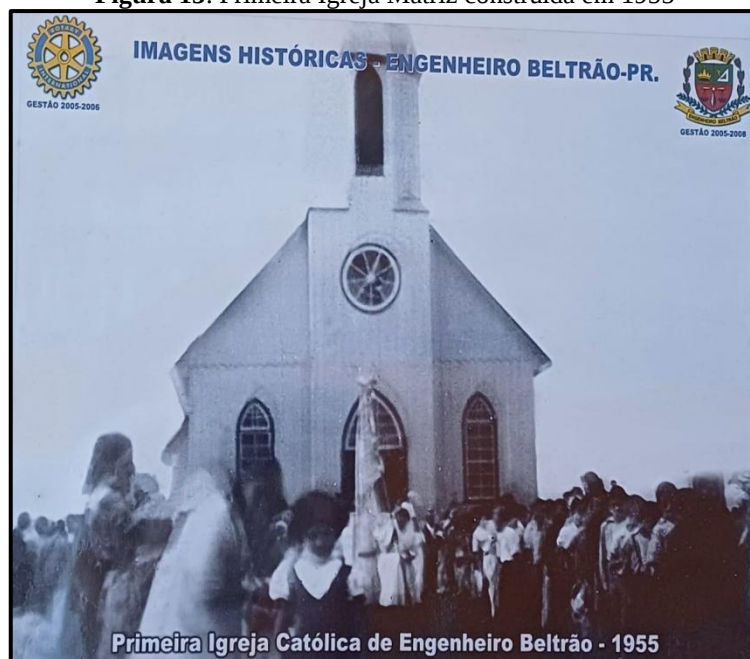
Figura 12: Primeiro cinema, da década de 1950



Fonte: Acervo do Rotary de Engenheiro Beltrão, 2024.

Segundo Pereira (2017), as primeiras eleições no município ocorreram no dia 03 de outubro de 1954 (mesmo ano de sua emancipação) e desde então, o mesmo passou a ser constituído pelos Poderes executivos e legislativos, tendo como primeiro Prefeito o Sr. Joaquim Antônio Bueno (no entanto, o cargo de vice-prefeito só foi criado no ano 1967 pelo prefeito da época o Sr. João Cavalcante de Menezes). Em 1955, foi construída (em madeira) e inaugurada a primeira Igreja Católica (Figura 13) do município, intitulada de Nossa Senhora das Graças em homenagem a maior devoção do Padre Aloysio Jacob, localizada na Avenida Sete de Setembro, área central da cidade.

Figura 13: Primeira Igreja Matriz construída em 1955



Fonte: Acervo do Rotary de Engenheiro Beltrão, 2024.

É relevante destacar que na década de 1960 foi instalada a primeira rodoviária da cidade e, em 1962, foi criada a Paróquia (parte administrativa da igreja) e construída a nova Matriz (agora em alvenaria), cujo pároco também era idealizador desse projeto, o estimado Padre Aloizio Jacobi (Nascimento: 17/11/1904 e Falecimento: 17/08/1974), considerado por seus habitantes uma pessoa íntegra e de um grande coração e que faz parte da história dessa cidade. A nova Igreja foi construída em volta da antiga, para que as missas e encontros continuassem acontecendo normalmente conforme figura 14 (Paróquia Nossa Senhora das Graças, 2024).

Figura 14: Rodoviária e a construção da nova sede da Igreja Matriz



Fonte: Acervo do Rotary de Engenheiro Beltrão, 2024.

Em consonância com o desenvolvimento do município, em 31 de dezembro de 1962 foi criado o primeiro Distrito, cuja criação foi pela Lei Estadual nº 4.668, que passou a ser chamado de Sertãozinho, localizado entre Peabiru e Engenheiro Beltrão (IBGE, 2024).

Já em 1963, foi criada a heráldica do município pela Lei nº 11 de 19 de julho, por meio do Brasão de armas, conforme figura 15, que é representado pelo: escudo, que simbolizada a colonização e descoberta do Brasil; o café, que representa toda a riqueza agrícola do município no passado; as ramas de hortelã, por ter sido uma atividade agrícola muito comum no oeste do estado, por meio de derrubadas de matas virgens; a coroa mural, que representa toda a soberania do município e suas evoluções políticas e administrativas; coroa, representa o reinado e emancipação; símbolo da engenharia (esquadro e compasso), é uma homenagem ao engenheiro civil e fundador do município o Sr. Francisco Gutierrez Beltrão; e o símbolo da justiça

quinzenalmente por ela. Mas, mesmo diante de tantas dificuldades, criou-se o slogan “Engenheiro pra frente”, a fim de incentivar e melhorar o crescimento e desenvolvimento do município (Pereira, 2017).

Assim sendo, nessa mesma época, o município ainda não possuía um posto de envio e recebimento de cartas e correspondências, por isso todas elas eram levadas semanalmente ao município de Peabiru por meio do correio municipal. Além disso, o sistema de telefonia era bastante precário com apenas poucos aparelhos (operados por baterias). E a poeira nas ruas da cidade era tanta, que para amenizar, um caminhão tanque se deslocava até Peabiru para buscar 20 mil litros de água, pois, os poços existentes não eram suficientes para suprir todas as necessidades da cidade (Pereira, 2017).

Após a criação do distrito de Sertãozinho, outros povoados foram elevados a distritos no município de Engenheiro Beltrão, os quais se referem aos distritos de: Sussuí, criado pela Lei Estadual nº 5.861, em 31 de outubro de 1968; Triângulo, criado pela Lei Estadual nº 5.862; e em seguida os distritos de Figueira do Oeste e Ivaíândia (IBGE, 2024).

É relevante destacar um importante fato histórico ocorrido em Engenheiro Beltrão no dia 26 de novembro de 1968, refere-se a maior festa de aniversário e emancipação da história do município, por meio de um desfile com todas as escolas, conforme figura 17, seguido de um churrasco no bosque de lazer Dr. Bruno Otto Bergold, com a ilustre presença do então governador Dr. Paulo Cruz Pimentel (Pereira, 2017).

Figura 17: Festa de aniversário do município, em 1968



Fonte: Acervo do Rotary de Engenheiro Beltrão, 2024.

Sendo assim, apesar do município estar passando por inúmeras dificuldades financeiras, segundo Pereira (2017), os gestores da época conseguiram construir e inaugurar com muito

esforço: a primeira biblioteca pública municipal, por meio da instalação do Mobral⁹, com mais de mil exemplares de diversas obras literárias; o primeiro reservatório de água, localizado entre as Ruas General Osório e Avelino Vieira, passando a beneficiar toda a população; o campo de futebol (Figura 18), intitulado de Estádio Municipal João Cavalcante de Menezes (uma homenagem ao antigo prefeito do município); o Hospital Santa Casa de Misericórdia, fundado no dia 26 de novembro de 1969; e o almoxarifado (local destinado para o armazenamento de materiais e maquinários), ambos ainda se encontram em funcionamento nos dias de hoje.

Figura 18: Inauguração do Estádio Municipal



Fonte: Acervo do Rotary de Engenheiro Beltrão, 2024.

Quando ao sistema de energia do município, nessa época a energia era fornecida pela subestação de Peabiru, porém quando ocorriam relâmpagos (mesmo que distantes), as luzes se apagavam. Além disso, os postes que davam suporte a luminosidade eram de madeira desgastadas e apodrecidas. No entanto, com a entrada da Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL) no município, a própria subestação foi instalada e, consequentemente, ocorreu a troca de todos esses postes antigos por postes de concreto pré-fabricados. Anos mais tarde, essas redes elétricas foram aos poucos se estendendo aos Distritos de Sussuí, Sertãozinho e Figueira do Oeste, melhorando, assim, a qualidade de vida dos moradores nessas regiões. Ainda nesse período, o governo do Estado do Paraná, doou ao município uma área com 100 hectares para a instalação do parque industrial (Pereira, 2017).

Assim sendo, na década de 1960, surgiram outros novos comércios (conduzidos por famílias pioneiras e tradicionais do município), dentre eles pode-se citar o Bazar Nossa senhora de Lurdes (Figura 19), localizado na Avenida Brasil e a Casa São Luiz (Figura 20), localizado

⁹ Movimento Brasileiro de Alfabetização – instituído pelo governo federal, por meio do decreto nº 62.455, de 22 de março de 1967

entre as Avenida Sete de Setembro e Vicente Machado, ainda continua com seu funcionamento no tempo presente, mas agora, com o nome São Luiz Utilidades (Rotary de Engenheiro Beltrão, 2024).

Figura 19: Comércios da década de 1960



Fonte: Acervo do Rotary de Engenheiro Beltrão, 2024.

Figura 20: Comércios da década de 1960



Fonte: Acervo do Rotary de Engenheiro Beltrão, 2024.

4.2 Engenheiro Beltrão de 1970 a 1989

Segundo Carvalho (2004), a população que residia no município de Engenheiro Beltrão e nos seus distritos na década de 1970, mostram:

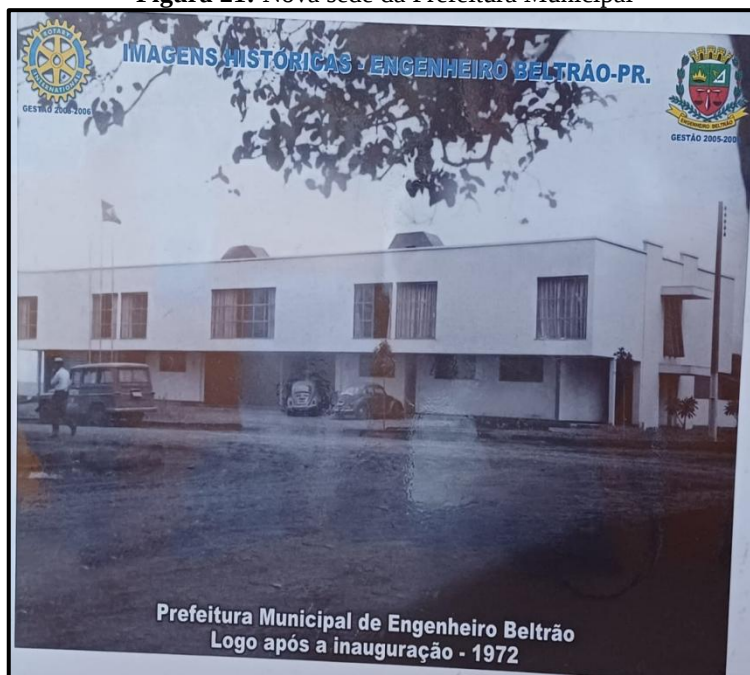
[..] que menos de 1% da população era natural de outro país e que, dos brasileiros natos, 50,4% eram nascidos no Paraná, 16,7% em São Paulo, 15,9% em Minas Gerais, 3,7% na Bahia, 3,5% em Santa Catarina, 2,4% em Pernambuco, 1,6% em Alagoas, 1,6% no Ceará, 1,2% no Espírito Santo, 0,8% em Sergipe, 0,7% no Rio de Janeiro, 0,6% no Rio Grande do Sul e 0,8% em outros estados. Dos naturais do Paraná, se deduzirmos os nascidos em Engenheiro Beltrão, teremos ainda uma participação de 21,62%, participação

elevada, que não se explica apenas pela migração a partir do “Paraná tradicional” (Carvalho, 2004, p. 42).

Diante disso, esses dados mostram-nos quão grande era a diversidade de pessoas, que habitavam nessa região nos anos 1970. Pois, a maioria delas vieram de diferentes regiões do Brasil, cada qual com seus costumes e tradições, mas com mesmo propósito de vida, a procura de trabalho e melhores condições de vida para suas famílias.

Desse modo, com o aumento populacional do município e visando a melhoria do espaço urbano de Engenheiro Beltrão várias obras de infraestrutura iniciaram-se na década de 1970, dentre elas destaca-se a construção das primeiras pavimentações asfálticas e redes de drenagem de águas pluviais no município, foram mais de 920.000,00 m² construídos e distribuídos entre as Avenidas Brasil e Sete de Setembro (Pereira, 2017). E em 1972, foi inaugurado o novo Paço Municipal, conforme figura 21, espaço utilizado até os dias de hoje, sendo considerado um prédio público de referência em toda a região (Pereira, 2017).

Figura 21: Nova sede da Prefeitura Municipal



Fonte: Acervo do Rotary de Engenheiro Beltrão, 2024.

Quanto à atividade comercial foi contínua, expandindo-se pelo município; em 1971, surgiram novos comércios que iniciaram suas atividades em Engenheiro Beltrão, destaca-se para isso, o comércio Casas Nossa Senhora Aparecida, conforme figura 22, destinado a comercialização de: vestuário (masculino, feminino e infantil), tecidos e artigos de cama, mesa e banho, na qual permanece em funcionalidade até os dias de hoje, pertencendo ainda a mesma família.

Figura 22: Comércio - Casas Nossa Senhora Aparecida, em 1971



Fonte: Acervo do Rotary de Engenheiro Beltrão, 2024.

A década de 1970, Engenheiro Beltrão foi marcada pelo início de diversas obras importantes de infraestrutura urbana, como a construção do edifício do Fórum Estadual denominado Desembargador Benvindo Gurgel do Amaral Valente, em 1974 com área total de 520,89 m², em um terreno de 1.360,00 m², localizado na Rua Manoel Ribas, próximo ao Paço Municipal (Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, 2014)¹⁰; a chegada da primeira agência bancária do Banco do Brasil em 1974, conforme figura 23, a qual se encontra em atividade até os dias de hoje, localizada também na Rua Manoel Ribas em frente ao Paço Municipal.

Figura 23: Agência do Banco do Brasil



Fonte: Acervo do Rotary de Engenheiro Beltrão, 2024.

¹⁰ Disponível em: [https://www.tjpr.jus.br/destaques/-/asset_publisher/1IKI/content/novo-forum-da-comarca-de-engenheiro-beltrao-sera-inaugurado-dia-26-de-junho/18319#:~:text=O%20novo%20F%C3%B3rum%20da%20Comarca,na%20Avenida%20Vicente%20Machado%2C%2050](https://www.tjpr.jus.br/destaques/-/asset_publisher/1IKI/content/novo-forum-da-comarca-de-engenheiro-beltrao-sera-inaugurado-dia-26-de-junho/18319#:~:text=O%20novo%20F%C3%B3rum%20da%20Comarca,na%20Avenida%20Vicente%20Machado%2C%2050.). Acesso em: 16 fev. 2024.

Já no estado do Paraná, a década de 1970 foi marcada pelo início do cooperativismo, um modelo comercial organizado e estruturado que começou a prenominar nas regiões para a comercialização do café (Andrade, 2013), na qual era considerada a principal atividade econômica, não só de Engenheiro Beltrão, mas também de outras regiões, já que o cultivo de arroz, feijão e milho era apenas para a subsistência das famílias.

Por essa razão, havia muitas empresas cerealistas (Figura 24) concentradas no centro da cidade, para facilitar a entrega dos grãos, ou seja, área urbana tinha uma relevância muito significativa no atendimento das atividades agrícolas. Para Neves (2010, p. 21), “processo de deslocamento da centralidade do campo para a cidade está relacionado principalmente às transformações produtivas ocorridas no campo – sobretudo a modernização da agricultura e o desenvolvimento do capitalismo no campo”. Dessa forma, as famílias que se sustentavam e consumiam os produtos base do campo fruto dos seus trabalhos, passaram a submeter-se as atividades industriais realizadas na área urbana. E então, o dinheiro passou a ser o intermediador da compra e venda de mercadorias para bens de consumo, criando assim uma dependência das pessoas com a cidade.

Figura 24: Cerealistas no período do café



Fonte: Acervo do Rotary de Engenheiro Beltrão, 2024.

Segundo Neves (2010, p. 21), “processo de deslocamento da centralidade do campo para a cidade está relacionado principalmente às transformações produtivas ocorridas no campo – sobretudo a modernização da agricultura e o desenvolvimento do capitalismo no campo”. Dessa

forma, as famílias que se sustentavam e consumiam os produtos base do campo fruto dos seus trabalhos, passaram a submeter-se as atividades industriais realizadas na área urbana. E então, o dinheiro passou a ser o intermediador da compra e venda de mercadorias para bens de consumo, criando assim uma dependência das pessoas com a cidade.

No entanto, no dia 18 de julho de 1975 ocorreu uma intensa geada, chamada “Geada Negra”, acabando com toda a produção de café nessa região, com registro de temperaturas de -3,5°C em abrigos e -9°C na relva (Awad, 2018).

Diante disso, “cooperativas paranaenses se desestimularam da cultura do café, em razão da crise e voltando-se para outros produtos (Andrade, 2013). E as famílias, que dependiam dessa cultura para sobreviver, venderam suas terras para os grandes proprietários de terras /agricultores e se instalaram nos grandes centros urbanos em busca de trabalho e melhores condições de vida. Enquanto outras, apenas abandonaram a cultivo do café e passaram a cultivar o milho, feijão e aos poucos a soja.

De acordo com Yokoo (2013):

A introdução do cultivo da soja implicou na modernização da lavoura em todas as etapas, desde o preparo do solo, do plantio até a colheita. Refletiu nas relações de trabalho até então existente com os colonos nos cafezais. Utilizando intensamente o trabalho-morto das máquinas. Outra consequência foi em função do financiamento bancário para o custeio desta cultura, pois hipotecava a propriedade para o banco (Yokoo, 2013, p. 148).

Dessa forma, “as cooperativas paranaenses estimularam a disseminação das culturas modernas da soja e do trigo, o que contribuiu fortemente para que se tornassem competitivas no mercado, dominado por grandes empresas. [...] Esses fatores foram essenciais para consequente expansão agroindustrial” (Andrade, 2013, p. 165).

Na região de Engenheiro Beltrão a primeira cooperativa implantada foi a COAMO (Coamo Agroindustrial Cooperativa), com “técnicas apropriadas de manejo da terra e tecnologias avançadas para a lavoura, além de boas práticas administrativas, visão estratégica e respeito à natureza” (COAMO, 2024)¹¹. Sendo liderada pelo Engenheiro Agrônomo Doutor Aroldo Gallassini, considerado “um homem do campo moderno, integralizado com a cidade, o país e o mundo. Baseia-se no justo para tomar suas decisões. Um cooperativista nato, que pratica em tudo que faz e vive a máxima de que a “A união faz a força” (Award, 2018, p. 19).

¹¹ Disponível em: <https://www.coamo.com.br/pt-br/institucional/nossa-historia/como-tudo-comecou>.

A partir daí, o formato “cooperativismo” passou a predominar no município de Engenheiro Beltrão, se expandindo aos poucos para outros lugares da região, por meio do plantio de novas culturas.

Para tanto, segundo Santos (2008):

A agricultura passa, então, a beneficiar-se dos progressos científicos e tecnológicos, que asseguram uma produção maior sobre porções de terras menores. [...] A urbanização ganha, assim, novo impulso, e o espaço do homem, tanto nas cidades como no campo, vai se tornando um espaço cada vez mais instrumentalizado, culturizado, tecnificado e cada vez mais trabalhado segundo os ditames da ciência (Santos, 2008, p. 47).

Sendo assim, o município de Engenheiro Beltrão começa a se reerguer novamente e, então, em 1979 inicia-se a construção da Casa da Amizade juntamente com a APAE (Associação de Pais e Amigos Excepcionais), conforme figura 25.

Figura 25: Início da construção da APAE e da Casa da Amizade, em 1979



Fonte: Acervo do Rotary de Engenheiro Beltrão, 2024.

A construção dessa associação foi de suma importância para a sociedade e se encontra em funcionalidade até os dias de hoje, sendo caracterizada segundo Fiorentin (2019) como:

[...] instituições que os sujeitos recebem o atendimento educacional especializado que atende a diversidade, com trabalho de habilitação e reabilitação, respeitando a sua subjetividade. Esses atendimentos ocorrem interligados com o processo de inclusão no ensino regular, e dá continuidade ao ensino permanente, possibilitando a estimulação contínua do processo de

inclusão social. [...] Dessa forma, entende-se que as APAEs representam um papel importante não somente para as pessoas com deficiências e seus familiares, mas também para a sociedade, pois desenvolve atividades especializadas para estimular o desenvolvimento da pessoa possibilitando uma melhor interação social (Fiorentin, 2019, p. 12)

Assim, constata-se que, ao final da década de 1970, que esse período foi marcado por tempos difíceis e de crises como a geada negra, mas também de transformações e evoluções significativas em Engenheiro Beltrão, tais como: a construção de novos prédios públicos e privado, pavimentação asfáltica, galerias de águas pluviais, construções estas que de fato trouxeram também ascensões e crescimentos ao município.

Já em 1982, foi realizado um pedágio na entrada da cidade (acesso à Avenida Sete de Setembro com vista parcial pela Avenida Ivaí), conforme figura 26, organizado pela APAE, na semana do excepcional, a fim de conscientizar os moradores e seus visitantes sobre o respeito que se deve ter com os portadores de deficiências.

Figura 26: Entrada do município, em 1982



Fonte: Acervo do Rotary de Engenheiro Beltrão, 2024.

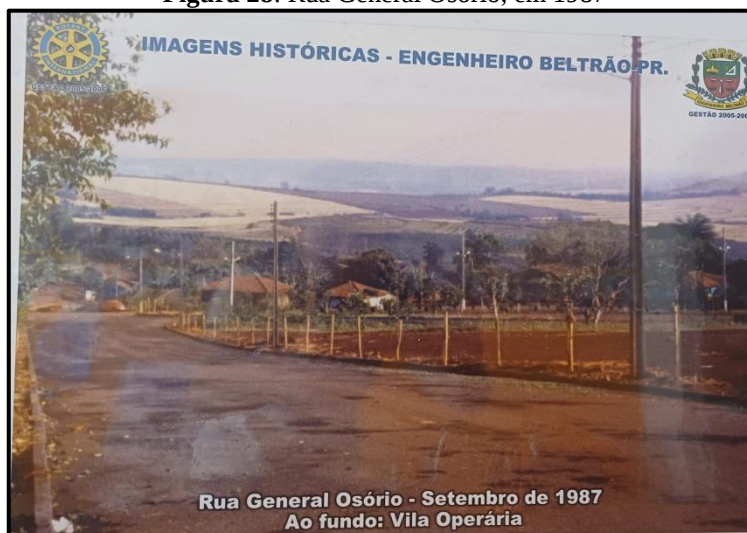
A figura 23 retrata muito de como era o trevo de acesso ao município nessa época, e ainda, conseguiu-se as figuras 27 (cruzamento da Avenidas Sete de Setembro e Brasil, localizadas no centro) e 28 (Rua General Osório recém pavimentada) que retratam como eram as ruas da cidade ainda na década de 1980.

Figura 27: Cruzamento das Avenidas Sete de Setembro e Brasil, em 1987



Fonte: Acervo do Rotary de Engenheiro Beltrão, 2024.

Figura 28: Rua General Osório, em 1987



Fonte: Acervo do Rotary de Engenheiro Beltrão, 2024.

Em 1988, houve um marco muito importante para o Brasil que foi a criação da Constituição da República Federativa do Brasil, na qual instituiu “um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos [...]”, por meio de diversas diretrizes regulamentadoras, tais como: dos Direitos Sociais, dos Direitos Políticos, dos Estados, dos Municípios, da Política Urbana, da Saúde, da Educação, da Cultura, do Meio Ambiente dentre outras.

De acordo com o Art. 182 do Capítulo II, da Ordem Econômica e Financeira da Constituição:

A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor [...] (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988).

Em Engenheiro Beltrão, alguns acontecimentos foram relevantes e que marcaram a história do município de Engenheiro Beltrão, dentre eles destacamos em 1988, a inauguração a Praça das Mães, uma homenagem do Prefeito Anésio José da Rosa a todas as mães brasileiras, localizada entre as Avenidas Ivaí e Sete de Setembro, conforme a figura 29 da pedra fundamental.

Figura 29: Praça das Mães, em 1988



Fonte: Organizado pela pesquisadora, 2024.

Em setembro desse mesmo ano, foi iniciada a construção do prédio do Banco Mercantil e Industrial do Paraná S/A (Bamerindus) com área total de 418,58 m², em um terreno de 780,85 m² na Avenida Sete de Setembro, sendo este um importante estabelecimento financeiro para o município, tendo em vista que as agências bancárias ficam em municípios distantes da cidade, como Campo Mourão e Maringá. Ainda em 1988, houve, a inauguração de uma cancha de esportes, para a realização da prática da bocha (esporte vinculado ao boliche, por meio de arremesso de bolas sintéticas) por parte dos moradores, como forma de lazer (Prefeitura

Municipal de Engenheiro Beltrão, 1988). Ao final dos anos 1980, Engenheiro Beltrão já era significativa urbanizada, com inúmeras construções como mostra a figura 30.

Figura 30: Vista área do município, em 1989



Fonte: Acervo do Rotary de Engenheiro Beltrão, 2024.

4.3 Engenheiro Beltrão de 1990 a 2009

Diante de todos os acontecimentos que vinha ocorrendo em Engenheiro Beltrão, o ano de 1990 não foi diferente dos demais já apresentados nesta seção, este ano foi marcado por inúmeras construções importantes, dentre elas destaca-se a do escritório de atendimento de utilidade pública da SANEPAR com área total de 95,90 m², ao lado do Paço Municipal; e a do primeiro ginásio de esportes (com quadra poliesportiva), nomeado de Luiz Fernando Brazão, com área total de 1.562,00 m², em um terreno de 7.882,51 m², um centro esportivo destinado ao lazer dos munícipes bem como a prática de exercícios físicos, ginásticas, esportes (nas modalidades de voleibol, handebol, futsal, basquetebol, dentre outros), jogos estudantis, apresentações culturais e recreativas, com uma estrutura completa com arquibancadas para os espectadores, banheiros e vestiários (feminino e masculino), cozinha e um bar para venda de comidas e bebidas, em dias de eventos (Prefeitura Municipal de Engenheiro Beltrão, 1990).

Até então, o município não possuía nenhum espaço fechado destinado à realização dessas atividades, dessa forma a sua construção remete à importância do lazer para os munícipes, pois segundo Almeida (2021 p. 207), o lazer: “é praticado por todos os seres humanos em um determinado período de tempo e em determinados espaços direcionados para essa prática, sendo que ele é realizado de maneira distinta e de acordo com a classe social na qual um ser humano ou um grupo de seres humanos encontra-se inserido”. No entanto, o ginásio

de esportes por ser um centro municipal foi construído e destinado a todas as classes sociais, sem distinção.

Além disso, o Art. 10 da Seção IV do capítulo I do Plano Diretor do município regulamenta as diretrizes para as Políticas e Ações a serem estabelecidas para a Cultura e Lazer e Esportes:

- I - Desenvolver atividades de promoção ao esporte, observadas as diretrizes da política municipal de desenvolvimento ao esporte amador;
- II - Implementar espaços para manifestações culturais e de múltiplo uso associados as praças, áreas de lazer e próprios municipais, nos bairros;
- III - Incentivar a realização de eventos de caráter cultural associados à promoção da cidade e ao desenvolvimento econômico do Município;
- IV - Efetivar programa de melhoria das praças existentes;
- V - Definir programa junto ao empresário local para implantação e manutenção das áreas de lazer;
- VI - Implementar programas que viabilizem a prática do desporto-lazer comunitário, o desporto-educação e o desporto de auto-rendimento, associando aos espaços públicos (Lei nº 1414/2007).

Dessa forma, é visto que é dever do poder público municipal implementar espaços e definir programas destinados ao lazer gratuito para a população, além de incentivá-los a realizarem tais atividades.

Diante disso, o município de Engenheiro Beltrão em 1990 constrói o prédio da Creche Padre Leoni Pientick, sendo um importante espaço para atender os filhos (as) de trabalhadores que necessitam deixar as crianças para poderem trabalhar. Atualmente, essa creche é nomeada CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil), com área total de 385,20 m², para fins educacionais, com salas de aulas e de reuniões, secretaria, banheiros, refeitório, parquinho, dentre outros, com propósito de realizar atendimento aos filhos pequenos dos trabalhadores da cidade (Prefeitura Municipal de Engenheiro Beltrão, 1990).

Para Franco e Polon (2010):

Os Centros de Educação Infantil possuem um papel muito importante em nossa sociedade: a função de cuidar e educar as crianças. Estes Centros passam cerca de oito horas diárias cuidando das crianças enquanto os pais trabalham. Então o processo educativo/pedagógico deve ser bem desenvolvido. Entretanto, não substituem o papel da mãe. [...] Muitas pessoas julgam os Centros de Educação Infantil como um ambiente que só recebe crianças de classe baixa. No entanto, os mesmos recebem crianças de todas as classes sociais, desde a classe baixa até a classe média alta, as quais recebem alimentação balanceada, bem como a educação segue as normas da legislação e procura implementar o Projeto Político Pedagógico, tanto na parte do educar, cuidar e brincar (Franco; Polon, 2010, p. 2).

A construção da Creche no município foi de suma importância, pois foi a partir da década de 1990 muitas mulheres decidiram trabalhar fora (não apenas para ajudar no sustento da casa, mas também porque muitas delas já eram, nesse período, as únicas provedoras do lar), e como não tinham com quem deixar os seus filhos pequenos, o espaço escolar se tornou a melhor forma de contribuir efetivamente com as crianças por meio de um processo educativo, de cuidado, com brincadeiras e socialização por parte dos pequenos.

Nesse mesmo ano, foi criada a Lei ordinária nº 1, que segundo o Art. 1º do Capítulo I:

O Município de Engenheiro Beltrão, entidade componente da República Federativa do Brasil, é dotado de autonomia política, administrativa, financeira e legislativa, nos termos da Constituição Federal, da Constituição do Estado do Paraná e desta Lei Orgânica, objetivando, na área de seu território, construir uma sociedade livre, justa e solidária.

Ao se referir à infraestrutura relacionada ao setor de saúde, o município de Engenheiro Beltrão constrói o primeiro Centro de Saúde em 1992 (hoje nomeado de UBS – Unidade Básica de Saúde), próximo ao Hospital Santa Casa de Misericórdia, com área total 276,41 m², em um terreno municipal de 1.122,56 m², para fins hospitalares, com recepção, farmácia, consultórios, banheiros, o qual se encontra em funcionamento até os dias de hoje, por meio de atendimentos médicos (clínicos gerais), psicológicos e odontológicos, ambos gratuitos para toda a população. Além disso, realizavam quando necessário, encaminhamentos para as cidades maiores com atendimentos médicos por meio de especialistas, e ainda a realização de exames laboratoriais, ultrassom, radiografia e cirurgias de maior complexidade (Prefeitura Municipal de Engenheiro Beltrão, 1991).

Diante disso, todas as consultas médicas e encaminhamentos do município passaram a ser realizados no Centro de Saúde, deixando a Santa Casa de Misericórdia apenas para os atendimentos emergenciais (período diurno e noturno) e a realização de cirurgias de baixa complexidade.

Segundo o Ministério de Saúde, a Unidade Básica de Saúde (UBSs):

São centros de atendimento primário à saúde, onde equipes de Saúde da Família realizam uma gama de ações de saúde. Elas representam a principal porta de entrada para o Sistema Único de Saúde (SUS), atendendo a necessidades de saúde individual e coletiva. O Novo PAC Saúde busca modernizar essas unidades, promovendo sustentabilidade e integrando tecnologias como teleconsulta. (Ministério da Saúde)¹².

¹² Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/novo-pac-saude/unidades-basicas-de-saude>. Acesso em: 02 mar. 2024.

Dessa forma, a construção do primeiro Centro de Saúde no município facilitou muito a vida dos moradores de Engenheiro Beltrão, que passaram a ter atendimentos médicos com mais facilidade e qualidade.

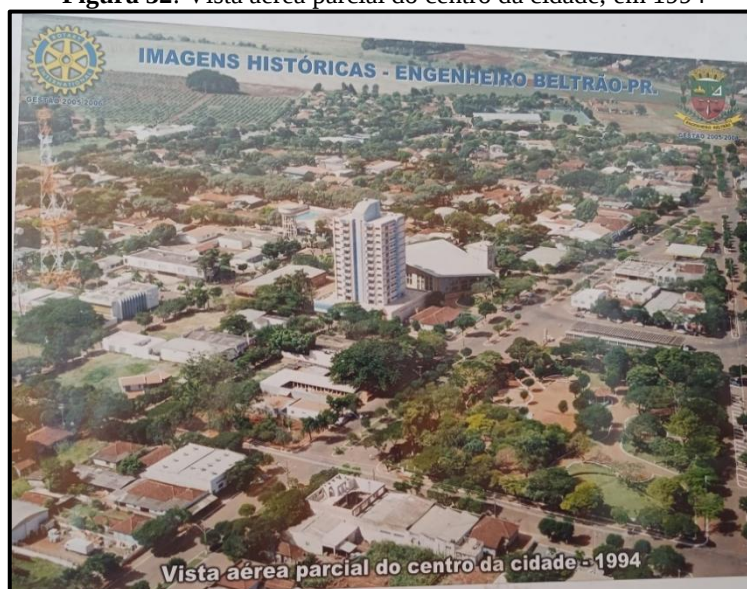
Outro aspecto que chama a atenção no município, é a preocupação da gestão municipal da época no que se refere ao aspecto religioso dos seus munícipes, para tanto em 1994 foi inaugurada a Gruta Nossa Senhora da Rosa Mística, como mostra a figura 31 da pedra fundamental, destinada a um momento de fé, paz, oração e de encontro por parte dos católicos, em um amplo espaço arborizado. E nesse mesmo ano, foi tirada uma fotografia aérea do centro da cidade, conforme figura 32, a fim de mostrar a evolução da cidade ao longo dos anos.

Figura 31: Gruta Nossa Senhora da Rosa Mística, em 1994



Fonte: Organizado pela pesquisadora, 2024.

Figura 32: Vista aérea parcial do centro da cidade, em 1994



Fonte: Acervo do Rotary de Engenheiro Beltrão, 2024.

Outro destaque no foi a construção da Estação do Ofício em 1998, um local criado pelo poder público municipal (localizada ao lado do ginásio de esportes) destinado à realização de cursos gratuitos em prol da população feminina (independente da classe social), com profissionais qualificados, cujas atividades são realizadas até os dias hoje, por meio de: oficinas de corte e costura, com formação de mão de obra para a facção de vestuário (feminino e masculino), um setor bastante promissor em nossa região; estética, bem como designer de sobancelha e depilação com cera; informática básica; dentre outros; o que proporcionou (e ainda proporciona) o crescimento profissional e pessoal de muitas mulheres, por meio da independência financeira (Prefeitura Municipal de Engenheiro Beltrão, 1998).

Desde então, o poder público vem se preocupando com a formação e aperfeiçoamento das mulheres e, em 2022, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania criou o Qualifica Mulher, que contempla: “o Qualifica Capacita, com qualificação e capacitação profissional; o Qualifica Empreende, com capacitação para o empreendedorismo; e o Qualifica Concretiza, por meio do caminho à empregabilidade e incentivo ao microcrédito para empreendedoras”, instituído:

Pela Portaria nº 3.175/20, do MMFDH, o projeto Qualifica Mulher tem a proposta de formar uma rede de parcerias com o Poder Público e instituições privadas. O intuito é fomentar ações de qualificação profissional, trabalho e empreendedorismo para geração de emprego e renda para as mulheres em situação de vulnerabilidade social (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2022)¹³.

Já em setembro de 1999, foi inaugurada a Casa da Cultura, denominada Pedro Benvindo Rosa, conforme a figura 33 da pedra fundamental. Uma obra construída com o apoio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com espaço amplo, com dois pavimentos (térreo e superior), com diversas salas, biblioteca, banheiros, copa, inclusive um anfiteatro com palco, com capacidade para 200 pessoas, destinado ao incentivo cultural e lazer de todos os munícipes, ou seja, um ponto de encontro da comunidade por meio de apresentações e atividades escolares, concertos, danças, músicas, peças teatrais, reuniões, dentre outras, a fim de preservar e enaltecer as tradições locais e regionais. No entanto, nos dias de hoje, o prédio está sendo ocupado pelo Polo de apoio presencial da Universidade Estadual de Maringá, na qual é oferecido alguns cursos na modalidade de EAD (Educação a Distância).

¹³ Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/cursos-gratuitos-estao-disponiveis-para-mulheres-em-situacao-de-vulnerabilidade>. Acesso em: 02 mar. 2024

Figura 33: Casa da Cultura, em 1999

Fonte: Organizado pela pesquisadora, 2024.

De acordo com a vivência da pesquisadora, observou-se que os anos 2000 foi marcado pelo início de uma era digital e mais tecnológica. As pessoas passaram a se conectar pela internet (redes sociais) por meio dos computadores e celulares, algo pouco comum visto até o final de 1990. O então esperado século XXI trouxe grandes descobertas e revoluções, como a criação do MP3 e do pen drive, aparelhos de sons, televisores de plasma e vídeos games mais sofisticados.

Nas cidades pequenas localizadas no interior como Engenheiro Beltrão, toda essa tecnologia foi chegando aos poucos e conquistando os moradores em razão da facilidade no acesso de serviços realizados no dia a dia, como a utilização dos caixas eletrônicos, pois já não havia mais a necessidade de ficar horas na fila esperando o atendimento para fazer um saque ou depósito bancário, o mesmo poderia ser feito através do caixa eletrônico. Além disso, podemos citar também a substituição das fitas VHS pelo DVD e a câmera fotográfica pela câmera digital.

Foram inúmeras inovações no decorrer dos anos, as quais de suma importância que trouxeram diversos benefícios a toda população, por meio da facilidade de acesso e redução de tempo. Dessa forma, estudos mostram que: “o maior nível de desenvolvimento observado no Brasil dos últimos anos levaria a conclusão de que os indicadores de inovação têm evoluído positivamente ao longo dos anos 2000” (Lopes, 2014, p. 55).

Mesmo sendo uma década marcada por inovações tecnológicas, Engenheiro Beltrão ainda carecia de alguns serviços considerados básicos para a população, como a falta de um

espaço para a realização dos velórios da cidade. Diante disso, já no início dos anos 2000, foi construída a primeira capela mortuária, localizada na Avenida Vicente Machado próximo ao cemitério municipal (Coluna News, 2023)¹⁴. A construção desse espaço facilitou muito a vida da população, pois até então a maioria dos velórios e despedidas aconteciam nas próprias residências do ente falecido. Dessa forma, a capela veio desempenhar um serviço essencial aos moradores em um momento de luto e de muita tristeza.

O ano de 2007 foi marcado por várias leis no município, dentre elas, podemos citar a criação do Plano Diretor (Lei nº 1.414/2007), que de acordo com o Art. 1º do Capítulo I destina-se à adequação do Município nos dispositivos da Constituição Federal e Estadual, e na Lei Estadual 15.229 bem como a Lei Orgânica Municipal.

Segundo Decarli e Ferrareze Filho (2008):

[...] o Plano Diretor no Estatuto da Cidade é um instrumento criado para permitir a participação social no âmbito da gestão dos interesses públicos, uma vez que para sua efetivação é fundamental que exista, na sua formulação, a participação popular. Em suma, a pesquisa tem o fito de sobressaltar uma importante inovação jurídica, que vem para favorecer uma concreta política de desenvolvimento e expansão urbana, em atenção à função social da cidade e, por conseguinte, à garantia do bem-estar de seus habitantes (Decarli; Ferrazere Filho, 2008, p. 35).

No entanto, segundo Gusmão e Bovo (2021, p. 245) “é relevante considerar que os pequenos municípios brasileiros com população inferior a 20 mil habitantes não têm obrigatoriedade de elaborarem o Plano Diretor que institui as diretrizes mínimas quando possível, para melhor ordenar o território municipal”, mas, que de fato, a sua elaboração e implementação é de suma importância para que os municípios mesmo que sejam de pequeno porte, possam organizar todo o seu espaço urbano (França, 2021).

Além do Plano Diretor, foi criada a Lei nº 1.416/2007 do Uso e Ocupação do Solo, que dispõe sobre o Zoneamento e Ocupação do Solo de Engenheiro Beltrão e dos distritos de Figueira do Oeste, Ivailândia e Sertãozinho. Segundo o Art. 2º do Capítulo I desta lei:

Art. 2º. Zoneamento é o processo de orientação, distribuição e controle da localização, dimensionamento, intensidade e tipo de uso do solo do município, bem como o processo de orientação e controle das relações entre espaços edificados e não edificados, visando garantir o equilíbrio na ocupação do solo quanto à densidade demográfica, espaços públicos, ordenação das atividades e preservação ambiental (Lei nº 1.416/2007).

¹⁴Disponível em: <https://www.colunanews.com.br/noticia/prefeitura-de-engenheiro-beltrao-vai-construir-nova-capela-mortuaria>. Acesso em: 22 fev. 2024.

Segundo os autores Paixão e Aiala (2013), o zoneamento é instrumento de suma importância para o planejamento urbano de um município, utilizado nos planos diretores, por meio de diretrizes para o uso e ocupação do solo, com objetivo de orientar a expansão e divisão territorial urbana, bem como a delimitação de áreas. Além disso, quando implantado esse instrumento deve obedecer às necessidades e características de cada município a fim de garantir um melhor desenvolvimento social, econômico e ambiental.

Além do mais, a implantação desse instrumento deve ocorrer também nas pequenas cidades (menores de 20 mil habitantes), pois tanto elas quanto os grandes centros possuem as mesmas necessidades de organização e planejamento de seus espaços urbanos, com finalidade de delimitar suas áreas, com pensamento de expansão territorial futura.

Além dessas, outras importantes leis foram criadas em 2007, sendo elas: a do Código de Obras (Lei nº 1.419/2007), que de acordo com o Art. 1º do Capítulo I, toda construção, reconstrução ou reforma, ampliação ou demolição efetuada por particulares ou entidade pública no Município de Engenheiro Beltrão, é regulada por este Código, obedecidas as normas Federais e Estaduais relativas à matéria; a de Acessibilidade (Lei nº 1.421/2007), que de acordo com Art. 1º do Capítulo I, essa lei visa estabelecer critérios e parâmetros técnicos para as edificações, instalações, equipamentos públicos, mobiliários urbanos, bem como a observância dos projetos ao atendimento às normas de acessibilidade universal; e a do Parcelamento do Solo (Lei nº 1.418/2007), que de acordo com o Art. 1º do Capítulo I:

A presente lei destina-se a disciplinar os projetos de loteamento, desmembramento e remembramento do solo para fins urbanos do Município de Engenheiro Beltrão sendo elaborada nos termos da Lei Federal nº 6.766/79 e suas alterações, a Lei 9.785/99 e Lei 10.932/01, e a Lei 10.257/01, Estatuto da Cidade demais disposições sobre a matéria, complementadas pelas Leis específicas de competência do Município (Lei nº 1.418/07).

Assim sendo, vários equipamentos urbanos foram instalados pelo poder público municipal, e cabe destacar a primeira Academia da Terceira Idade (ATI) inaugurada em 2008, denominada Virgínia Orlando Fracino, executada com recursos próprios do município, conforme a figura 34 da pedra fundamental. Para Santos e Porto (2021), as ATI foram criadas no Brasil pelo poder público seguindo réplicas de equipamentos já existentes em outros países, com o propósito de promoverem a saúde da população idosa por meio da prática de atividades físicas, nos espaços públicos (áreas descobertas) e também nas dependências de Unidades Básicas de Saúde (áreas cobertas), para reduzir comorbidades e gastos com saúde da população, garantindo assim um envelhecimento mais saudável e com qualidade.

Figura 34: Pedra fundamental da Academia da Terceira Idade, em 2008



Fonte: Organizado pela pesquisadora, 2024.

Na sequência, ao final dos anos 2000, Engenheiro Beltrão começa a expandir sua malha urbana, a qual é marcada pela construção do primeiro loteamento localizado próximo a área central, o Residencial Jardim Angelo Ghellere Filho (Lei nº 1.537/2008), dotado de infraestrutura urbana (pavimentação, rede de água potável, rede de drenagem de águas pluviais, rede elétrica e iluminação pública, e arborização). Tal empreendimento marcou a intensificação do crescimento e expansão da malha urbana, por meio da construção de novas moradias.

A construção de novos loteamentos nas cidades é um indicador de expansão territorial, ou seja, se há demanda é porque há procura e necessidade por parte da população. No entanto, toda essa expansão precisa ser estudada, programada e planejada, seguindo as Leis de Uso e Ocupação do Solo e Parcelamento do Solo, com o objetivo de garantir o equilíbrio dessa ocupação e do seu crescimento demográfico.

De acordo com o Capítulo I das Disposições Preliminares da Lei nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979:

Art. 2º O parcelamento do solo urbano poderá ser feito mediante loteamento ou desmembramento, observadas as disposições desta Lei e as das legislações estaduais e municipais pertinentes.

§ 1º Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.

§ 2º Considera-se desmembramento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes. [...]

§ 4º Considera-se lote o terreno servido de infra-estrutura básica cujas dimensões atendam aos índices urbanísticos definidos pelo plano diretor ou lei municipal para a zona em que se situe.

§ 5º A infra-estrutura básica dos parcelamentos é constituída pelos equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de circulação. [...] (Lei nº 6.766/1979)

Para tanto, segundo o Parágrafo Único do Art. 6º do Capítulo IV (Áreas Parceláveis e Não Parceláveis) da Lei nº 1.418/2007 do Parcelamento do Solo de Engenheiro Beltrão é vedado desmatar ou alterar a morfologia do terreno fora dos limites estritamente necessários à abertura das vias de circulação, exceto, mediante aprovação expressa do Poder Público Municipal e, quando legalmente exigido, dos órgãos ambientais competentes.

Em conformidade com o Art. 10 do Capítulo V desta mesma Lei, segundo Dos Requisitos Urbanísticos, temos:

Art. 10. As áreas destinadas ao sistema de circulação, à implantação de equipamentos comunitários, bem como aos espaços livres de uso público, corresponderão ao percentual mínimo de 35% (trinta e cinco por cento) da área total da gleba a ser loteada, obedecidas neste percentual, as seguintes reservas mínimas:

I – 5% da área da gleba para equipamentos comunitários;

II – 10% da área da gleba para áreas verdes.

Dessa forma, temos que todos os projetos apresentados ao poder público municipal para a implantação e construção dos novos loteamentos devem ser dotados de uma reserva legal com áreas verdes e ainda um espaço destinado para a edificação de equipamentos públicos comunitários (também chamado de área institucional), tais como: praças, áreas de lazer, escolas, quadras poliesportivas, dentre outras, em prol da população.

Para isso, o Parágrafo Único do Art. 36. do Capítulo X (Da Aprovação e do Registro de Loteamento) da Lei de Parcelamento do Solo de Engenheiro Beltrão no Decreto de Aprovação de Loteamento deverão constar as condições em que o loteamento é autorizado e as obras a serem realizadas, o prazo de execução, bem como a indicação das áreas que passarão a integrar o domínio do município no ato do seu registro.

4.4 Engenheiro Beltrão de 2010 a 2024

A partir de 2011, outros novos loteamentos foram inaugurados na cidade, tais como: Residencial Antônio Baio (Lei nº 1.671/2011); Residencial Bela Vista (Lei nº 1.673/2011), Morada do Sol, Jardim Santiago, Jardim Dona Izabel, Residencial Victória (Lei 1.798/2013) conforme a figura 35, localizado ao lado da gruta da Nossa Senhora da Rosa Mística, conforme figura 33, Jardim Itália (I e II) e Jardim Licce (I, II e III), sendo a maioria deles destinados apenas para construções residenciais. Sendo que quase todos dotados de infraestrutura urbana (pavimentação, rede de água potável, rede de drenagem de águas pluviais, rede elétrica e iluminação pública, e arborização).

Figura 35: Loteamento Residencial Victória



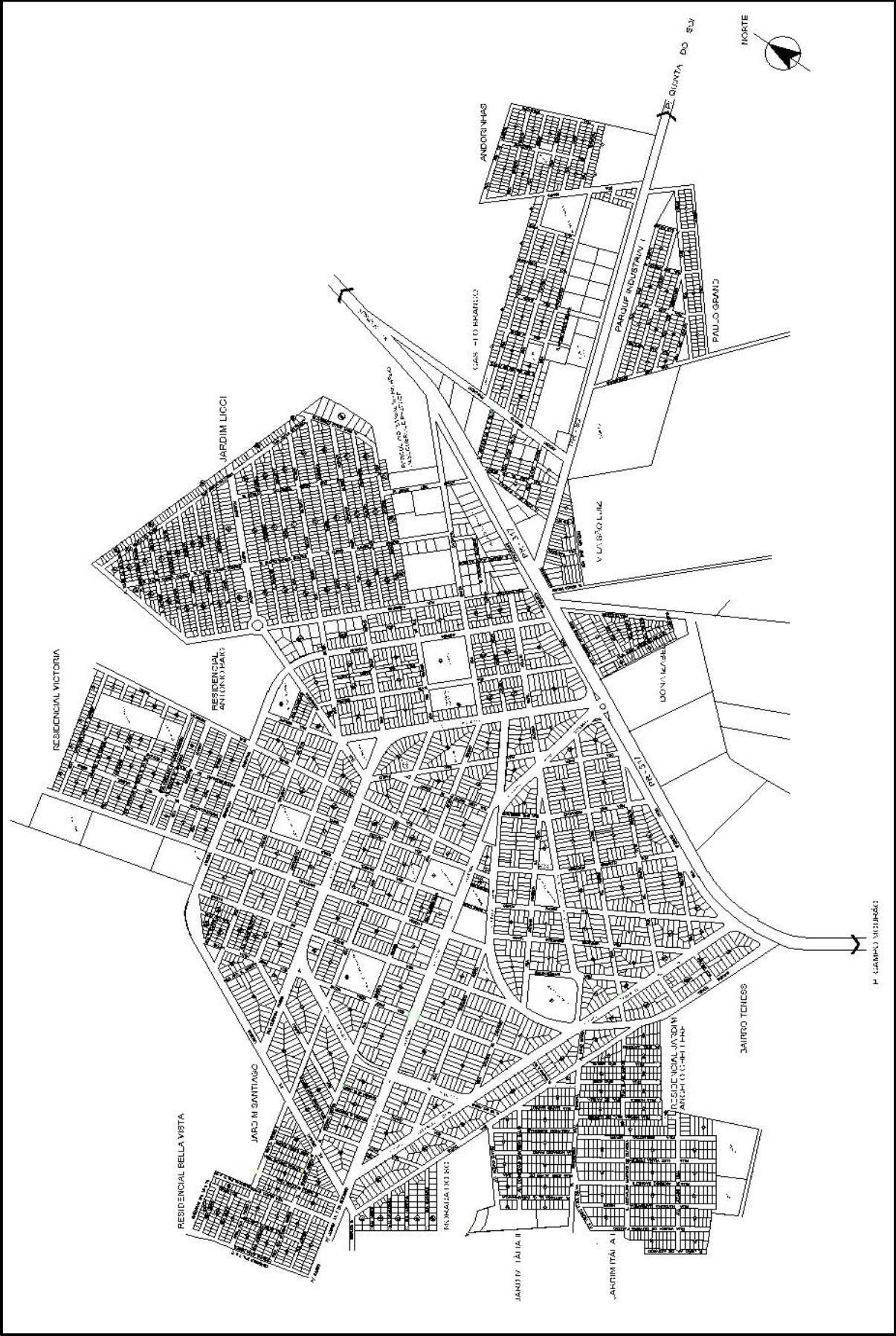
Fonte: Garramaq, 2014¹⁵.

Além dos loteamentos localizados na área urbana, há também o Condomínio Salto das Bananeiras I (Lei nº 1.730/2011) e II, localizados no distrito de Triângulo (Secção Salto das Bananeiras, da Gleba do Rio Mourão), e o Condomínio Estância Mandijuba I e II, localizados do Distrito de Mandijuba. Ambos com acesso restrito apenas para os proprietários dos terrenos, com portaria, rampa náutica de acesso ao Rio Ivaí, destinados à pesca e ao lazer dos frequentadores na área rural.

O mapa do município de Engenheiro Beltrão até meados de 2007 era representado conforme figura 36, no entanto, com a chegada de todos esses novos loteamentos, houve a ampliação do perímetro urbano no município, com mudanças em sua configuração, sendo representado agora, conforme a figura 37.

¹⁵ Disponível em: https://www.garramaq.com.br/imoveis/detalhes/imovel_id/109985/engenheiro-beltrao#bg-conteudo. Acesso em: 17 fev. 2024

Figura 37: Mapa de Engenheiro Beltrão, após a implementação dos novos loteamentos



Fonte: Prefeitura Municipal, 2024.

No ano de 2012, foi inaugurada a revitalização da Praça Dr. Francisco Beltrão (Figura 38, conforme pedra fundamental), localizada entre as Avenidas Sete de Setembro e Brasil. Um ponto de encontro por parte dos moradores e ainda um ponto de referência para os visitantes, por estar localizada no centro da cidade. Para Saldanha (1983, p. 105), a praça é o “espaço que, nas cidades pequenas, serve de centro, quase como uma "clareira", e que nas cidades grandes se encontra em diversos pontos como confluência de ruas ou como larga interrupção nas edificações, com árvores, bancos, monumentos”.

Figura 38: Pedra fundamental da Praça Dr. Francisco Beltrão



Fonte: Organizado pela pesquisadora, 2024.

Segundo Ré (2017):

Em nosso entendimento a praça é um dos elementos mais importantes da estrutura urbana, por ser um espaço democrático que possibilita o convívio de grupos sociais diferentes e o desenvolvimento de atividades que atingem várias faixas etárias num mesmo ambiente. Portanto, é um lugar que permite a construção da cidadania e da democracia. Para que a praça cumpra sua função social, algumas qualidades são importantes, como apresentar: a) valores ambientais, quando contribui com a melhoria da qualidade ambiental; b) valores funcionais, quando proporciona lazer urbano; e, c) valores estéticos, quando contribui para o embelezamento urbano (Ré, 2017, p. 113).

Dessa forma, pode-se referir que a praça é um espaço aberto ao ar livre, com bancos, calçadas, jardins, às vezes, arborizada, às vezes não, destinada a um momento de lazer, de encontro, descontração ou até mesmo de descanso por parte da população local.

Ainda em 2012, foi inaugurado o primeiro Museu Histórico Municipal, denominado de Yutaka Kitauama (Figura 39, conforme pedra fundamental), cujo espaço é destinado a encontrar fotografias históricas, objetos antigos, que contam um pouco da história do município e da região. Para Soares (2023, p. 15), o museu é: “um espaço de exercício de rememoração do passado e de reflexões pessoais sobre a paisagem da cidade. A relação entre o passado e presente pode ser identificada nestes lugares descritos, bem como na cultura local, nos costumes, no modo de agir e de pensar de seus moradores”. No entanto, esse local encontra-se, no momento atual, fechado e abandonado.

Figura 39: Pedra fundamental do Museu Histórico Municipal



Fonte: Organizado pela pesquisadora, 2024.

Além da inauguração do Museu, foi realizada a revitalização do parque do lago (Figura 40, conforme a pedra fundamental), ambos localizados no mesmo espaço, destinados ao lazer dos munícipes. Após essa reforma, diversos moradores voltaram a frequentar este local (que antes se encontrava abandonado) onde passavam horas com seus amigos e familiares, num momento de lazer e descontração, utilizando diversos equipamentos gratuitos, tais como: as

pistas de caminhadas (com boa iluminação no período noturno), academia da terceira idade, os bancos espalhados por todo o parque, a gruta de Nossa Senhora da Rosa Mística, banheiros, dentre outros. Além desses, havia também os serviços de acesso não gratuitos como os pedalinhos e a lanchonete (localizada dentro do lago, com acesso por um píer).

Figura 40: Pedra fundamental do parque do lago



Fonte: Organizado pela pesquisadora, 2024.

Já em 2013, foram inaugurados: o prédio do Fórum Eleitoral na cidade, localizado na Avenida Brasil, em um terreno doado pela Prefeitura Municipal, com área total construída de 250,00 m², distribuído em três módulos: área administrativa, depósito de urnas e central de atendimento ao eleitor (Tribunal Regional Eleitoral, 2013)¹⁶; e o novo prédio do CMEI (Centros Municipais de Educação Infantil), denominada de Creche de Padre Leoni Pientik, com área de 564,50 m², com novas salas de aula e de atendimentos (psicológicos e pedagógicos), secretaria, banheiros, refeitório, cozinha ainda com um amplo espaço de lazer e diversão por parte das crianças, o que beneficiou toda a população (Prefeitura Municipal de Engenheiro Beltrão, 2013).

No ano de 2014, o Tribunal de Justiça inaugurou o novo prédio do Fórum (Figura 41) da Comarca de Engenheiro Beltrão em um terreno de 4.079,10 m² doado pela Prefeitura Municipal, localizado na Avenida Vicente Machado ao lado da Praça Avelino Santiago, no

¹⁶ Disponível em: <https://www.tre-pr.jus.br/comunicacao/noticias/2013/Junho/tre-pr-inaugura-tres-novos-foruns-eleitorais>. Acesso em: 17 fev. 2024

centro da cidade, com área total construída de 1.830,95 m², sendo distribuídos em dois pavimentos (térreo e superior), ambos dotados de uma arquitetura moderna, estacionamento, e ainda confortáveis instalações previstas no Código de Organização e Divisão Judiciárias – Lei nº 14.277 de 30/12/2003 (Tribunal de Justiça do Paraná, 2014)¹⁷. Tal empreendimento é considerado um marco da história do município (Jornal Enfoque, 2014)¹⁸. Dessa forma, o antigo prédio do Fórum Estadual passou a ser a nova sede da Câmara dos vereadores e também da Secretaria da Educação Municipal.

Figura 41: Fachada do Fórum da Comarca de Engenheiro Beltrão



Fonte: Jornal Enfoque, 2014.

Após anos de espera, um outro grande marco para Engenheiro Beltrão, a inauguração da duplicação da rodovia PR-317, uma obra construída no ano de 2015 pela concessionária VIAPAR (Rodovias Integradas do Paraná) que interliga os municípios de Peabiru e Engenheiro Beltrão, obra tão esperada por todos moradores da região e do estado, com pistas duplas separadas por canteiros centrais, com acostamentos, viadutos, retornos, galerias de águas pluviais, e ainda boa sinalização (Tá Sabendo, 2015)¹⁹.

Antes da duplicação, o tráfego de veículos na rodovia era intenso e perigoso, com inúmeras incidências de acidentes, ocasionados, muitas vezes, por ultrapassagens indevidas, após a duplicação todos viajam mais tranquilos, pois houve uma adequação da capacidade da rodovia em relação ao seu volume do tráfego, o que reduziu o número de acidentes.

¹⁷ Disponível em https://www.tjpr.jus.br/destaques/-/asset_publisher/1lKI/content/novo-forum-da-comarca-de-engenheiro-beltrao-sera-inaugurado-dia-26-de-junho/18319#:~:text=O%20novo%20F%C3%B3rum%20da%20Comarca,na%20Avenida%20Vicente%20Machado%2C%2050. Acesso em: 17 de fev. 2024.

¹⁸ Disponível em: <https://jornalenfoque.blogspot.com/2014/02/obras-do-novo-forum-da-comarca-de.html>. Acesso em: 17 fev. 2024.

¹⁹ Disponível em: <https://tasabendo.com.br/geral/pr-317-trecho-duplicado-entre-peabiru-e-engenheiro-beltrao-e-inaugurado/>. Acesso em: 16 fev. 2024

Um outro empreendimento muito esperado e que também fazia parte do projeto de duplicação da rodovia que liga Campo Mourão à Maringá, era a construção da nova ponte do Rio Ivaí denominada Ponte Pioneiro Evaristo Falcão (Figura 42) localizada na PR-317 entre os municípios de Engenheiro Beltrão e Floresta, inaugurada em julho de 2018 (Agência Estadual de Notícias, 2018)²⁰. Essa importante obra facilitou muito o transporte de cargas e o tráfego de veículos em toda a região.

Figura 42: Nova ponte do Rio Ivaí, entre Engenheiro Beltrão e Floresta



Fonte: Agência Estadual de Notícias, 2018.

No ano de 2020, o mundo se deparou com uma grande pandemia da COVID19, algo inesperado que abalou e isolou toda população, algo que jamais se imaginaria que pudesse acontecer. Diante disso, Engenheiro Beltrão acabou sofrendo muitas consequências que foram decorrentes dessa enfermidade, tais como: o lockdown (pessoas confinadas em suas casas), aulas e atendimentos online, comércios fechados, o desemprego, falta de insumos hospitalares (máscaras, medicamentos, álcool em gel, entre outras), inúmeras pessoas doentes e outras que infelizmente vieram a falecer. Foi um momento muito difícil, que achávamos que não iria chegar ao fim.

No entanto, após alguns meses, a vida foi aos poucos voltando a ser como era antes, o comércio reabriu e as pessoas já podiam sair de suas casas, mas com os devidos cuidados e precauções, como o uso de máscara e álcool em gel.

E ainda, nesse mesmo ano, algumas obras públicas que já tinham sido iniciadas, foram finalizadas e inauguradas com grande esforço do poder público municipal, como: uma UBS (Figura 43), muito bem equipada, com recepção, atendimentos médicos e odontológicos,

²⁰ Disponível em: <https://arquivo2011.aen.pr.gov.br/Galeria-de-Imagens/Nova-ponte-sobre-o-Rio-Ivai-vai-beneficiar-diretamente-120-pessoas>. Acesso em: 17 fev. 2024.

farmácia, sala de curativos, dentre outras, e que leva o nome do médico Ogamar Alvim Soares Linhares (in memoriam), que tanto fez para o município (Tribuna do Interior, 2020)²¹; e o novo prédio do CRAS (Centro de Referências de Assistência Social), de acordo com a figura 44, com demanda para atender 1.500 famílias já cadastradas aos programas sociais, com salas de atendimento, acessibilidade, recepção, cozinha, dentre outros espaços (Tribuna do Interior, 2020)²².

Figura 43: Unidade Básica de Saúde, inaugurada em maio de 2020



Fonte: Tribuna do Interior, 2020.

Figura 44: Prédio do CRAS, inaugurado em julho de 2020



Fonte: Tribuna do Interior, 2020.

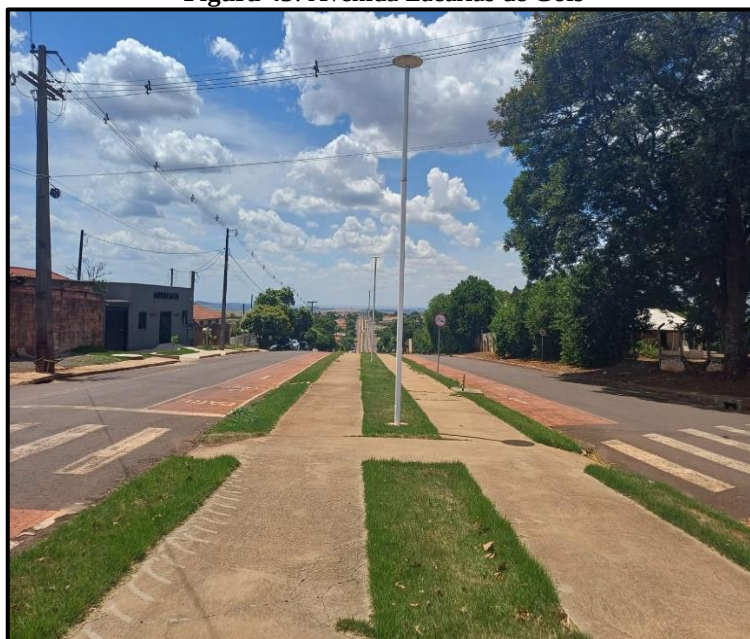
De acordo com a vivência da pesquisadora observou-se que ainda no ano de 2020, a Avenida Zacarias de Góis passou por uma grande revitalização em toda a sua pavimentação

²¹ Disponível em: <https://www.tribunadointerior.com.br/regiao/engenheiro-beltao-inaugura-nova-ubs-nesta-sexta-feira/>. Acesso em: 13 de fev. 2024.

²² Disponível em: <https://www.tribunadointerior.com.br/regiao/engenheiro-beltrao-inaugura-nova-sede-do-cras-nesta-quarta-feira/>. Acesso em: 13 de fev. 2024.

asfáltica, com novas galerias de águas pluviais, sinalizações viárias (verticais e horizontais), instalação de novos postes de energia (com luz de LED), e ainda a construção de pistas de caminhadas (com acessibilidade) e ciclovias, conforme figura 45. Tal empreendimento trouxe muitos benefícios não só para os moradores dos bairros mais próximos à avenida, como também para toda a população de Engenheiro Beltrão, que passou a utilizar esse espaço para realizar caminhadas diárias e passeios ciclísticos.

Figura 45: Avenida Zacarias de Góis

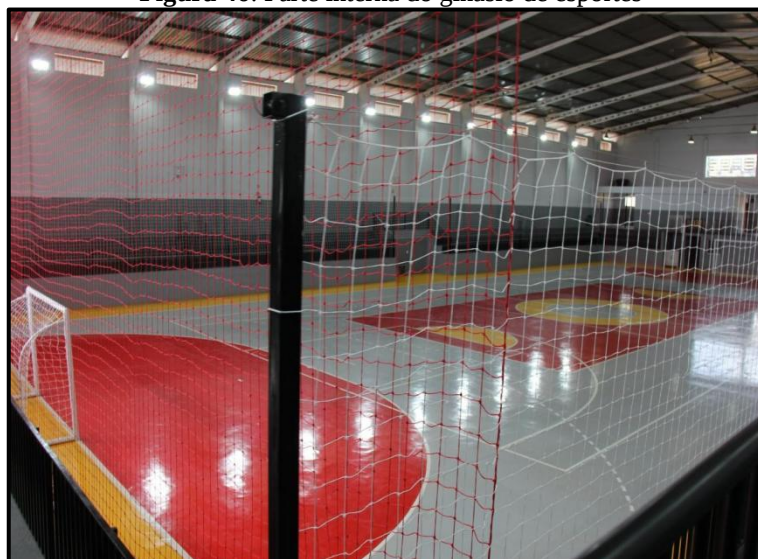


Fonte: Organizado pela pesquisadora, 2024.

Na sequência, no ano de 2021, outras duas obras importantíssima ocorreram em Engenheiro Beltrão: a primeira foi a reforma do Ginásio de Esportes Luiz Fernando Brazão (Figura 46), com melhorias em toda a sua parte interna (cozinha, bar, banheiros e vestiários), bem como trocas de pisos e pintura (interna e externa), cuja inauguração ocorreu no dia 20 de dezembro de 2021 (Coluna News, 2021)²³; e a outra foi a retomada da revitalização do terminal rodoviário (Figura 47) da cidade, uma obra muito aguardada por toda a população devido estar causando transtornos e afetando o comércio da área central. Com essa revitalização, a visão do centro da cidade mudou totalmente, e o prédio ficou amplo, moderno e acessível, cuja inauguração ocorreu no dia 31 de dezembro e o poder público fez questão que os moradores participassem desse evento (Tribuna do Interior, 2021)²⁴.

²³ Disponível em: <https://www.colunanews.com.br/noticia/engenheiro-beltrao-jogos-de-futsal-marcam-reinauguracao-do-ginasio-de-esportes-luiz-fernando-brazao>. Acesso em: 16 fev. 2024

²⁴ Disponível em: <https://www.tribunadointerior.com.br/regiao/engenheiro-beltrao-reforma-geral-da-rodoviaria-deve-ficar-pronta-ate-fim-de-novembro/>. Acesso em: 13 de fev. 2024.

Figura 46: Parte interna do ginásio de esportes

Fonte: Coluna News, 2021.

Figura 47: Terminal rodoviário de Engenheiro Beltrão

Fonte: Coluna News, 2021²⁵.

Em 2022, o estádio municipal João Cavalcante de Menezes deu continuidade às melhorias em sua infraestrutura iniciadas no ano de 2021, bem como o assentamento de PAVER em todo o passeio público, pinturas (internas e externas), revitalizações nas arquibancadas e nos banheiros, e ainda a construção de uma cabine de rádio para a imprensa (Coluna News, 2022)²⁶, como mostra a figura 48.

²⁵ Disponível em: <https://www.colunanews.com.br/noticia/grande-presenca-de-publico-marcou-a-reinauguracao-da-rodoviaria-de-engenheiro-beltrao>. Acesso em: 22 fev. 2024.

²⁶ Disponível em: <https://www.colunanews.com.br/noticia/estadio-municipal-de-engenheiro-beltrao-recebe-melhorias-para-disputa-da-copa-comcam>. Acesso em: 14 fev. 2024.

Figura 48: Estádio Municipal revitalizado

Fonte: Coluna News, 2022.

De acordo com a vivência da pesquisadora, observou-se que no ano de 2023 foi marcado por inúmeras reformas e revitalizações no município Engenheiro Beltrão, dentre elas: a sede da Secretaria Municipal de Educação (Figura 49), com reinauguração no dia 31 de janeiro (Coluna News, 2023)²⁷; e o Hospital Santa Casa de Misericórdia, com pintura (interna externa) e uma nova fachada com área coberta para receber as ambulâncias e os casos emergenciais (Figura 50);

Figura 49: Sede da Secretaria da Educação

Fonte: Coluna News, 2023.

²⁷ Disponível em: <https://www.colunanews.com.br/noticia/prefeito-garbim-inaugura-a-sede-da-secretaria-municipal-de-educacao-de-engenheiro-beltrao>. Acesso em: 16 fev. 2024.

Figura 50: Hospital Santa Casa

Fonte: Organizado pela pesquisadora, 2024.

Além de todas as melhorias supra mencionadas, pode-se citar a reforma do salão da terceira idade (Figura 51), onde são realizadas os bailes e encontros mensais da população idosa, reinaugurado no dia 09 de agosto (Coluna News, 2023)²⁸ e a do prédio sede do Destacamento da Polícia Militar (PM), o que garantiu condições mais apropriadas de trabalho, cujo prédio foi reinaugurado em dezembro desse ano, como mostra a figura 52 (Coluna News, 2023)²⁹.

Figura 51: Salão da terceira idade

Fonte: Organizado pela pesquisadora, 2024.

²⁸ Disponível em: <https://www.colunanews.com.br/noticia/grupo-da-melhor-idade-de-engenheiro-beltrao-teve-sua-sede-reformada-e-entregue-nesta-quarta-junto-com-uniformes>. Acesso em: 16 fev. 2024.

²⁹ Disponível em: <https://www.colunanews.com.br/noticia/reforma-da-sede-da-policia-militar-de-engenheiro-beltrao-garante-um-espaco-de-melhor-atendimento-a-populacao>. Acesso em: 16 fev. 2024.

Figura 52: Destacamento da Polícia Militar

Fonte: Coluna News, 2023.

Nesse mesmo conjunto de obras novas, reformadas ou que tiveram melhorias cita-se também, o Paço Municipal Sidnei Polato (Figura 53), por meio de pinturas (internas e externas), troca de pisos, a construção de uma nova fachada (com vidros espelhados), e a instalação de uma plataforma elevatório de acesso ao segundo piso para pessoas idosas, gestantes e PCD's (Pessoas com Deficiência). Nesse mesmo sentido, o poder público municipal instalou novos abrigos nos pontos de ônibus (Figura 54) na cidade, visando garantir mais segurança e conforto à população (Tribuna do Interior, 2023)³⁰.

Figura 53: Paço Municipal

Fonte: Organizado pela pesquisadora, 2024.

³⁰ Disponível em: <https://www.tribunadointerior.com.br/regiao/prefeitura-de-engenheiro-beltrao-faz-melhorias-e-instala-novos-pontos-de-onibus/>. Acesso em: 22 de fev. 2024.

Figura 54: Novos pontos de ônibus

Fonte: Tribuna do Interior, 2023.

De acordo com a Coluna News (2023)³¹, será iniciada a construção de uma nova capela mortuária com um espaço mais amplo e confortável para as famílias enlutadas, com inauguração prevista para o final de 2024. O antigo prédio (Figura 55) foi demolido no final de 2022, no entanto a mesma se encontra provisoriamente no antigo prédio da Secretaria da Educação, ao lado da Câmara dos Vereadores, como mostra a figura 56.

Figura 55: Prédio antigo da capela mortuária, antes da demolição

Fonte: Coluna News, 2023.

³¹ Disponível em: <https://www.colunanews.com.br/noticia/prefeitura-de-engenheiro-beltrao-vai-construir-nova-capela-mortuaria>. Acesso em: 22 de fev. 2024.

Figura 56: Prédio provisório da capela mortuária

Fonte: Organizado pela pesquisadora, 2024.

Finalmente, chega-se ao ano 2024 e para iniciá-lo, elencou-se a figura 57, uma simples forma de comparar o centro da cidade na atualidade com os anos de 1968, como mostrou a figura 17 (Festa de aniversário do Município, em 1968) no início do histórico desta dissertação. Ambas as figuras foram tiradas no mesmo ângulo e, como é visto em 56 anos, a cidade de Engenheiro Beltrão passou por inúmeras mudanças, a começar com a pavimentação asfáltica, a nova rodoviária, iluminação pública, canteiros, jardins, prédios reformados, dentre outros. No entanto, não perdeu sua essência criada na década de 1960.

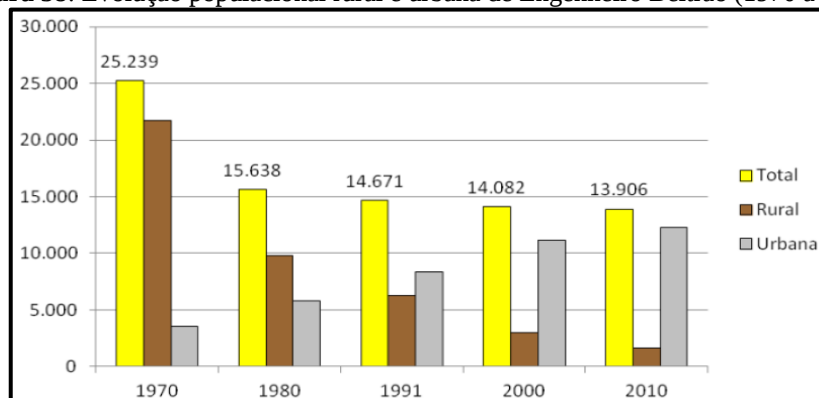
Figura 57: Centro da cidade, em 2024

Fonte: Organizado pela pesquisadora, 2024.

Segundo os dados do Censo do IBGE (2022), Engenheiro Beltrão possui hoje um total de 12.454 habitantes, área urbanizada de 4,72 km², densidade demográfica de 26,64 habitantes por km² e IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de 0,730. No entanto, o município possui

1.452 habitantes a menos que o Censo aplicado em 2010; 1.628 a menos que no Censo de 2000 e 12.785 a menos que na década de 70, como mostra a figura 58. Mesmo apesar desse decréscimo populacional, o município ocupa em conformidade com Censo do IBGE (2022), o 8º lugar (em número populacional) na Região Geográfica Imediata de Campo Mourão (composta por 25 municípios), e o 158º no estado do Paraná.

Figura 58: Evolução populacional rural e urbana de Engenheiro Beltrão (1970 a 2010)



Fonte: Corneli; Angelis; Caxambú, 2014, p. 86.

Ainda analisando a figura 58, constatou-se que entre os anos de 1970 e 1980 houve um decréscimo populacional de quase 10.000 habitantes em Engenheiro Beltrão, mostrando o quanto que as transformações climáticas ocorridas naquela época na região foram prejudiciais à população rural. Dessa forma, em apenas 10 anos, a população rural praticamente se igualou à população total urbana, enquanto na década de 1990, a população urbana ultrapassou a população rural, mantendo-se crescente nos anos 2000 e 2010. E hoje, segundo dados do último Censo do IBGE de 2022, a população rural do município é de 2.953 habitantes, o que corresponde apenas 23,71% em relação a população total.

Diante disso, o crescimento da população urbana acabou motivando diversos empreendimentos tanto de iniciativa privada quanto de órgãos estatais, por meio de financiamento da COHAPAR (Companhia de Habitação do Paraná) e também da Caixa Econômica Federal (Corneli; Angelis; Caxambú, 2014).

No entanto, mesmo apresentando esse crescimento da população urbana no município, deve-se considerar que houve um decréscimo populacional muito grande em Engenheiro Beltrão em 52 anos. E tudo isso se deu pelo fato de que muitos desses habitantes viviam da agricultura, mas como possuíam poucas terras não tinham condições de adquirirem novas técnicas e máquinas de cultivo, por isso acabavam vendendo-as aos produtores de grande porte, que possuíam boas condições financeiras para adquirir tais ferramentas de trabalho mais tecnológicas e inovadoras. Dessa forma, acabavam ficando sem nenhuma fonte de renda, por

isso muitos foram morar na rede urbana do próprio município, no entanto a maioria foi compelida para os centros maiores, por oferecerem mais vagas de empregos, devido à grande presença de indústrias e comércios.

E mesmo apresentando esse decréscimo, o município Engenheiro Beltrão possui economia constante em virtude da agricultura (produção de soja e milho as principais) e a pecuária (criação de galináceos nos aviários) serem responsáveis por grande parte da sua renda até os dias de hoje (IBGE, 2022).

Além da agricultura e pecuária, o município possui hoje também um ramo diversificado de postos de trabalho e serviços básicos, por meio de empresas privadas, dentre elas podemos citar: mercados, farmácias, panificadoras, sorveterias, bares, restaurantes, papelaria, colégio, lojas de móveis, lojas de vestuários (feminino e masculino), perfumarias, agências bancárias, depósitos de materiais de construção, sapataria, salões de beleza, clínicas de estética, clínicas médias (médicos, fisioterapeutas, psicólogos e nutricionistas), laboratórios de análises, cartórios, oficinas automobilísticas (em geral), postos de combustíveis, COPEL (Companhia Paranaense de Energia, na qual foi privatizada recentemente), advocacias, corretoras de seguro, imobiliárias, empresas de viagens (localizadas na rodoviária), agropecuárias, cooperativas, indústrias (vestuários, máquinas, equipamentos, piscinas e artefatos de cimento e de concreto) e empresas de engenharia, arquitetura, topografia, dentre outras.

Em relação ao setor público, há várias instituições que oferecem muitas opções de trabalho, como: prefeitura municipal, hospital, postos de saúde (UBS), pastoral da criança e do adolescente, CRAS, CREAS (Centro de Referência Especializado em Assistência Social), escolas (municipais e estadual), creche, Fórum Estadual e Eleitoral, SANEPAR (Companhia de Saneamento do Paraná), DETRAN (Departamento de Trânsito do Paraná), delegacia, destacamento da Polícia Militar dentre outros.

A maioria desses postos de serviços citados estão distribuídos mais na área central da cidade, no entanto, alguns deles podem ser encontrados também nos bairros mais afastados, como Castelo Branco, Andorinhas e Paulo Grandi e nos distritos de Sertãozinho, Sussuí, Triângulo, Figueira do Oeste, Ivaíândia e Mandijuba.

Como é visto, o município possui hoje uma grande variedade de postos de trabalhos e serviços, segundo o IBGE (2022), a média salarial por habitante é de apenas 2 salários mínimos. No entanto, sua economia possui um PIB (Produto Interno Bruto) per capita de R\$ 40.584,18 (valor este que representa R\$ 25.438,18 a mais que o Censo aplicado em 2010 que representava apenas R\$ 15.146,00), o que faz estar em 17º na região da COMCAM e em 178º no estado do Paraná.

Com base nos dados do IBGE (2024) e do Caderno do IPARDES (2024) em 2010 existiam 4.609 domicílios em Engenheiro Beltrão, destes: 4.609 possuíam redes de abastecimento de água potável (canalizada); 4.608 algum tipo de esgotamento sanitário (banheiro), no entanto apenas 20,40% ligados a rede de esgoto e o restante apenas com ligação em fossa séptica; 4.195 possuíam coleta seletiva do lixo; e 4.604 estavam ligados ao sistema de energia elétrica. E já os dados do Censo de 2021, mostram-nos que houve um aumento de 299 novas moradias, totalizando 4.908, sendo que todas possuem rede de abastecimento de água. No entanto, dados sobre a rede de esgotamento sanitário ainda não foram atualizadas.

Ainda em relação ao abastecimento de água potável, o município tem as seguintes categorias: 429 pontos comerciais; 24 industriais; 44 de utilidade pública; e 101 destinados ao poder público municipal e ambos possuem rede de abastecimento de água potável, totalizando assim 5.506 pontos (IPARDES, 2024).

Em relação aos espaços públicos existentes no município para o lazer dos munícipes hoje, destacam-se: a Praça Aldevino Santiago (Figura 59), composta por um chafariz, playground (com grama sintética), bancos, lixeiras, mesinhas de madeira, arborização, jardins, calçadas (com acessibilidade) e uma lanchonete; a Dr. Francisco Beltrão (Figura 60), composta por bancos, pergolado, arborização e uma sorveteria; e a Praça das Mães, que é composta por grande área verde, academia ao ar livre, mesas e bancos, de acordo com a figura 61.

Figura 59: Praça Aldevino Santiago



Fonte: Organizado pela Pesquisadora, 2024.

Figura 60: Praça Dr. Francisco Beltrão

Fonte: Organizado pela Pesquisadora, 2024.

Figura 61: Praça das Mães

Fonte: Organizado pela Pesquisadora, 2024.

Além das praças, tem-se o calçadão (Figura 62), localizado à Rua Avelino Vieira, área central da cidade ao lado da Igreja Matriz, que é composto por calçamentos (PAVER), lixeiras, arborização, jardins, bancos e uma lancheria e ainda dá acesso a alguns comércios da cidade.

Figura 62: Calçadão

Fonte: Organizado pela Pesquisadora, 2024.

Além desses locais, sobressai também o parque do lago (Figura 63), que se compõe pela Gruta Nossa Senhora da Rosa Mística e pelo Museu histórico, conforme figura 64. Um amplo espaço bem arborizado, com ar puro, que contém um lago, pistas de caminhadas e uma passarela (que atravessa o lago), mas, no entanto, todos esses espaços se encontram abandonados e sem condições de uso por parte da população, bem como: falta de iluminação, estrada de acesso precária, falta de banheiros, lixeiras, dentre outras. Mas, de acordo com informações da Prefeitura Municipal, os mesmos serão revitalizados ainda neste ano de 2024.

Figura 63: Parque do lago

Fonte: Organizado pela Pesquisadora, 2024.

Figura 64: Gruta e Museu Histórico

Fonte: Organizado pela Pesquisadora, 2024.

Para Soares (2023):

O Museu Yutaka Kitayama, o parque e a gruta do Santuário Nossa Senhora da Rosa Mística constituem uma parte significativa da paisagem urbana e do patrimônio cultural e histórico do município de Engenheiro Beltrão e região. Apesar de contíguos, esses espaços apresentam diferenças quanto à preservação e valorização pela comunidade e autoridades. Enquanto o parque e a gruta seguem sendo frequentados e apreciados, o legado memorial e histórico do museu municipal foi negado devido a ações e disputas de narrativas, impactando diretamente nos sentidos de lugar, de passado e de história (Soares, 2023, p. 43).

Em relação às avenidas existentes, despontam-se como as principais: a Avenida Sete de Setembro, conforme a figura 65, (que dá acesso ao município pelo portal de entrada da cidade, conforme figura 66), cuja extensão percorre por toda a cidade e possui quatro vias largas pavimentadas separadas por canteiros ao centro, calçadas (passeio público) arborização, jardins, boa iluminação e sinalização viária (vertical e horizontal), acessibilidade e diversas vagas de estacionamento em ambos os lados; e a Avenida Brasil, conforme figura 67, que possui duas vias (mais estreitas) separadas também por canteiros ao centro, arborização, calçadas, boa pavimentação e iluminação, vagas de estacionamento, sinalização viária (vertical e horizontal).

Desse modo, a maior parte do comércio local está concentrado nas duas avenidas descritas acima, como também as duas praças centrais.

Figura 65: Trechos da Avenida Sete de Setembro



Fonte: Organizado pela Pesquisadora, 2024.

Figura 66: Portal de acesso ao município e entrada da Avenida Sete de Setembro



Fonte: Organizado pela Pesquisadora, 2024.

Figura 67: Trechos da Avenida Brasil

Fonte: Organizado pela Pesquisadora, 2024.

Destacam-se, também as Avenidas secundárias (Figura 68), que são: a Avenida Vicente Machado e a Avenida Ivaí (que também dá acesso ao município) que possui uma grande extensão, pista de caminhada e canteiros (com jardins e arborização) ao centro, na qual passou por revitalização a poucos meses em sua pavimentação e pista de caminhada.

Figura 68: Trecho das Avenidas: Vicente Machado e Ivaí

Fonte: Organizado pela Pesquisadora, 2024.

Nessa conjuntura e também de muita importância, cruzam a cidade as principais ruas que dão acesso às Avenidas principais, são elas: Rua Avelino Vieira (que faz parte do calçadão), Rua Princesa Isabel, Travessa Airton Senna da Silva e Rua Manoel Ribas, como mostra a figura 69.

Figura 69: Trecho das ruas principais

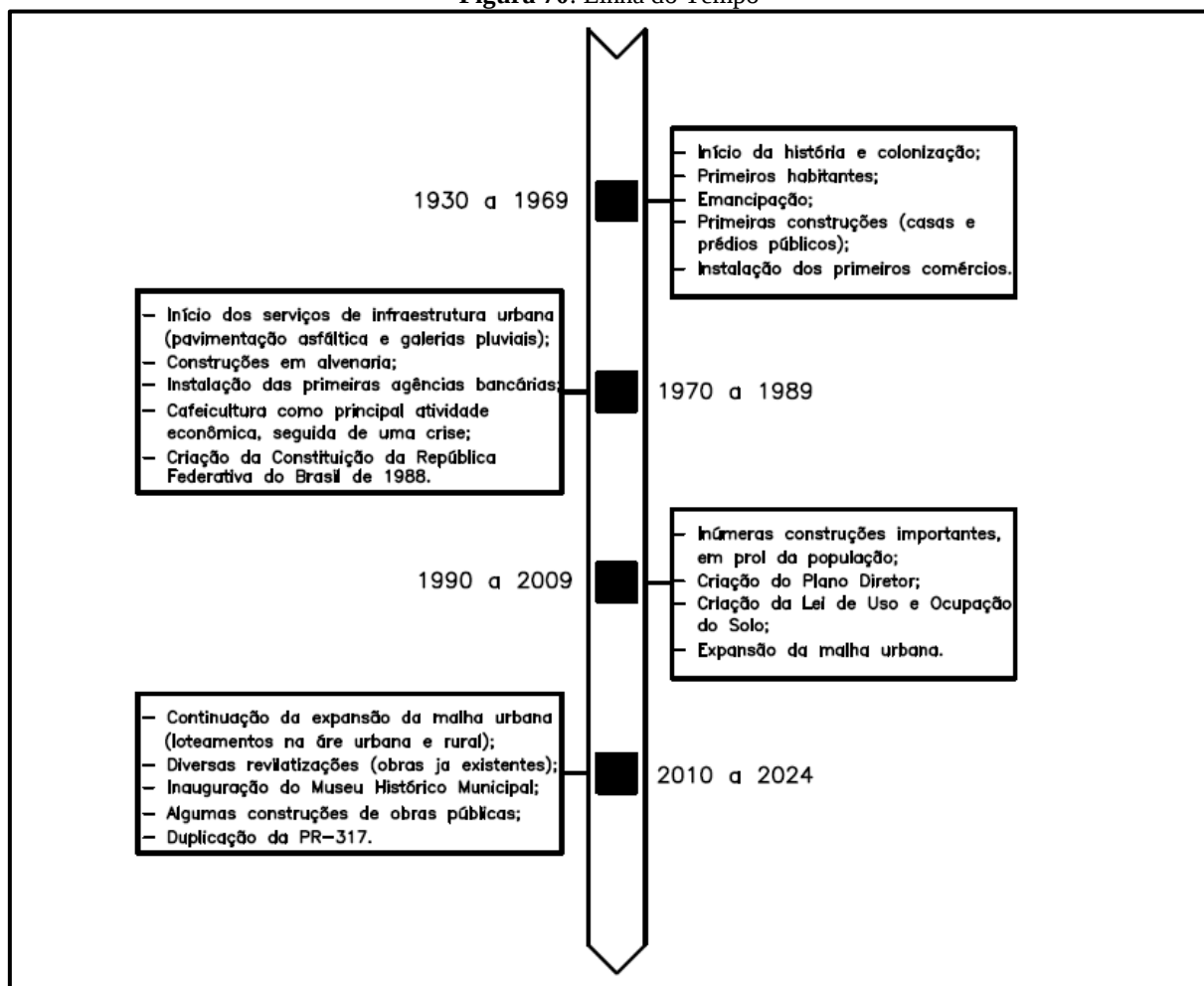


Fonte: Organizado pela Pesquisadora, 2024.

Como já foi nesta seção, muitas mudanças ocorreram em toda a infraestrutura urbana do município de Engenheiro Beltrão nas últimas décadas, por meio da realização de diversas construções, reformas e revitalizações, no entanto, para esta pesquisa consideramos apenas algumas das principais obras já realizadas ao longo dos anos ou que ainda estão em andamento. Além disso, não foram consideradas as obras realizadas nos distritos: Sertãozinho, Sussuí, Triângulo, Figueira do Oeste, Ivailândia e nem nos bairros: Jardim Castelo Branco, Andorinhas e Paulo Grandi.

Dessa forma, foi construída uma Linha do Tempo com objetivo de destacar os principais acontecimentos e evoluções de cada intervalo de tempo do município de Engenheiro Beltrão, em uma sequência linear, sendo este dividido em quatro momentos (1930 a 1969; 1970 a 1989; 1990 a 2009; e 2010 a 2024), como mostra a figura 70.

Figura 70: Linha do Tempo



Fonte: Organizado pela Pesquisadora, 2024.

Diante disso, iniciou-se a Linha do Tempo entre os períodos de 1930 a 1969, com o início da história, desbravamento e colonização do município, bem como a chegada dos primeiros habitantes, além da sua emancipação e as primeiras construções (casas, comércios e prédios públicos).

Em seguida, foi destacado o período de 1970 a 1989, marcado pela construção das primeiras obras de infraestrutura urbana (pavimentação asfáltica e instalação das galerias pluviais, nas principais avenidas da cidade), além da substituição das construções em madeira para alvenaria. E ainda, foi destacada a chegada das primeiras agências bancárias, o que facilitou muito a vida dos moradores; a cafeicultura como principal fonte de renda e atividade econômica do município, seguido de uma crise, em consequência da geada negra; e a criação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com diversas diretrizes regulamentadoras, tais como: dos Direitos Sociais, dos Direitos Políticos, dos Municípios, da Política Urbana, da Saúde, da Educação, da Cultura, dentre outras.

Em continuidade, ressalta-se o período de 1990 a 2009, marcado por inúmeras construções importantes em prol dos moradores, tais como: escritório da SANEPAR, ginásio de esportes, primeira Creche, centro de saúde, gruta da Nossa Senhora da Rosa Mística, estação do ofício, casa da cultura, capela mortuária, academia da terceira idade. Além disso, evidenciamos: a criação do Plano Diretor e a Lei de Uso e Ocupação do Solo; e a expansão da malha urbana, por meio da construção do primeiro loteamento residencial no município.

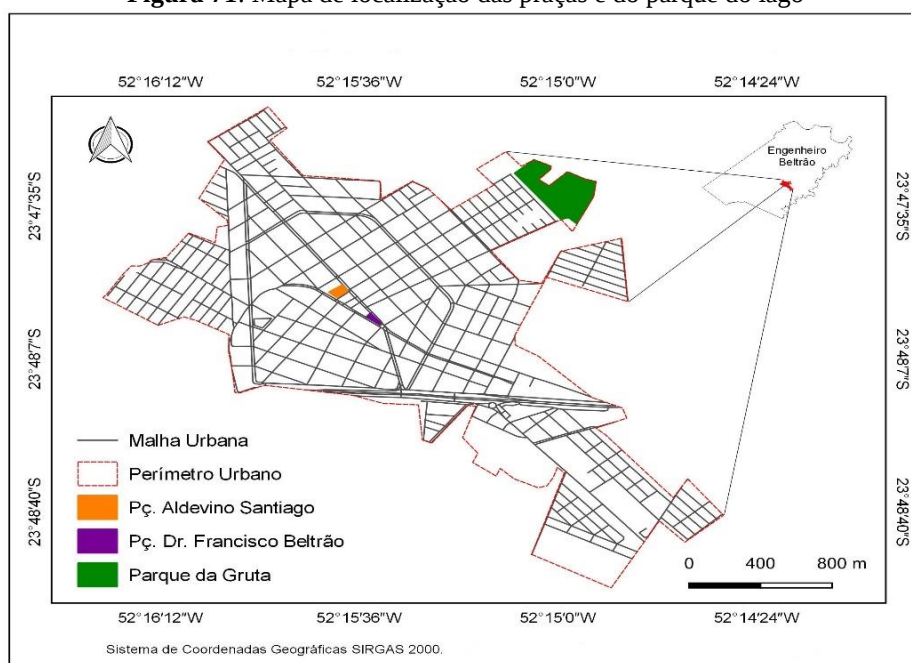
Ao final, sobressai o período de 2010 a 2024, marcado pela continuação da expansão da malha urbana e rural, por meio da construção de diversos loteamentos. Além disso, foram evidenciadas as principais revitalizações e reformas realizadas nos espaços e prédios públicos, tais como: praça Dr. Francisco Beltrão, parque do lago, avenida Zacarias de Goís, ginásio de esportes, terminal rodoviário, estádio municipal, secretaria da educação, hospital Santa Casa de Misericórdia, salão da terceira idade, destacamento da polícia militar e paço municipal. E ainda, ressaltam-se as construções mais importantes desse período, dentre elas temos: o museu histórico municipal, fórum eleitoral, CMEI, fórum estadual, Unidade Básica de Saúde, Centro de Referência de Assistência Social, e novos pontos de ônibus (espalhados pela cidade). E por fim, a tão esperada duplicação da PR-317 e a nova ponte construída sobre o Rio Ivaí, uma das obras mais almejadas da região.

Na sequência, discorre-se sobre a Seção V referente aos resultados obtidos por meio dos questionários aplicados com parte da população de Engenheiro Beltrão.

5 ANÁLISE DA INFRAESTRUTURA DAS PRAÇAS CENTRAIS E DO PARQUE DO LAGO DE ENGENHEIRO BELTRÃO

Para esta seção, foi realizada uma análise referente a atual situação dos equipamentos que compõem a infraestrutura de alguns espaços destinados ao lazer de Engenheiro Beltrão, conforme o mapa de localização (Figura 71) das praças centrais: Aldevino Santiago (Figura 72) e a Dr. Francisco Beltrão (Figura 73) localizadas entre as avenidas Brasil e Sete de Setembro, e o parque do lago (também chamado de parque da gruta), de acordo com a figura 74.

Figura 71: Mapa de localização das praças e do parque do lago



Fonte: IBGE (2021). Org.: SILVA, Cassio Henrique da. (2024).

Figura 72: Praça Aldevino Santiago



Fonte: Organizado pela Pesquisadora, 2024.

Figura 73: Praça Dr. Francisco Beltrão



Fonte: Organizado pela Pesquisadora, 2024.

Figura 74: Entrada do parque do lago

Fonte: Organizado pela Pesquisadora, 2024.

A escolha para analisar esses espaços, teve como base teórica, as orientações de Melo (2023):

O lazer como uma prática realizada individual e/ou coletivamente, em um “tempo” disponível, acarreta nos indivíduos a sensação de descanso, divertimento, prazer, satisfação, liberdade e paz, facilitando o contato com outras pessoas e até a vivência e a fruição do espaço envolvente. Logo, o lazer não é um fenômeno isolado, ele está inserido em diferentes contextos – históricos, culturais, políticos, educacionais, etc., - conforme os valores, significados, sentidos e saberes advindos de cada sujeito e a influência do meio no qual está inserido (Melo, 2013, p. 182).

Diante disso, pode-se dizer que as áreas destinadas ao lazer dos moradores de uma cidade estão diretamente relacionadas às atividades e momentos de entretenimento, socialização e interação social que impactam positivamente na saúde, bem-estar (físico e mental) e na qualidade de vida das pessoas. A prática do lazer é fundamental para que as pessoas possam desfrutar durante o seu tempo livre, fora das obrigações e cobranças diárias como estudo e trabalho.

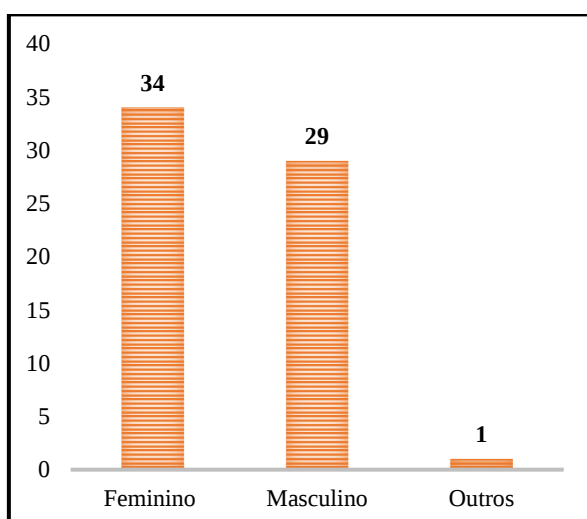
Dessa forma, para que essa prática do lazer seja possível e ofereça inúmeros benefícios a população de uma cidade, é necessário que os órgãos públicos e/ou instituições responsáveis elaborem projetos e planos de reestruturação para que esses locais (praças e parques) estejam bem estruturados, equipados, limpos, organizados e seguros, em prol da população.

Para tanto, esta seção encontra-se dividida em duas subseções: na primeira, foram apresentados os resultados adquiridos por meio da aplicação dos questionários (utilizando a

plataforma do *Google Forms*) com parte da população, com o propósito de saber a opinião dos moradores a respeito da qualidade dos espaços e equipamentos infraestruturais destinados ao lazer de Engenheiro Beltrão, seguida da representação de gráficos e imagens atuais desses espaços.

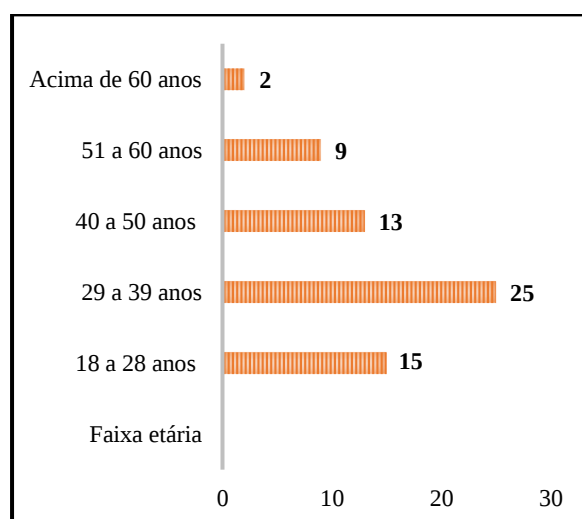
Para esta pesquisa foram aplicados 64 questionários, sendo que 34 (53,13%) pessoas são representadas pelo gênero feminino, 29 (45,31%) pelo gênero masculino e apenas 1 pessoa se intitulou como outro, que equivale a 1,56%, conforme o gráfico 2. Em relação à faixa etária dos participantes, foram constatadas que: 15 pessoas estão entre 18 a 28 anos, o que corresponde a 23,44%; 25 pessoas estão entre 29 a 39 anos, sendo representadas por 39,06%; 13 pessoas estão entre 40 a 50 anos, as quais correspondem a 20,31%; 9 pessoas estão entre 51 e 60, o que equivale a 14,06%; e apenas 2 (3,13%) participantes estão acima de 60 anos, conforme o gráfico 3.

Gráfico 2: Gênero dos participantes



Fonte: Organizado pela Pesquisadora, 2024.

Gráfico 3: Faixa etária dos participantes



Fonte: Organizado pela Pesquisadora, 2024.

Além da representatividade do gênero e da faixa etária dos participantes por meio de gráficos, foi contabilizado também o gênero de cada participante em relação a sua faixa etária. Dessa forma, infere-se que a faixa etária mais participativa na pesquisa se encontra entre 18 a 28 anos, para a qual foram obtidas 13 respostas do gênero masculino e 14 do gênero feminino; e a menos participativa foi a faixa acima de 60 anos, com apenas 2 respostas do gênero masculino e nenhuma do gênero feminino, conforme a tabela 4. O gênero considerado como outro, apareceu apenas uma vez na faixa etária de 18 e 28 anos.

Tabela 4 – Gêneros x Faixa etária dos participantes

Faixa etária (anos)	Gênero		
	Masculino	Feminino	Outro
18 a 28	4	9	1
29 a 39	13	14	0
40 a 50	8	5	0
51 a 60	2	6	0
Acima de 60	2	0	0
Total	29	34	1

Fonte: Organizado pela pesquisadora, 2024.

E na segunda subseção, as proposições referentes à infraestrutura e equipamentos das praças centrais e do parque do lago, por meio de observações realizadas pela pesquisadora, foram obtidos os resultados por meio da aplicação dos questionários com alguns moradores, e ainda de suas próprias investigações mediante visitas *in loco* nesses espaços públicos.

5.1 O que pensam os participantes da pesquisa em relação aos equipamentos infraestruturais das praças centrais e do parque do lago de Engenheiro Beltrão

A presença de espaços públicos destinados ao lazer da população como as praças e o parque do lago, além de contribuírem para o bem-estar dos moradores, são incentivadores de hábitos mais saudáveis, proporcionando um convívio social por meio da interação na prática de atividades recreativas ao ar livre, tais como: o esporte, academias (ATI), ciclismo, caminhadas, playgrounds para as crianças, feiras, festivais (música e dança), dentre outras. Mas para que isso seja possível, é necessário que haja uma boa infraestrutura desses espaços e dos equipamentos que os compõem.

Para Ecker (2020):

Em muitas cidades, a praça proporciona uma ruptura no tecido urbano, configurando um ponto nodal, para as práticas de sociabilidade. Devido ao seu caráter integrativo, ela define-se como um espaço de convergência e centralidade, que tende a concentrar usos, funções e atividades, e a exercer o papel de centralidade urbana. Por sua importância, é considerada um espaço referencial (Ecker, 2020, p. 109).

Esse é o caso de Engenheiro Beltrão, pois ambas as praças analisadas estão localizadas na área central da cidade (entre as Avenidas Sete de Setembro e a Brasil), e são definidas como

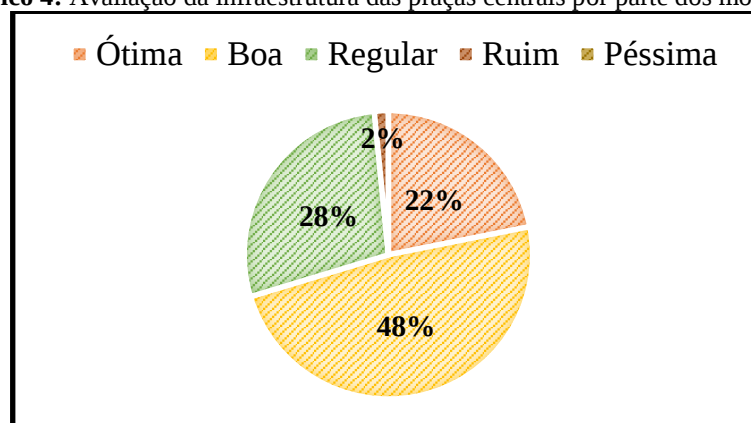
um ponto de encontro e de referência para a comunidade, o que fortalece a interação e o convívio social dos moradores e de seus visitantes. Mas, para que essa integração social ocorra, é necessário que haja um espaço bem estruturado com oportunidades não só para os jovens e crianças, mas como para as pessoas idosas também, a fim de promover a inclusão e diversidade.

Além disso, praças centrais bem cuidadas e planejadas embelezam a cidade e tendem a proporcionar também um estímulo à sua economia, por meio dos moradores da região, que passam a consumir nos estabelecimentos locais, como lojas, cafés, bares, restaurantes, dentre outros.

No entanto, segundo Ré (2017, p. 52) as praças “se alteram de acordo com as necessidades da população modificando suas formas de uso e sua função. Por ser um espaço em constantes mudanças e transformações merecem ser investigadas”. Diante disso, a primeira pergunta realizada com os moradores foi a seguinte: em sua opinião como você avalia a infraestrutura (bancos, calçamentos, arborização, jardinagem, iluminação, dentre outros) das praças centrais (Aldevido Santiago e Dr. Francisco Beltrão) de Engenheiro Beltrão?

De acordo com os participantes da pesquisa, 48% responderam que a infraestrutura das praças centrais então em bom estado de conservação e manutenção; 28% acham que a situação da infraestrutura é regular; 22% disseram ser ótima; e apenas 2% disseram ser ruim. A alternativa descrita como péssima não apareceu nesta pesquisa, conforme o gráfico 4.

Gráfico 4: Avaliação da infraestrutura das praças centrais por parte dos moradores



Fonte: Organizado pela Pesquisadora, 2024.

Ainda de acordo com o gráfico 4, dos 64 participantes da pesquisa, 70% consideraram que a infraestrutura das praças centrais está em bom e/ou ótimo estado de conservação, e apenas 5% as consideraram ruim. Diante disso, as imagens (75 e 76) sobre as praças comprovam o que a maioria dos participantes responderam.

Figura 75: Praça Aldevino Santiago

Fonte: Organizado pela Pesquisadora, 2024.

Figura 76: Praça Dr. Francisco Beltrão

Fonte: Organizado pela Pesquisadora, 2024.

Assim como as praças centrais, o parque do lago também é um local destinado ao lazer e recreação dos moradores de uma cidade, a diferença é que o parque possui um lago, cercado por amplos espaços de áreas verdes e trilhas para caminhada. E por proporcionar esse contato

mais próximo e de relaxamento com a natureza, está localizado na maioria das vezes longe da área central urbana de uma cidade.

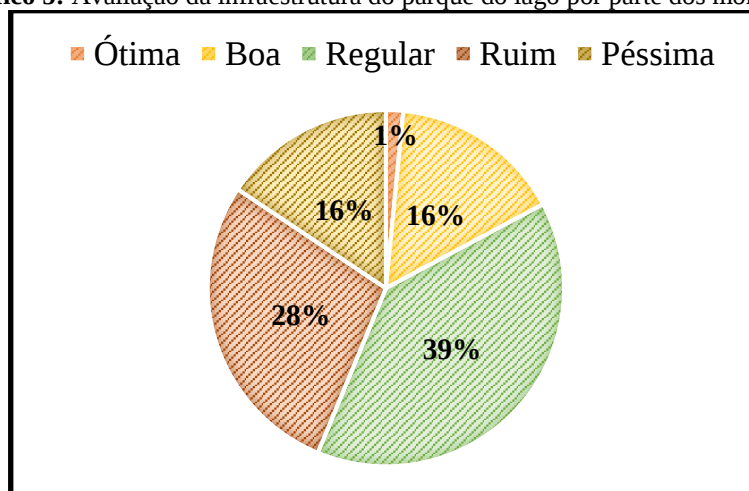
Para Ecker (2013, p. 34) “os parques urbanos são espaços de uso público para estabelecimento de relações sociais, por meio de práticas esportivas, culturais, educativas, artísticas, ambientais, convivência comunitária e com possível visitação turística”.

Diante disso, o parque do lago de Engenheiro Beltrão, que é um espaço de livre acesso, considerado calmo e tranquilo, com amplo espaço, bem arborizado, localizado longe do centro da cidade. Nele ainda há um prédio que funcionava uma lanchonete (desativada já alguns anos), a Gruta Nossa Senhora da Rosa Mística e o Museu Histórico Municipal (desativado).

E por ser um espaço destinado também ao lazer foi perguntado aos moradores: em sua opinião como você avalia a infraestrutura (bancos, calçamentos, arborização, iluminação, dentre outros) do parque do lago de Engenheiro Beltrão?

De todos os participantes da pesquisa, 39% responderam que a infraestrutura do parque do lago se encontra regular; 28% acham que está em péssimo estado de conservação e manutenção; 16% disseram estar em bom estado; 16% acham que está ruim; e apenas 1% disseram ser ótima, conforme o gráfico 5.

Gráfico 5: Avaliação da infraestrutura do parque do lago por parte dos moradores



Fonte: Organizado pela Pesquisadora, 2024.

Ainda de acordo com o gráfico 5, dos 64 moradores participantes da pesquisa 44% consideram que o estado de conservação da infraestrutura do parque do lago está ruim ou péssimo e 39% o consideram regular. Diante disso, as imagens (77 e 78) comprovam o que a maioria dos participantes responderam.

Figura 77: Parque do lago

Fonte: Organizado pela Pesquisadora, 2024.

Figura 78: Parque do lago

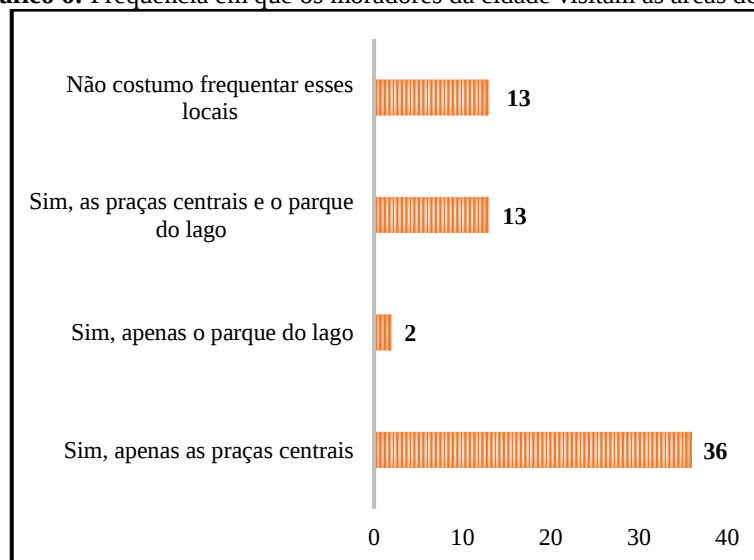
Fonte: Organizado pela Pesquisadora, 2024.

Esta pesquisa foi realizada com parte dos moradores da cidade, pois muitas pessoas atualmente passam boa parte do tempo no trabalho, dessa forma buscam em seus momentos livres e aos finais de semana o lazer como uma forma de equilíbrio no seu dia a dia. E para fugir

do barulho, da agitação, e até mesmo da poluição das áreas urbanas, muitas vezes, elas procuram nos espaços ao ar livre o contato com a natureza como forma de relaxamento. E ainda, ao realizar tais atividades (caminhadas, ciclismo, piqueniques, dentre outras) em espaços abertos, consequentemente facilitam e influenciam na interação social, fortalecimento das relações e ainda trocas de informações com outros indivíduos (Ecker, 2013).

Diante disso, perguntou-se aos moradores: você costuma frequentar as áreas de lazer como as praças centrais e o parque do lago do município de Engenheiro Beltrão? De todos os participantes da pesquisa, 36 disseram frequentar apenas as praças centrais; 13 disseram frequentar as praças centrais e o parque do lago; 13 não costumam frequentar esses locais; e apenas 2 pessoas disseram frequentar apenas o parque do lago, conforme mostra o gráfico 6.

Gráfico 6: Frequência em que os moradores da cidade visitam as áreas de lazer



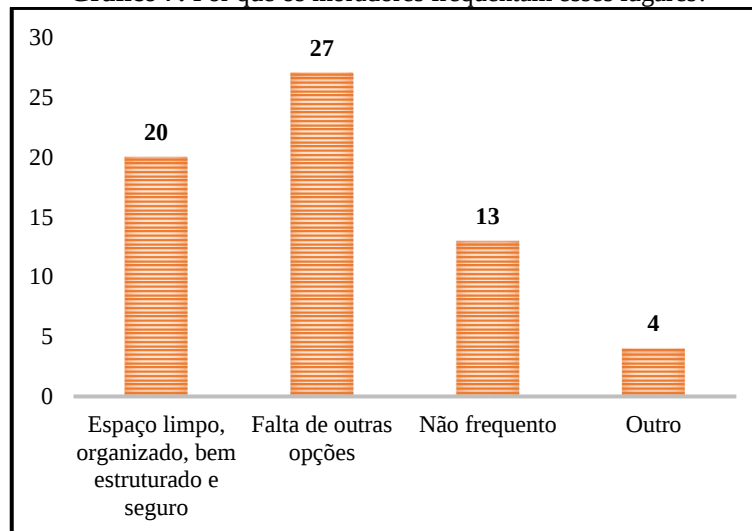
Fonte: Organizado pela Pesquisadora, 2024.

Diante disso, dos 64 participantes da pesquisa, 79,69% costumam frequentar um ou mais espaço destinado ao lazer do município, totalizando 79,69%, e apenas 20,31% disseram não frequentar esses locais, isso revela que a maioria das pessoas ainda buscam por momentos de lazer, de descontração e de relaxamento em espaços ao ar livre.

Na sequência, perguntou-se aos moradores: o que faz você frequentar esses lugares? E como pode-se ver no gráfico 7, dos 64 participantes da pesquisa 27 disseram frequentar as praças e o parque o lago por falta de outras opções no município; 20 disseram frequentar por considerar esse (s) espaço (s) limpo (s), organizado (s), bem estruturado (s) e seguro (s); 13 disseram não frequentar; e apenas 4 responderam outro. Dessas 4 respostas, uma pessoa respondeu que frequenta a praça por causa do parquinho, outra porque realiza passeios com as

filhas, outra porque gosta de fazer passeios ao ar livre (tanto nas praças quando no Parque) e outra considera o parque do lago ótimo para fazer caminhadas.

Gráfico 7: Por que os moradores frequentam esses lugares?

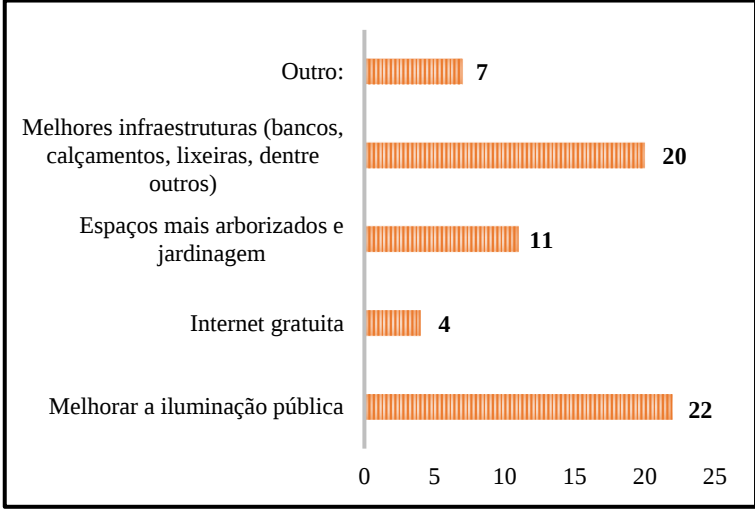


Fonte: Organizado pela Pesquisadora, 2024.

Ainda de acordo com o gráfico 7, dos 64 participantes 42,19% frequentam esses locais por falta de outras opções, diante das respostas, conclui-se que ambos gostariam que no município tivesse mais opções e atividades de lazer.

Em seguida, perguntou-se aos moradores: o que você gostaria que a prefeitura municipal oferecesse nesses locais para melhorar o lazer de seus moradores? E como podemos ver no gráfico 8, 22 pessoas responderam que a prefeitura precisa melhorar a iluminação pública desses espaços destinados ao lazer; 20 disseram que esses espaços precisam melhorar suas infraestruturas locais, tais como: calçamentos, bancos, lixeira, dentre outros; 11 gostariam que estes espaços fossem mais arborizados e tivessem jardinagem; 4 gostariam de ter acesso a internet gratuita nesses locais; e 7 responderam outro. Dessas 7 respostas, 4 disseram que gostariam de mais segurança nesses locais, e 2 disseram que consideram esses locais ótimos e que não falta nada.

Gráfico 8: Como a prefeitura pode melhorar o lazer desses locais?



Fonte: Organizado pela Pesquisadora, 2024.

Na sequência, a pesquisa foi finalizada com seguinte pergunta (única questão aberta, sem alternativas) aos moradores: quais os tipos de atividades que você gostaria que a prefeitura municipal oferecesse aos moradores nas praças centrais e/ou no parque do lago? Todos os participantes responderam, no entanto, alguns moradores responderam mais de uma atividade, dessa forma, contabilizou-se as respostas pelo número de vezes que foram aparecendo, e por se tratar de respostas semelhantes, foi realizado um resumo das mesmas, conforme o quadro 1.

Quadro 1 - Tipos de atividades que os moradores gostariam de ter nas praças e/ou parque do lago

Respostas	Gênero Feminino	Gênero Masculino	Gênero Outro
1 - Lugares mais apropriados para a prática de esportes (vôlei, futebol, dentre outros), ginástica e atividades físicas em geral;	8	9	
2 - Construção de uma pista de ciclismo no parque do lago, bem como a locação de bicicletas no local;	4	5	
3 - Mais atividades infantis, espaço kids (playground) e a volta do pedalinho no lago;	5	4	
4 - Atividades para as famílias, como: apresentações culturais e eventos em geral nos finais de semana;	7	6	
5 - Revitalização e melhorias infraestruturais no parque do lago, bem como a construção de banheiros, quiosques, melhorias na iluminação, calçamentos e a volta da lanchonete;	7	8	1
6 - Melhorar a limpeza e a segurança desses locais;	8	4	
7 - Espaço para animais de estimação;	1	1	
8 - Reforma do museu histórico e da gruta que ficam no mesmo espaço do parque do lago;	1	1	
9 - Mais atividades para os idosos;		1	
10 - Atividades físicas que tenham auxílio de um personal ou profissional da área.	1		

Fonte: Organizado pela Pesquisadora, 2024.

Ainda sobre o quadro 1, foi observado que as respostas que mais apareceram em relação ao gênero feminino foram: a prática de esportes e atividades físicas em geral, e melhorarias na limpeza e segurança desses locais, seguida de mais atividades para as famílias e a revitalização e melhorias na infraestrutura do parque do lago.

E em relação ao gênero masculino as respostas que mais apareceram foram também a prática de esportes e atividades físicas em geral, a revitalização e melhorias na infraestrutura, seguida de atividades para as famílias. E em relação ao gênero outro, apareceu apenas uma única resposta que corresponde a revitalização e melhorias na infraestrutura do parque do lago.

Diante disso, observou-se que a resposta que mais apareceu na pesquisa tanto considerando o gênero feminino quanto o masculino foi a falta de lugares mais apropriados para a prática de esportes (vôlei, futebol, dentre outros), ginástica e atividades físicas em geral, na qual apareceu 17 vezes, seguida da revitalização e melhorias infraestruturais no parque do lago, bem como a construção de banheiros, quiosques, melhorias na iluminação, calçamentos e a volta da lanchonete, na qual apareceu 16 vezes.

Além dessas repostas apareceram também: a construção de uma pista de ciclismo no parque do lago, bem como a locação de bicicletas no local; mais atividades infantis, espaço kids (playground) e a volta do pedalinho no lago; um espaço destinado para animais de estimação; e a reforma do museu histórico e da gruta.

Diante disso, independentemente de quantas vezes essas respostas apareceram, todas são válidas e importantes para esta pesquisa, pois como se viu cada morador possui uma visão e opinião diferente sobre esses locais. E se todas essas respostas diversas são análogas, é sinal que muita coisa precisa ser melhorada, desde infraestrutura, espaço para esporte, espaço para as crianças e animais de estimação, segurança, limpeza, dentre muitas outras.

Na sequência, é apresentada a subseção que se refere às proposições sobre a infraestrutura e equipamentos das praças centrais e do parque do lago na visão e análises da pesquisadora em relação aplicação dos questionários com os moradores e das visitas in loco nesses locais.

5.2 Proposições referentes à infraestrutura urbana: um olhar da pesquisadora

A cidade é um espaço, um lugar, um sonho, uma realidade; a cidade é o concreto, é o visível e o invisível; a cidade é um palco que representa a beleza e a vida; a cidade se expressa pelo trânsito, pelo movimento e pelos passos apressados; seja nas ruas e avenidas, histórias se entrelaçam pelos rostos e destinos desconhecidos; em cada esquina um novo sentimento, novas conversas e lamentações; nos parques e nas praças o refúgio em meio ao caos

e agitação do dia-a-dia; a cidade é o início, é o meio e o fim; é onde tudo começa e onde tudo termina; a cidade é um poema, é a música é o silêncio; enfim, a cidade é representação das transformações do homem ao longo dos anos, ela se desenvolve e se modifica a todo instante e a todo momento; a cidade é uma história, é um caminho, um destino; a cidade inspira, é pura e verdadeira, e é formada por um mosaico de vidas e um lar sem fronteiras (Nascimento, 2024)³².

O município de Engenheiro Beltrão possui hoje 12.454 habitantes, distribuídos por cinco distritos administrativos, economia estável em virtude da agricultura e um ramo diversificado de postos de trabalhos e serviços essenciais, tanto no setor público quanto no privado, e ainda está localizado próximo a duas importantes cidades que são: Maringá e Campo Mourão

Em relação ao espaço público destinado ao lazer, pode-se dizer que é amplo por ser uma cidade de pequeno porte, na qual possui três praças centrais já comentadas anteriormente, um Parque de Lago, além diversas ATI's espalhadas pela cidade. No entanto para esta pesquisa foram analisadas apenas as infraestruturas das praças localizadas nas áreas centrais, que são: Aldevino Santiago e Dr. Francisco Beltrão, e a do parque do lago. E para se ter uma melhor compressão desses locais, aplicou-se um questionário para alguns moradores da cidade, para saber a opinião deles sobre a situação real atual desses espaços.

E como já foi abordado na subseção anterior, a maioria dos moradores participantes do questionário responderam que as praças centrais estão em bom ou ótimo estado de conservação e manutenção em relação a sua infraestrutura e seus equipamentos. Desse modo, é possível concordar plenamente com eles, pois foram realizadas por esta pesquisadora diversas visitas in loco nos últimos meses e realmente esses espaços passaram por diversas revitalizações e manutenções nos últimos anos.

Na praça Aldevino Santiago, por exemplo, tivemos a construção de novos calçamentos (com acessibilidade), pintura (bancos, muros e meio fio), jardinagem (poda das árvores e plantação de flores), instalação de novas lixeiras e de um playground com grama sintética para as crianças, e a instalação de mesinha em concreto com bancos em volta, onde os idosos aposentados do gênero masculino passam horas do seu dia jogando baralho e conversando.

Além disso, a praça possui uma lanchonete bastante frequentada aos finais de semana por parte da população, e há poucos meses foi inaugurada a feira do produtor entre a praça e a rodoviária o que fez das quartas-feiras da cidade um excelente ponto de encontro e entretenimento para as famílias. E ainda, podemos dizer que hoje esse espaço se encontra limpo,

³² Poema escrito pela própria pesquisadora.

organizado, bem arborizado e com boa estética, embelezando o centro da cidade. No entanto, ainda é preciso: reativar o chafariz (Figura 79), localizado ao centro da praça; construir sanitários (feminino, masculino, acessível e fraldário); instalar câmeras de segurança; e contratar um ou mais vigilante (s) para o período noturno, para garantir a segurança dos moradores ao visitarem o local.

Figura 79: Chafariz desativado



Fonte: Organizado pela Pesquisadora, 2024.

Na praça Dr. Francisco Beltrão, foi realizada, também, a construção de novos calçamentos (com acessibilidade), pintura (bancos, mesas, meio fio e nas vagas de estacionamento), jardinagem (poda das árvores e plantação de flores) e instalação de diversas novas lixeiras. É um espaço com área menor que a praça Aldevino Santiago, no entanto é muito frequentado pelos jovens aos finais de semana e feriados, tanto no período diurno quanto noturno, desse modo passam horas nesse espaço ou em volta dele, conversando com seus amigos, escutando música e tomando Açaí e tererê na época do verão.

Esse espaço se encontra hoje com uma boa infraestrutura em relação aos equipamentos que ora o compõem, os quais já foram percorridos nas figuras da subseção anterior, o que falta são apenas câmeras de segurança e um vigilante noturno. Nota-se algo interessante na praça Dr. Francisco Beltrão que chama a atenção, pois nas laterais de sua entrada têm tomadas para recarregar as baterias de celulares, como mostra a figura 80, algo muito inovador para esta cidade e fundamental nos dias de hoje, as quais poderiam ser instaladas em vários outros pontos

da cidade. E ainda, além disso, o poder público municipal poderia também fornecer internet gratuita de qualidade em toda a área central e nos espaços destinados ao lazer da cidade.

Figura 80: Espaço para recarregar a bateria do celular



Fonte: Organizado pela Pesquisadora, 2024.

Em relação ao parque do lago, a maioria dos moradores responderam que sua infraestrutura se encontra ruim ou péssima, o que pode ser concordado com eles. Esse espaço há anos está abandonado pela prefeitura municipal, cuja revitalização, que por sinal foi a última, ocorreu ainda em 2012. Desde então, nada foi feito nesse espaço, e hoje ele se encontra sem condições de uso e visitação por parte da população.

Ao começar pela sua entrada, que é composta por uma estrada de chão, com pedras soltas e irregulares, que não comporta a passagem de dois carros simultaneamente (entrando e saindo), como demonstrada nas figuras da subseção anterior. Os banheiros estão destruídos, as lâmpadas estão todas quebradas (dessa forma não há iluminação para o período noturno), o pequeno lago construído ao lado da ATI está poluído e cheio de lixos, a lanchonete que foi construída dentro do lago principal, encontra-se demolida, a jardinagem está totalmente mal cuidada e abandonada, não há lixeiras e nem bancos suficientes.

Além do mais, a pista de caminhada não está em boas condições de uso e precisa ser revitalizada o quanto antes, a passarela (figura 81) que atravessa o lago principal está corroída por falta de manutenção, a escada que dá acesso à pista de caminhada está deteriorada, propícia a provocar acidentes, caso haja visitação. Enfim, esse espaço está totalmente abandonado, portanto urge que haja revitalização, por ser um espaço amplo, com boa estética, bem arborizado e distante do centro da cidade.

Figura 81: Passarela que atravessa o lago



Fonte: Organizado pela Pesquisadora, 2024.

Devido ao estado de abandono, nesse espaço não há movimentação de pessoas, o que o torna um ambiente sem segurança. No entanto, a prefeitura municipal emitiu uma nota alguns meses atrás informando que o parque passaria por uma revitalização, mas até o momento da conclusão desta pesquisa não foi iniciada. Assim como nas praças centrais, o parque precisa, além da reforma, que é imprescindível, investir em segurança, bem como na instalação de câmeras e na contratação de um ou mais vigilantes tanto para o período diurno quanto noturno.

Além disso, o poder público municipal poderia pensar na hipótese de construir vagas de estacionamento logo após a entrada do parque. Dessa forma, o acesso ao parque poderia ocorrer por meio de pistas de caminhadas e de ciclismo, para que assim não ocorra transtornos com veículos dentro do parque.

Na subseção anterior, foi abordada, que os moradores disseram frequentar as praças e o parque do lago, no entanto, 13 não costumam frequentar. E de todos que frequentam 27 disseram que faltam outras opções de lazer no município. Considerando que Engenheiro Beltrão é uma cidade de pequeno porte e que não há mais espaços na área central para a construção de outros locais, o correto é realizar um estudo e um planejamento nas áreas já existentes para que as mesmas possam contemplar mais opções de entretenimento.

Diante disso, perguntou-se aos moradores em uma questão aberta - quais os tipos de atividades que gostariam que a prefeitura fornecesse nas praças e no parque do lago. Mesmo a maioria terem respondido reformas, revitalizações e segurança para as famílias, apareceram também diversas atividades que poderiam ser incluídas dentro do parque do lago, tais como: pista de ciclismo em volta do lago (bem como o aluguel de bicicletas), quadra para esportes

(vôleibol e futebol), ginástica (com a presença de um profissional para auxiliar), a volta do pedalinho para a diversão das crianças, além da reabertura da lanchonete e do museu histórico.

O parque do lago, é um espaço amplo, bem arborizado e afastado do centro da cidade, como mostra a figura 82 (*Google Earth Pro*³³). E por ser amplo, comporta sim a prática de esportes, como vôlei, futebol, basquete e beach tênis, dentre outras. Além disso, poderia ter um espaço destinado a skate, patins e patinete para as crianças, e também a volta do pedalinho no lago. Em relação ao ciclismo, acredita-se ainda que o lago comporta a construção de mais uma pista, no entanto, a locação de bicicletas poderia ser oferecida também no centro da cidade. A reconstrução da lanchonete do lago seria muito interessante, para a venda de lanches, porções, doces, pipoca, água, sucos, refrigerantes, dentre outras.

Figura 82: Parque do lago, com visão aérea



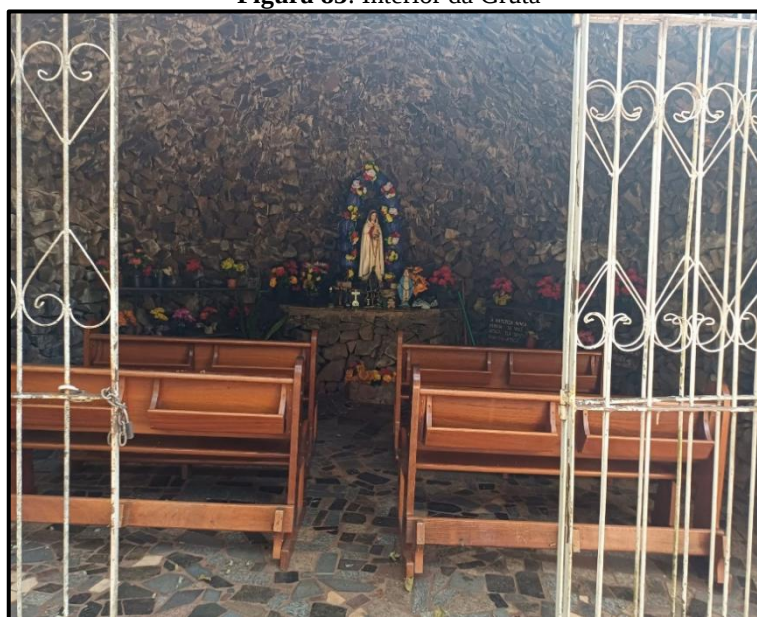
Fonte: Google Earth Pro, 2023.

Assim, todas essas atividades poderiam ser incluídas dentro desse espaço para melhorar o lazer dos moradores, mas para que isso seja possível, é necessário a elaboração de um planejamento sistematizado, pois não adianta fornecer tais atividades se não há funcionários no local para auxiliar a população. Dessa forma, seria necessário: a contratação de guardas e vigias (em diversos pontos do parque), funcionários para limpeza periódica dos sanitários e do parque, além de pessoas que possam organizar as atividades e horários como o de uso das quadras por exemplo, dentre outras.

³³ É um programa para o computador na qual apresenta o globo terrestre em forma tridimensional por meio de imagens aéreas de satélites, utilizado por muitos profissionais da engenharia, geografia, topografia, dentre outros.

Além disso, poderia ser construído um palco, onde é o estacionamento de veículos hoje (o estacionamento de veículos dentro do parque é totalmente desnecessário, o espaço precisa ser melhor aproveitado) para apresentações culturais, como música e peças teatrais, com artistas locais. E para a comunidade católica (de todas as idades), poderiam criar momentos de oração na Gruta Nossa Senhora da Rosa Mística (Figura 83). E ainda, poderiam reabrir o Museu Histórico Municipal para visita não só para os moradores locais, mas para toda região.

Figura 83: Interior da Gruta



Fonte: Organizado pela Pesquisadora, 2024.

No entanto, todos esses detalhes quando falados e/ou escritos parecem ser simples, mas que de fato não são, pois realizar a reestruturação e adequações de apenas um único espaço delegaria a junção de várias áreas da administração pública. Não é fácil, porém não é impossível, é preciso cautela e planejamento por parte do poder público municipal.

Em conversa informal com alguns moradores de Engenheiro Beltrão sobre a situação da atual administração política do município, ambos relataram que esta nova gestão mudou a estética da cidade em apenas quatro anos, no entanto eles mencionaram estarem descontentes com a saúde pública oferecida. Além disso, alegaram também que esta nova gestão tem gasto um valor bastante expressivo com festas (de acesso gratuito para a população), bem como a contratação de bandas, artistas e músicos famosos, afim de “agradar” a população local. E ainda disseram que o entretenimento, festas culturais e comemorações precisam acontecer sim e fazem parte do lazer dos moradores, mas que ao invés de contratar artistas reconhecidos pelo Brasil, poderia contratar músicos e bandas da região, por um menor valor, e investir mais na saúde pública.

Relato da autora:

“Ao analisarmos essa conversa, gostaria antes de mais nada relembrar que não sou afiliada em nenhum partido político, não sou formada no assunto e tão pouco entendo como funciona e como é conduzida as administrações públicas municipais, no entanto, concordamos plenamente com esses moradores, pois ao meu ver o poder público municipal precisa investir em todos os ramos e quesitos necessários para se ter um bom funcionamento da cidade, e não focar em uma área e deixar a outra de lado. É preciso estar atendo e atender as reais necessidades de toda a população como num todo, ou seja, é saber ponderar e conduzir as verbas de forma justa e correta em todos os setores. No entanto, não vou me adentrar nesses questionamentos, pois não é o intuito desta pesquisa.

Enfim, gostaria de finalizar esta seção, agradecendo mais uma vez aos moradores do município de Engenheiro Beltrão que me ajudaram nesta pesquisa com suas colaborações. Pois não só para esta pesquisa, mas para tantas outras a voz do povo faz a diferença, é por meio dela que conseguimos enxergar a realidade das coisas. Apesar de eu ter a minha própria opinião sobre as áreas de lazer do município, as diversas respostas relatadas pelos moradores me fizeram enxergar mais além, pois muitas vezes as minhas necessidades, ideias e desejos não são as mesmas das outras pessoas. Sendo assim, quando um ambiente é público, precisamos escutar e atender as ideias, os gostos e anseios de todos, sem distinção”.

Na próxima, apresenta-se as considerações finais, por meio de mais algumas análises sobre esta pesquisa, dando ênfase para novos estudos e pesquisas sobre o assunto.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das intenções desta pesquisa é de incentivar os novos e atuais pesquisadores ao estudo acerca das pequenas cidades com população inferior a 20 mil habitantes, uma vez que ainda há uma carência nas investigações e observações desses pequenos núcleos ainda no século XXI, muitas vezes por serem vistos como insignificantes pelos governantes em relação ao número de moradores ou pelas poucas chances de crescimento econômico, acabam tendo pouca importância política. Além disso, tendo com pretensão mostrar ao poder público municipal os problemas reais existentes nos espaços públicos urbanos destinados ao lazer e que estão afetando diretamente a qualidade de vida dos moradores.

E por ser uma pesquisa complexa de um programa interdisciplinar, seguindo uma linha de formação humana, políticas públicas e produção do espaço, foi preciso de um estudo abrangente, com abordagem de natureza quali-quantitativa composto por um trajeto (etapas seguidas) metodológico, que englobou diálogo com diversos autores de diferentes áreas do conhecimento, tais como a geografia, a arquitetura, urbanismo e a história, o que foi permitido que se fizesse uma melhor análise e compreensão da investigação sobre o estudo, o qual proporcionou a obtenção de resultados mais satisfatórios e enriquecido de informações.

Diante disso, a pesquisa foi iniciada por meio de uma interpelação com conceitos e definições sobre a interdisciplinaridade, ramo este, de suma importância na atualidade por possuir uma visão mais ampla das mais variadas áreas do conhecimento, o que fez esta pesquisadora aventurar por diversos rumos e direções.

Na sequência, realizou-se um aporte teórico metodológico sobre o espaço público, por meio de contextos históricos, definições, conceitos e importância, a fim de mostrar as diversas transformações ocorridas desde a antiguidade até os dias atuais. Dessa forma, é possível afirmar que todas essas modificações no espaço urbano se devem as mudanças da sociedade, ou seja, conforme a sociedade evolui nos quesitos culturais, econômicos, ambientais e sociais, o espaço público também se renova e passa por variações.

Perante o exposto, é impossível estudar uma cidade e a infraestrutura urbana que a compõe, sem antes compreender o que são os espaços públicos, uma vez que ambos estão interligados em suas organizações e funções institucionais, sociais, ambientais e econômicas. Dessa forma, pode-se dizer que o espaço público pode ser comparado como um produto de interesse do Estado, pois se funde aos municípios mediante a materialização, produção e apropriação do solo por meio da construção das cidades.

Diante disso, assim como os espaços públicos, as cidades também passaram por diversas transformações ao longo dos anos, em vista dessa interligação entre elas. No entanto, os conceitos e definições sobre as cidades são um pouco mais complexos do que os dos espaços públicos, pois além dessas descrições, é preciso classificá-las, mensurá-las e caracterizá-las em relação às suas dimensões, formas, funções, territorialidade, materialização, percepções, representatividade, dentre outras.

Dessa forma, abordou-se nesta pesquisa uma visão geral sobre as cidades com poucos conceitos e informações, pois o foco foi apenas em algumas caracterizações acerca das pequenas cidades. E perante os estudos, discorreu-se sobre diversos aspectos relevantes para a definição de pequenas cidades, tais como: o quantitativo, sendo o principal, que está atrelado ao um número mínimo e máximo de habitantes; a densidade, por meio da realização de um cálculo de habitantes por m²; as investigações morfológicas em relação aos componentes físico-espaciais e os socioculturais; e as atividades exercidas pela população e geral, ou seja, seu modo de vida e inter-relações.

O termo pequena cidade passou a ser utilizado no Brasil a partir da década de 1950 em razão do contexto econômico e social instituído naquela época, por meio de uma ligação entre o urbano e a ruralidade. Sendo assim, as pequenas cidades passaram por transformações significativas pouco tempo depois, graças à industrialização.

Diante disso, as pequenas localidades começaram a aumentar e ainda, passaram a atrair a população que residia no campo, em virtude de uma grande demanda de empregos nas indústrias. No Brasil hoje dos 5.570 municípios, 3.861 são considerados pequenas cidades com população inferior a 20 mil habitantes, ou seja, 69,32%, e destas, 308 estão localizadas no estado do Paraná. No entanto, a maioria desses pequenos núcleos iniciou-se sem uma real perspectiva de crescimento e sem nenhum planejamento urbano, em razão da falta de organização das autoridades competentes.

Mesmo diante desse cenário, é imprescindível que nos dias de hoje o poder público municipal juntamente com os gestores estaduais e federais estejam atentos com as reais necessidades dos municípios, de modo que possam elaborar planos de reestruturação e desenvolvimento urbano para esses locais, por meio da construção de uma infraestrutura urbana bem planejada e equipada. Pois a realização de investimentos em infraestrutura urbana é considerada um dos mais importantes e eficientes, na qual impactam positivamente no desenvolvimento econômico e social de toda uma sociedade.

A implantação e realização desse tipo de investimento nas cidades além de promover uma grande competitividade e produtividade no setor econômico capaz de produzir efeitos

favoráveis em diversos outros setores (social, o cultural e o ambiental), tende a refletir diretamente no cotidiano, bem-estar e qualidade de vida dos moradores. No entanto, é preciso que todo esse sistema técnico de infraestrutura (pavimentação, drenagem pluvial, abastecimento de água potável, rede de esgoto, rede de energia elétrica, dentre outras), equipamentos (públicos e/ou comunitários) e serviços tenham uma boa funcionalidade e gestão, e ainda operem com precisão e perfeição.

Nesse sentido, as das Políticas Urbanas, que estão ligadas diretamente às ações e estatutos governamentais, por meio da criação das leis (Plano Diretor, Lei Orgânica, dentre outras), cuja função é viabilizar os instrumentos urbanísticos, tributários e jurídicos, a fim de melhor organizar o espaço urbano das cidades, seja ela de pequeno, médio ou grande porte. Mas, para isso, precisar-se-á cada vez mais de pessoas competentes, honestas e dispostas para ocupar os cargos públicos.

Diante do exposto, para a realização desta pesquisa antes de mais nada se fez necessário toda uma base e contextualização histórica tanto do espaço público quanto da pequena cidade e da infraestrutura urbana, para que assim, pudéssemos trazer por meio de alguns autores um melhor conceito e definição de cada um, seguido de análises e comparações entre os períodos históricos e os dias atuais.

Com base nisso, abordou-se nesta pesquisa, o contexto histórico-geográfico da pequena cidade de Engenheiro Beltrão, aporte este, de extrema importância que auxiliou nas análises dos resultados, perante as evoluções e transformações ocorridas na cidade ao longo dos anos. No entanto, foi nesta seção que foram encontradas as maiores dificuldades durante este estudo, em razão da falta de informações sobre município. E mesmo com tantas dificuldades, poucos materiais e trabalho árduo, conseguiu-se trazer para este estudo os principais acontecimentos desde seu desbravamento, colonização e emancipação, ou seja, diversas evoluções e transformações até chegar nos dias atuais.

O município de Engenheiro Beltrão completou recentemente os seus 70 anos de emancipação, e como vimos na Seção IV, a cidade passou por diversas transformações durante esses anos. O pequeno povoado, de chão batido, com poucas infraestruturas foi se desenvolvendo aos poucos por meio das primeiras construções em madeira e mais tarde de concreto e alvenaria.

E foi na década de 1970, que a então gestão pública municipal deu início a diversas obras de melhorias em seu espaço urbano, bem como a construção das primeiros pavimentações asfálticas, redes de drenagem (águas pluviais) e a construção novos prédios públicos na área central da cidade. Além disso, foram surgindo novos comércios e serviços essenciais, como a

primeira agência bancária, facilitando assim a vida dos moradores. Em 1975, não só o município, mas também o estado do Paraná passou por uma crise financeira por causa da geada negra, à qual acabou com toda a plantação de café. Apesar de todas essas dificuldades, nessa mesma época surgiu o cooperativismo (dominado por grandes empresas) e novas culturas (soja e trigo) disseminaram por todo estado, dando início a uma expansão agroindustrial.

A partir de 1980, a pequena cidade de Engenheiro Beltrão foi marcada por uma ascensão significativa, por meio de novas construções em sua infraestrutura urbana, bem como: novas pavimentações asfálticas, drenagem de água pluvial e instalação de água potável (chegada da SANEPAR) não só na área central, mas por toda a cidade. Além dessas obras e de diversas outras construções de prédios públicos, destacam-se também os espaços destinados ao lazer da população, como a Praça das Mães, o ginásio de esportes, a Gruta Nossa Senhora da Rosa Mística e a Casa da Cultura.

Ao final dos anos 2000, diversas leis foram criadas no município, uma delas refere-se à implantação do Plano Diretor, um instrumento importantíssimo e fundamental para o desenvolvimento e expansão das cidades, em prol de toda população. E, ainda nessa mesma época, foi instalada a primeira ATI, a fim de promover a saúde e bem-estar da população idosa, e, também, a construção do primeiro loteamento, dando início a expansão da malha urbana de Engenheiro Beltrão.

A partir de 2010, novos outros loteamentos foram construídos no município, tanto na área urbana quanto na área rural como o condomínio de pesca e lazer, a construção de importantes obras, tais como: Museu Histórico Municipal e a do novo prédio do Fórum, além de revitalizações nas praças centrais (Aldevino Santiago e Dr. Francisco Beltrão) e no parque do lago, que não foi possível encontrar as datas de suas construções e inaugurações.

Com base nas observações da autora desta pesquisa como profissional de engenharia e moradora neste município, que é o objeto desta pesquisa, desde 2011, relata que a cidade passou por um período de estagnação, pois, na qual não se via obras de melhorias nas pavimentações, nem reformas nos prédios públicos e tão pouco manutenção nas praças e no parque do lago. A cidade ficou abandonada por quase 10 anos, por consequência das más administrações públicas seguidas.

No entanto, foi a partir dos anos 2021 que a estética da cidade mudou, para isso foram revitalizadas diversas áreas que estavam abandonadas já algum tempo como: a rodoviária, o ginásio de esportes, o estádio municipal, o hospital Santa Casa de Misericórdia, o salão da terceira idade, o prédio da prefeitura municipal, os pontos de ônibus, dentre outros. Sem contar

ainda com diversas obras e reformas de pavimentação asfáltica por toda a cidade, instalação de lixeiras e jardins nas praças e canteiros centrais.

Em sumo, todas essas obras e revitalizações citadas foram realizadas na nova gestão municipal, iniciada em 2021, dessa forma houve uma mudança em toda a estética da cidade. Foram quatros anos de muito trabalho no município, pois não se tinha melhoria da cidade já alguns anos. Mediante isso, a autora ressalta que não está comprometida, não é afiliada e nem defende nenhum partido político, apenas reconhece todo o esforço e dedicação da nova gestão. No entanto, ainda há muita coisa a ser feita e organizada no município, mas se as novas gestões continuarem caminhando dessa forma, o município terá um futuro promissor.

Em relação as duas praças centrais analisadas, percebeu-se que ambas estão em bom estado de conservação e manutenção, conseqüentemente são bem frequentadas pelos moradores da cidade. O que falta são apenas pequenos detalhes, como a instalação de câmeras de segurança, contratação de um vigilante noturno e quem sabe disponibilizar internet gratuita.

Já o parque do lago, precisa urgentemente de uma revitalização em toda sua infraestrutura, pois o mesmo se encontra hoje inapropriado para uso e visitação. No entanto, o que não se pode permitir é que um espaço tão amplo e bem arborizado continue abandonado. É preciso que o poder público municipal elabore um plano de reestruturação para esse local o quanto antes, bem como a criação de diversas atividades para que todos os moradores da cidade possam ter momentos de esporte e lazer, usufruindo de um ambiente limpo, organizado e seguro.

Apesar de Engenheiro Beltrão ser uma cidade de pequeno porte, ainda há muitos locais a serem estudados. Para esta pesquisa, foram feitos apenas três recortes dos principais locais destinados ao lazer do município (praças centrais e o parque do lago), mas ainda, existem muitos outros espaços (não só em relação ao lazer) tanto nos bairros considerados “centro”, quantos nos bairros mais afastados e também nos distritos. Dessa forma, sugere-se que outros pesquisadores regionais dessem continuidade a esses estudos no município de Engenheiro Beltrão, município este que vem crescendo e se desenvolvendo muitos nos últimos anos.

E para aqueles pesquisadores que residem em outras regiões do Paraná e do Brasil, fica aqui a motivação para incentivá-los ao estudo acerca das pequenas cidades (já que há uma carência em estudos desses pequenos núcleos), pois é de extrema importância nos dias de hoje entender o real funcionamento dentro desses locais, levando em consideração os aspectos sociais, econômicos, ambientais e culturais.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Cidade – espaço público? A economia política do consumismo nas e das cidades. **Rev. UFMG**, v. 20, n. 1, 2013, p. 234-247. Disponível em: <https://bit.ly/2PCj9pC>. Acesso em: 10 nov. de 2023.

ALMEIDA, Felipe Mateus de. O conceito de lazer: uma análise crítica. **Revista Novos Rumos Sociológicos**, v. 9, n. 16, 2021, p. 206-229. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/NORUS/article/view/21887>. Acesso em: 02 mar. De 2024.

ANDRADE, Áurea Andrade Viana de. **Poder, estado e capital nos processos des-territorialização no campo na microrregião geográfica de Campo Mourão-PR**. 2013. 310 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/bitstream/1/2907/1/000209737.pdf>. Acesso em: 02 de mai. 2024.

AWAD, Elias. **José Aroldo Gallassini: uma visão compartilhada**. Barueri, São Paulo: Novo Século Editora, 2018.

BACELAR, Winston Kleiber de Almeida. **A pequena cidade nas teias da aldeia global: relações e especialidades sócio-políticas nos municípios de Estrela do Sul, Cascalho Rico e Grupiara – MG**. 2008. 377 f. Tese (Doutorado em geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/15908>. Acesso em: 20 nov. 2023.

BARROS, José D'. **Interdisciplinaridade na história e em outros campos do saber**. Petrópolis: Vozes, 2019.

BELINI, Luzia Marta. O estatuto da interdisciplinaridade: conceito, uso e modalidades. In: PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira; BOVO, Marcos Clair (Org.). **Formação humana: espaços e representações**. 1. ed. Campo Mourão: Fecilcam, 2016, p. 124.

BERNARDELLI, Mara Lúcia Falconi da Hora. **Pequenas cidades na região de Catanduva – SP: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias**. 2004. 347 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/101440/bernardelli_mlfh_dr_prud.pdf?sequence=1. Acesso em: 18 de nov. 2023.

BERTULUCI, Gabriela de Oliveira. **Espaços livres e urbanidade: análise dos aspectos da praça como geradores de qualidade socioespacial urbana**. 2019. 180 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/27450>. Acesso em: 11 nov. 2023.

BORTOLO, Carlos Alexandre de. O espaço público do parque do povo – Presidente Prudente -SP: reflexões geográficas. **GeoAtos**, v. 1, n. 13, 2013, p. 50-65. Disponível em:

<https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/2306>. Acesso em: 14 nov. 2023.

BOVO, Marcos Clair; MACIEL, Fred. In: BOVO, Marcos Clair; MACIEL, Fred (Org.). **Os fios que tecem a teia: interdisciplinaridade, diálogos e pesquisas**. 21. ed. Campo Mourão, PR: Fecilcam, 2020. p. 221.

BOVO, Marcos Clair; MARTINS, Pedro Henrique Bruno. Espaço público e lazer: o retrato dos usuários da área externa do parque do Ingá, Maringá PR, Brasil. **Geo UERJ**, v. 29, n. 2, 2016, p. 325-353. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/19472>. Acesso em: 14 nov. 2023.

BOVO, Marcos Clair; MARTINS, Pedro Henrique Bruno. O espaço público, o lazer e o parque urbano: reflexões teóricas e conceituais. In: BOVO, Marcos Clair; COSTA, Fábio Rodrigues da. (Org.). **Estudos urbanos: conceitos, definições e debates**. Campo Mourão: Unespar/Fecilcam, 2017, p. 149-174. Disponível em: <https://campomourao.unespar.edu.br/editora/documentos/estudos-urbanos.pdf>. Acesso em: 11 de nov. 2023.

BOVO, Marcos Clair; SANTANA, Valéria Barreiro Postali; OLIVEIRA, Michelli Alvares de. Produção do espaço em pequenas cidades: reflexões acerca dos loteamentos urbanos de Peabiru (PR), Brasil. **Caminhos da Geografia**, v. 18, n. 59, 2016, p. 65-83. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/31441/18899>. Acesso em: 03 de jan. 2023.

BRAGA, Milton Liebentritt de Almeida. **Infra-estrutura e projeto urbano**. 2006. 203 f. Tese (Doutorado) – Curso de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16131/tde-19112010-102333/es.php>. Acesso em: 28 nov. 2023

BRASIL. Código Civil (2008). **Código civil brasileiro e legislação correlata**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. 616 f. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70327/C%C3%B3digo%20Civil%2020ed.pdf>. Acesso em: 12 de nov. 2023

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, (2016). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 01 mai. 2024.

BRUGGER, Paula. **O voo da águia: reflexões sobre o método interdisciplinar e meio ambiente**. Curitiba: UFPR, 2006, p. 75-91.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

CARLOS, Ana. Fani Alessandri. Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o “direto à cidade”. **Revista Direito e Práxis**, v. 11, n. 01, 2020, p. 349-369. Disponível: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/3cBsV3Vx7Yvw9SqvcqyVrbc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 11 nov. 2023.

CASTILHO, Felipe Bosco. **Sobre a conspicuidade legibilidade e retrorrefletividade das placas de sinalização viária**. 2009. 115 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Transporte) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2009. Disponível em: https://www.sinaldetransito.com.br/artigos/conspicuidade_de_placas.pdf. Acesso em: 26 dez. 2023.

CARVALHO, Ely Bergo De; NODARI, Eunice Sueli. A percepção na transformação da paisagem: os agricultores no desflorestamento de Engenheiro Beltrão – Paraná, 1948-1970. **História**, v. 26, n. 2, 2007, p. 269-287. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/Scs5BrrZjRNNb8fsKZpvXxq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 04 de jan. 2023.

CARVALHO, Ely Bergo De. **Sombras do passado, projetos de futuro**: as florestas nas memórias dos agricultores de Engenheiro Beltrão – Paraná, 1947-2003. 2004. 174 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/88102>. Acesso em: 02 de jan. 2024.

CHERQUES, Hermano Roberto Thiry. **Saturação em pesquisa qualitativa**: estimativa empírica de dimensionamento. Revista PMKT, n, 2009; p. 20-7. Disponível em: https://revistapmkt.com.br/wp-content/uploads/2009/03/SATURACAO_EM_PESQUISA_QUALITATIVA_ESTIMATIVA_EMPIRICA_DE_DIMENSIONAMENTO.pdf. Acesso em: 01 de mar. 2025.

CORNELI, Vanessa Medeiros; ANGELIS, Bruno Luiz Domingos De; CAXAMBÚ, Marcelo Galeazzi. Aspectos histórico-sociais de pequenas cidades da microrregião de Campo Mourão – PR. **Boletim de Geografia**, v. 32, n. 3, 2015, p. 69-93. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/19625>. Acesso em: 02 de jan. 2024.

Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN). **Sinalização horizontal**. 2. ed. Brasília: DENATRAN, 2007, p. 220. Disponível em: https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/transito/arquivos-senatran/educacao/publicacoes/manual_vol_i_2.pdf. Acesso em: 26 dez. 2023.

CORRÊA, Roberto Lobato. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP**, v. 15, n. 3, 2011, p. 5-12. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74228>. Acesso em: 20 nov. 2023.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995, p.1-16. Disponível em: <https://reverbe.net/cidades/wp-content/uploads/2011/08/Oespaco-urbano.pdf>. Acesso em 10 de nov. 2023.

CORTESE, Tatiana Tucunduva Philippi; COUTINHO, Sonia Viggiani; VASCONCELLOS, Maria da Penha; BUCKERIDGE, Marcos Silveira. Tecnologias e sustentabilidade nas cidades. **Estudos Avançados**, v. 33, n. 97, 2019, p. 137-150. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Wy7NZzpnt3HvTgC3jS7jNcx/?lang=pt>. Acesso em: 23 nov. 2023.

COUTINHO, Severino Alves. Perfil, relações e necessidades: uma breve análise sobre as cidades pequenas. **GeoTextos**, v. 7, n. 1, 2011, p. 83-104. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/5270>. Acesso em: 28 nov. 2023.

DECARLI, Nairane; FERRAREZE FILHO, Paulo. Plano Diretor no Estatuto da Cidade: uma forma de participação social no âmbito da gestão dos interesses públicos. **Senatus**, v. 6, n. 1, 2008, p. 35-43. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/131832/Plano_diretor_estatuto_cidade.pdf?sequence=3&isAllowed=y#:~:text=O%20Plano%20Diretor%20ou%20Plano,administrativ,o%2C%20desejado%20pela%20comunidade%20local. Acesso em: 02 mar. 2024.

ECKER, Vivian Dall'igna. O conceito de praça para a qualidade da paisagem urbana. **Revista Projetar**, v. 5, n. 1, 2020, p. 104-110. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/revprojetar/article/view/19559>. Acesso em: 08 ago. 2024.

ENDLICH, Angela Maria. Pequenas cidades e desenvolvimento local. In: ENDLICH, Angela Maria; ROCHA, Márcio Mendes (Org.). **Pequenas cidades e desenvolvimento local**. 21. ed. Maringá: PGE, 2009, p. 147.

ENDLICH, Angela Maria. Território e morfologia urbana em pequenas cidades: o que revelam? **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, 2011, p. 1-14. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4517/451744820442.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2024.

FAJERSZTAJN, Marilena. **Ruas e avenidas**: contribuição à classificação viária para a cidade de São Paulo. 2012, 197 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Transportes) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro**: efetividade ou ideologia. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade**: história, teoria e pesquisa. 11. ed. Campinas: Papirus, 2003.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade**: história, teoria e pesquisa. 18. ed. Papirus, 1994.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade**: um projeto em parceria. São Paulo: Loyola, 1991.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes; TAVARES, Dirce Encarnacion; GODOY, Herminia Prado. **Interdisciplinaridade na pesquisa científica**. 1. ed. Campinas: Papirus, 2015.

FERNANDES, Pedro Henrique Carnevalli. O urbano brasileiro a partir das pequenas cidades. **Revista Eletrônica Georaguaia**, v. 8, n. 1, 2018, p. 13-31. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/geo/article/view/6981/4579>. Acesso em 7 de out. 2023.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **O paraná e seus municípios**. 19 ed. Maringá: Memória Brasileira, 1996.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Municípios paranaenses: origens e significados de seus nomes**. 21 ed. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

FERREIRA, Jurandyr Pires. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro, 1959.

FIGUEIREDO, Vilma Dominga Monfardini. **Pequenos municípios e pequenas cidades do estado do Rio Grande do Sul: contrastes, perfil do desenvolvimento e de qualidade de vida, 1980-2000**. 2008. 265 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/c72e8b9a-ea29-4416-95b6-3cb9ebb24227/content>. Acesso em: 23 nov. 2023.

FRANÇA, Iara Soares de. Pequenas cidades, problemas urbanos e participação social na perspectiva da população local. **Ateliê Geográfico**, v. 15, n. 1, 2021, p. 218-237. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ateli/article/view/64370>. Acesso em: 08 dez. 2023.

FRANCISCON, Anderson; BOVO, Marcos Clair. Espaço Público: conceitos, dimensões, funções e formas. In: BOVO, Marcos Clair; MACIEL, Fred (Org.). **Os fios que tecem a teia: interdisciplinaridade, diálogos e pesquisas**. Campo Mourão, PR: Fecilcam, 2020. P. 221.

FRANCISCON, Anderson; BOVO, Marcos Clair. O Espaço público na contemporaneidade e no futuro: o utopismo quando aplicado. **Geo UERJ**, n. 39, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/geouerj.2021.45132>. Acesso em: 12 de nov. 2023.

FRANCISCON, Anderson. **Configuração e apropriação dos espaços públicos de Campo Mourão – PR: particularidades e potencialidades**. 2019. 267 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Desenvolvimento) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSED), Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão, 2019. Disponível em: <https://ppgsed.unespar.edu.br/arquivos/dissertacoes-1/resolveuid/79e5895e390f47cca209e416711eb3df>. Acesso em: 28 abr. 2023.

FRANCO, Thaylisa Almeida; POLON, Sandra Aparecida Machado. Importância dos centros de educação infantil e sua função educativa. **Seminário de Pedagogia I**, Unicentro, 2010. Disponível em: https://anais.unicentro.br/seped/2010/pdf/resumo_169.pdf. Acesso em: 02 mar. 2024.

FRESCA, Tania Maria. Redefinição dos papéis das pequenas cidades na rede urbana do norte do Paraná. In: ENDLICH, Angela Maria; ROCHA, Márcio Mendes (Org.). **Pequenas cidades e desenvolvimento local**. 21. ed. Maringá: PGE, 2009, p. 41-68.

FREIRE, Rodrigo Argenton. **Infraestrutura urbana**. Londrina: Educacional S.A, 2017. Disponível em: https://cm-cls-content.s3.amazonaws.com/201701/INTERATIVAS_2_0/INFRAESTRUTURA_URBANA/U1/LIVRO_UNICO.pdf. Acesso em: 08 dez. 2023.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. Tradução Anita Di Marco. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2023.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, 1995, p. 20-29. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 dez. 2023.

GOMES, Dalila Cristina. **Análise das praças centrais de Campo Mourão, Paraná, na configuração urbana**. 2016. 151 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2qM9liE>. Acesso em: 10 de nov. 2023.

GOMES, Filipa Manuela Costa Correia. **Do espaço público tradicional à sua função na cidade contemporânea**. 2010. 78 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Universidade Lusíada de Vila Nova de Famalição, Vila Nova de Famalição, 2010. Disponível em: http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/325/1/mia_filipa_gomes_dissertacao.pdf. Acesso em: 10 nov. 2023.

GOLÇALVES, Fábio Mariz. **Rua, o lugar da vida pública: conceitos, especificidades e desafios**. 2020. 423 f. Tese (Livre-docência) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/477/tde-20072022-100807/publico/LD_Goncalves_FM_2020.pdf. Acesso em: 26 dez. 2023.

GUSMÃO, Paulo Sergio; BOVO, Marcos Clair. Dinâmica do uso e ocupação do solo na pequena cidade de Terra Boa (PR), Brasil. **GEOSUL**, v. 36, n. 80, 2021, p. 225-247. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/73784/47716>. Acesso em: 06 mar. 2024.

GUSMÃO, Paulo Sergio. **Centro e centralidade na produção de espaço urbano da pequena cidade de Terra Boa-PR**. 2019. 173 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Desenvolvimento) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSED), Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão, 2019. Disponível em: <https://ppgsed.unespar.edu.br/menu-principal/dissertacoes-1/resolveuid/e15b0b47b81946d6af7119c657baad92>. Acesso em: 28 abr. 2023.

HAHN, Fábio André. Interdisciplinaridade: possibilidades de leitura para um jovem pesquisador. In: HAHN, Fábio André; MEZZOMO, Frank; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira (Org.). **Interdisciplinaridade: perspectivas e desafios**. Guarapuava: Unicentro, 2020.

HÜTHER, Márcia Cristina. **Infra-estrutura urbana em bairros residenciais no sul do Brasil**. 2006. 95 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006. Disponível em: <http://tede.upf.br/jspui/handle/tede/1179>. Acesso em: 08 dez. 2023

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/engenheiro-beltrao/panorama>. Acesso em: 06 set. 2023.

INDOVINA, Francesco. O Espaço público: tópicos sobre a sua mudança. **Revista Cidades**, n. 5, 2002, p. 119-123. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/cct/article/view/9168/6615>. Acesso em: 13 nov. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil**, 2022. Disponível: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102011.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Paraná**, 2010. Disponível: https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/resultados/tabelas_pdf/total_populacao_parana.pdf. Acesso em: 25 jun. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Paraná**, 2022. Disponível: https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2022/Previa_da_Populacao/PR_POP2022.pdf. Acesso em: 25 jun. 2023.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno estatístico município de Engenheiro Beltrão**. 2023. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=87270>. Acesso em: 30 jun. 2023.

IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Infraestrutura econômica no Brasil**: diagnósticos e perspectivas para 2025, v.1, 2010, p. 587. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3210>. Acesso em: 28 nov. 2023.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida nas Grandes Cidades**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 510. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3843818/course/section/923498/JACOBS-Jane-1961-Morte-e-Vida-de-Grandes-Cidades%20%281%29.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2023.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. 1. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 9. ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 2017.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

Lei nº 1.414, de 30 de abril de 2007. Plano Diretor, Engenheiro Beltrão, 30 abr. 2007. Disponível em: <https://portaldosmunicipios.pr.gov.br/municipio/91/documento/3809>. Acesso em: 24 fev. 2024

Lei nº 1.416, de 30 de abril de 2007. Uso e Ocupação do Solo, Engenheiro Beltrão, 30 abr. 2007. Disponível em: <https://portaldosmunicipios.pr.gov.br/municipio/91/documento/3812>. Acesso em: 24 fev. 2024

Lei nº 1.418, de 30 de abril de 2007. Parcelamento do Solo, Engenheiro Beltrão, 30 abr. 2007. Disponível em: <https://portal dosmunicipios.pr.gov.br/municipio/91/documento/3811>. Acesso em: 24 fev. 2024

Lei nº 1.421, de 30 de abril de 2007. Acessibilidade, Engenheiro Beltrão, 30 abr. 2007. Disponível em: <https://portal dosmunicipios.pr.gov.br/municipio/91/documento/3816>. Acesso em: 24 fev. 2024

Lei nº 1.537, de 30 de setembro de 2008. Lei do Parcelamento do Solo, Engenheiro Beltrão, 30 abr. 2007. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/lei%201537_2008%20loteamento%20urbano.pdf. Acesso em: 22 fev. 2024.

Lei nº 1.671, de 24 de janeiro de 2011. Lei do Parcelamento do Solo, Engenheiro Beltrão, 24 jan. 2011. Disponível em: <https://portal dosmunicipios.pr.gov.br/municipio/91/documento/3840>. Acesso em: 22 fev. 2024.

Lei nº 1.673, de 24 de janeiro de 2011. Lei do Parcelamento do Solo, Engenheiro Beltrão, 24 jan. 2011. Disponível em: <https://portal dosmunicipios.pr.gov.br/municipio/91/documento/3841>. Acesso em: 22 fev. 2024.

Lei nº 1.730, de 14 de dezembro de 2011. Lei do Parcelamento do Solo, Engenheiro Beltrão, 14 dez. 2011. Disponível em: <https://portal dosmunicipios.pr.gov.br/municipio/91/documento/3843>. Acesso em: 22 fev. 2024.

Lei nº 1.798, de 20 de junho de 2013. Lei do Parcelamento do Solo, Engenheiro Beltrão, 14 dez. 2011. Disponível em: <https://portal dosmunicipios.pr.gov.br/download/public/arquivos/documentos/91/2018/10/16/lzxLaM9tcB6rM7n7kqPsmrbQRGobQcMyfQEEs78q.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2024.

Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências, Brasília, 19 dez. 1979. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6766compilado.htm#:~:text=%C2%A7%201o%20Considera%2Dse,ou%20amplia%C3%A7%C3%A3o%20das%20vias%20existentes. Acesso em: 06 mar. 2024.

Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade, Brasília, 10 jul. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 22 nov. 2023.

Lei Orgânica nº 1, de 05 de abril de 1990. Engenheiro Beltrão, 05 abril. 1990. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-engenheiro-beltrao-pr>. Acesso em: 26 dez. 2023.

LOPES, Herton Castiglioni. A inovação no Brasil a partir dos anos 2000: um alerta a partir da teoria neoschumpeteriana. **Revista Economia e Tecnologia (RET)**, v. 10, n. 4, 2014, p. 51-

60. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/ret/article/download/35153/25126>. Acesso em: 02 mar. 2024.

KALIL, Ramadan. **Redes de infra-estrutura urbana: gestão de programas e projetos na cidade de Passo Fundo de 2005 a 2007**. 2008. 185 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia, Faculdade de Engenharia e Arquitetura, Universidade de Passo fundo, Passo Fundo, 2008. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=153166. Acesso em: 28 nov. 2023.

MAIA, Doralice Sátyro; MOURA FILHA, Maria Berthilde. A rua e a cidade: múltiplos olhares. In: MAIA, Doralice Sátyro; MOURA FILHA, Maria Berthilde; MARTINS, Paula Dieb (Org.). **A rua e a cidade: múltiplos olhares**. João Pessoa: Editora UFPB, 2020, p. 278.

MANFIO, Vanessa. A cidade e os equipamentos urbanos: uma análise sobre Nova Pala/RS. **InterEspaço**, v. 1, n. 2, 2015, p. 137-151. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/interespaco/article/view/4035>. Acesso em: 07 dez. 2023.

MANFIO, Vanessa; BENADUCE, Gilda Maria Cabral. A produção do espaço da pequena cidade de Nova Palma (RS, Brasil). **COLÓQUIO**, v. 16, n. 1, 2019, P. 189-203. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/1206>. Acesso em 20 nov. 2023

MANOEL, Bianca Corrêa Lessa; SILVA, Renato da; OLIVEIRA, Rosane Cristina de. Ciência, conhecimento e paradigma: uma reflexão sobre a produção científica na atualidade. **Almanaque Multidisciplinar de Pesquisa**. v. 1, n.1, 2017, p 177-191. Disponível em: <https://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/amp/article/view/4558>. Acesso em: 20 de mai. 2023.

MARTINS, Bruna Morante Lacerda. **Águas das (Re)existências: lugar e memória das balsas no rio Ivaí – Paraná**. 2020. 181 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2020. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/6346>. Acesso em: 10 de fev. 2024.

MASCARÓ, Juan Luis (Org.). **Infra-estrutura urbana para o século XXI**. 1. ed. Porto Alegre: Masquatro, 2016.

MELO, Mariana Inocência Oliveira. **Parques urbanos, a natureza na cidade: práticas de lazer e turismo cidadão**. 2013. 204 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade de Brasília, 2013. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/14302>. Acesso em 08 ago. 2024.

MELO, Nágela Aparecida. **Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO): análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas**. 2008. 513 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/15906>. Acesso em: 20 nov. 2023.

MICHEL, Patrícia Dalla Lana. **Avaliação e planejamento em redes de infraestrutura urbana integradas em cidades pequenas**. 2012. 158 f. Dissertação (Mestrado em

Engenharia) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia, Faculdade de Engenharia e Arquitetura, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2012. Disponível em: https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UPF-1_c6e2083c6de9d2f77c6dcdb08cd4fab1. Acesso em: 28 nov. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Disciplinaridade, interdisciplinaridade e complexidade. **Revista Emancipação**, v. 10, n. 02, 2010, p. 435-442. Disponível em: <https://www.sumarios.org/artigo/disciplinaridade-interdisciplinaridade-e-complexidade>. Acesso em: 20 de mai. 2023.

MORAES, Anselmo Fábio de; GOUDARD, Beatriz; OLIVEIRA, Roberto de. Reflexões sobre cidade, seus equipamentos urbanos e a influência destes na qualidade de vida da população. **INTERthesis**, v. 5, n. 2, 2008, p. 93-103. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5175645>. Acesso em: 28 nov. 2023.

MORAES, Denise Rosana da Silva; MUNIZ, Claudia Maria Serino Lacerda; POLTRONIERI, Francielli Rubia. A interdisciplinaridade na sociedade midiaticizada: uma dicotomia imperativo-problema nos estudos sobre cultura. **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis**, v. 14, n. 02, 2017, p. 01-18. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2017v14n2p1/34017>. Acesso em: 05 mai. 2023.

MOREIRA, Albert. **Cidades inteligentes: guia prático para gestores público, consultores independentes e cidadãos conscientes**. Curitiba: CRV, 2021. p. 250.
MORIN, Edgar. Epistemologia da Complexidade. In: SCHNITMAN, Fried D. (Org.). **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 1996, p. 294.

MOUDON, Anne Vernez. Morfologia urbana como um campo interdisciplinar emergente. **Revista de Morfologia Urbana**, v. 3, n. 1, 2015, p. 41-49. Disponível em: <https://revistademorfologiaurbana.org/index.php/rmu/article/view/16/15>. Acesso em: 11 mai. 2024.

MOURA, Rosa. Qual o papel dos pequenos municípios na escala local do desenvolvimento? In: ENDLICH, Angela Maria; ROCHA, Márcio Mendes (Org.). **Pequenas cidades e desenvolvimento local**. 21. ed. Maringá: PGE, 2009, p. 15-40.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; MUSSI, Leila Maria Prates Teixeira; ASSUNÇÃO, Emerson Tadeu Cotrim; NUNES, Claudio Pinto. Pesquisa quantitativa e/ou qualitativa: distanciamentos, aproximações e possibilidades. **SUSTINERE**, v. 7, n. 2, 2019, p. 414-430. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/8ac9/f5d8fbd44ab24a31ab2ceaaede3143feee19.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2023.

NARCISO, Carla Alexandra Filipe. Espaço público: ação política e práticas de apropriação. Conceito e procedências. **UERJ**, n. 2, 2009, p. 265-291. Disponível em: <http://www.revistspsi.uerj.br/v9n2/artigos/pdf/v9n2a02.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2023.

NEVES, Karina Fernanda Travagim Viturino. **Relação cidade-campo: Estudo da produção do conhecimento na ciência geográfica brasileira a partir dos Anais brasileiros encontros nacionais de Geografia Agrária**. 2010. 299 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) –

Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/19943/1/KARINA%20NEVES.pdf>. Acesso em 06 mai. 2024.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira De. **Metodologia científica**: um manual para a realização de pesquisas em administração. Catalão: UFG, 2011, p. 71. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf. Acesso em: 22 dez. 2023.

OLIVEIRA, Talita Moreira de; AMARAL, Lívio. Institucionalização da interdisciplinaridade em uma agência governamental de fomento e sua percepção na comunidade acadêmica. In: PHILIPPI JR, Arlindo; FERNANDES, Valdir; PACHECO, Roberto C.S. (Org.). **Ensino, pesquisa e inovação**: desenvolvendo a interdisciplinaridade. 1. ed. Barueri: Manole, 2017.

PAIXÃO, Maria José Pimentel da; AIALA, Carla Patrícia Marrafon. Planejamento urbano: importância do zoneamento. **ConGea**, Instituto Brasileiro de Estudos Ambientais e de Saneamento, Salvador, 2013. Disponível em: <https://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2013/IV-012.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2024

PAUL, Patrick. Pensamento complexo e interdisciplinaridade: abertura para mudança de paradigma? In: PHILLIPI JR, Arlindo; SILVA NETO, Antônio J. (Org.). **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação**. 1. ed. Barueri-SP: Manole, 2011. p. 229-259.

PEREIRA, Janaina Silva Rossi; PAROLIN, Mauro; PAROLIN, Eloisa Silva de Paula; VILLWOCK, Fernando Henrique. Mudanças socioambientais no município de Engenheiro Beltrão, Parana com base na história de vida e documentos de época. Campo Mourão: **Fecilcam**, 2019, p. 169. Disponível em: <https://campomourao.unespar.edu.br/editora/obras-digitais/mudancas-socioambientais-no-municipio-de-engenheiro-beltrao-2013parana-com-base-na-historia-de-vida-e-documentos-de-epoca>. Acesso em: 22 dez. 2023.

PEREIRA, Joaquim Pereira. **História de Engenheiro Beltrão**. Campo Mourão: Gráfica Mourão, 2017.

PHILIPPI JR, Arlindo; FERNANDES, Valdir. Ciência, inovação e ética: tecendo redes e conexões para a sustentabilidade. In: ANDREOLI, Cleverson Vitório; TORRES, Patrícia Lupi (Org.). **Ciência e tecnologia à luz da interdisciplinaridade**. Curitiba: SENAR AR-PR, 2021. p. 1000. Disponível em: <https://sistemafaep.org.br/wp-content/uploads/2021/06/GR.0039-Ci%C3%Aancia-Inova%C3%A7%C3%A3o-e-%C3%89tica-%E2%80%93-Sustentabilidade-Livro-t%C3%A9cnico.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2023.

PHILIPPI JR, Arlindo; FERNANDES, Valdir; PACHECO, Roberto C.S. Interdisciplinaridade e institucionalização: reciprocidade e alteridade. In: PHILIPPI JR, Arlindo; FERNANDES, Valdir; PACHECO, Roberto C.S. (Org.). **Ensino, pesquisa e inovação**: desenvolvendo a interdisciplinaridade. 1. ed. Barueri: Manole, 2017.

PIRES, Marília Freitas de Campos. O materialismo histórico-dialético e a educação. **Interface-comunicação, saúde, educação**, v. 1, 1997, p. 83-94. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/RCh4LmpxDzXrLk6wfr4dmSD>. Acesso em: 18 de dez. 2023.

POMBO, Olga. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. **Liinc em Revista**, v. 1, n. 1, 2005, p. 3-15. Disponível em: <<https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3082>>. Acesso em: 08 mai. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO BELTRÃO. **História**. Disponível em: <https://www.engenheirobeltrao.pr.gov.br/portal/servicos/1001/historia/>. Acesso em: 02 de jan. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO BELTRÃO. **Símbolos e hino**. Disponível em: <https://www.engenheirobeltrao.pr.gov.br/portal/servicos/1003/simbolos-e-hino/>. Acesso em: 03 de jan. 2023.

RECH, Adir Ubaldo; GULLO, Maria Carolina; SCUR, Luciana. **Plano diretor inteligente: pressuposto para cidades inteligentes**. Caxias do Sul: Educs, 2019. p. 129.

RÉ, Tatiane Monteiro. **A pequena cidade e a praça: memória e funcionalidade do espaço público**. 2017. 129 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Desenvolvimento) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSED), Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão, 2017.

SALDANHA, Flávia Cristina Bassan. **A segregação socioespacial da cidade refletida na infraestrutura urbana: análise da urbanização do município da Barra dos Coqueiros/SE**. 2019. 253 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: https://ppgau.ufba.br/sites/ppgau.ufba.br/files/flavia_saldanha.pdf. Acesso em: 28 nov. 2023.

SALDANHA, Nelson. O jardim e a praça: ensaio sobre o lado “privado” e o lado “público” da vida social e histórica. **Ciência & Trópico**, v. 11, 1983, p. 105-121. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/326/216>. Acesso em: 09 mar. 2024.

SANTOS, Cintia da Penha; PORTO, Flávia. O surgimento das academias da terceira idade, no Brasil. **CIEH - VIII Congresso Internacional de Envelhecimento Humano**, 2021. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/cieh/2021/TRABALHO_EV160_MD1_SA108_ID_2919_15102021204155.pdf. Acesso em: 06 mar. 2024.

SANTOS, Filipa Catarina Antunes dos. **Características físicas e sociais do espaço público: nove casos de estudo sobre as vivências urbanas no centro histórico de Lisboa**. 2008. 138f. Dissertação (Arquitetura) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2008. Disponível em: <https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/395137854861/Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2023.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 6. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Silvana Sidney Costa; HAMMERSCHMIDT, Karina Silveira de Almeida. A complexidade e a religação de saberes interdisciplinares: contribuição do pensamento de Edgar Morin. **Reben**, 2012, p. 561-565. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/reben/a/rpStZdRWWXPCpQsHhVMYJ9c/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 dez. 2023.

SEIXAS, Márcia Valéria Aguiar Carraro; BOVO, Marcos Clair. Espaço Público: conceitos, dimensões, funções e formas. In: BOVO, Marcos Clair; MACIEL, Fred (Org.). **Os fios que tecem a teia: interdisciplinaridade, diálogos e pesquisas**. Campo Mourão, PR: Fecilcam, 2020, p. 221.

SILVA, Paulo Fernando Jurado; BERNARDELLI, Mara Lúcia Falconi da Hora. Formação socioespacial e cidades pequenas: um segmento da rede urbana na porção meridional de Mato Grosso do Sul. **GEOUSP**, v. 23, n. 1, 2019, p. 163-181. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/137104>. Acesso em: 22 nov. 2023.

SOARES, Danieli Dias Rangel. **Performances artístico-fotográficas e sentidos de história em Engenheiro Beltrão – PR**. 2023. 49 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Pública, Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão, 2023. Disponível em: <https://ppghp.unespar.edu.br/editais/trabalhos-de-conclusao/dissertacoes/turma-2020-2022/dissertacao-ppghp-danieli-dias.pdf>. Acesso em: 10 de fev. 2024.

SOBARZO, Oscar. Espaço Público. A produção do espaço público: da dominação à apropriação. **GEOUSP**, n. 19, 2006, p. 187–201. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/73992>. Acesso em: 11 de nov. 2023

SOUZA, André Félix de. Os espaços públicos nas cidades contemporâneas: uma (re)visão. **Geografares**, n. 26, 2018, p. 182-213. Disponível em: <https://doi.org/10.7147/GEO26.21005>. Acesso em 13 nov. 2023

SOUZA, Adslane Pereira de. **Análise da qualidade ambiental urbana em praças públicas através da percepção dos seus usuários: o caso da Praça Dois de Julho – Campo Grande Salvado, Bahia**. 2009. 143 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental Urbana, Escola Politécnica, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: https://ppec.ufba.br/files/2009_ADSLANE_PEREIRA_menor.pdf. Acesso em: 11 de nov. 2023.

SOUZA, Jeane de Oliveira. **Morfologia urbana: um estudo sobre a pequena localidade de Jussara–(PR)**. 2022. 135 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá. 2022. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/6737>. Acesso em: 11 mai. 2024

SPOSITO, Eliseu Savério; SILVA, Paulo Fernando Jurado. **Cidades pequenas: perspectivas teóricas e transformações socioespaciais**. Jundiaí: Paço, 2013, p. 148.

TAVARES, Dirce Encarnacion. A Interdisciplinaridade na contemporaneidade – qual o sentido? In: FAZENDA, Ivani (Org). **O que é interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2008.

TRINDADE, Diamantino Fernandes. Interdisciplinaridade: um novo olhar sobre as ciências. In: FAZENDA, Ivani (Org). **O que é interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2013.

VOSGUERITCHIAN, Andrea Bazarian. **Infraestrutura e projetos de regeneração urbana**. 2015. 431 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Planejamento Urbano e Regional, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-29022016-160455/en.php>. Acesso em: 28 nov. 2023.

WALDMAN, Helio; DALPIAN, Gustavo Martini. A universidade e a construção da interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JR, Arlindo; FERNANDES, Valdir; PACHECO, Roberto C.S. (Org.). **Ensino, pesquisa e inovação**: desenvolvendo a interdisciplinaridade. 1. ed. Barueri: Manole, 2017.

YOKOO, Edson Noriyuki. **A dinâmica das frentes de ocupação territorial na Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense**. 2013. 218 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá 2013. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/2867>. Acesso em: 02 mai. 2024.

ZMITROWICZ, Witold; ANGELIS NETO, Generoso De. **Infra-estrutura urbana**. Texto Técnico nº 17 - Escola Politécnica da USP, Departamento de Engenharia de Construção Civil, Universidade de São Paulo, São Paulo 1997. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5075720/mod_resource/content/1/TT_00027%20Revest%20Hor_notas%20de%20aula.pdf. Acesso em: 11 set. 2023.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Questionário

1) Gênero:

- a) ☐ Feminino
- b) ☐ Masculino
- c) ☐ Outro: _____.

2) Faixa Etária:

- a) ☐ 18 a 28 anos
- b) ☐ 29 a 39 anos
- c) ☐ 40 a 50 anos
- d) ☐ 51 a 60 anos
- e) ☐ Acima de 60 anos.

3) Em sua opinião como você avalia a infraestrutura (bancos, calçamentos, arborização, jardinagem, iluminação, dentre outros) das praças centrais de Engenheiro Beltrão?

- a) ☐ ótima;
- b) ☐ boa;
- c) ☐ regular;
- d) ☐ ruim;
- e) ☐ péssima.

4) Em sua opinião como você avalia a infraestrutura (bancos, calçamentos, arborização, iluminação, dentre outros) do parque do lago de Engenheiro Beltrão?

- a) ☐ ótima;
- b) ☐ boa;
- c) ☐ regular;
- d) ☐ ruim;
- e) ☐ péssima.

5) Você costuma frequentar as áreas de lazer como as praças centrais e o parque do lago do município de Engenheiro Beltrão?

- a) ☐ Sim, apenas as praças centrais;
- b) ☐ Sim, apenas o parque do lago;
- c) ☐ Sim, as praças centrais e o Parque do Lago;
- d) ☐ Não costumo frequentar esses locais.

6) O que faz você frequentar esses lugares?

- a) ☐ Espaço limpo, organizado, bem estruturado e seguro;
- b) ☐ Falta de outras opções;
- c) ☐ Não frequento;
- d) ☐ Outro: _____.

7) O que você gostaria que a prefeitura municipal oferecesse nesses locais para melhorar o lazer de seus moradores:

- a) ☐ melhorar a iluminação pública, por meio da utilização lâmpadas de LED, com intuito gerar mais economia ao município;
- b) ☐ internet gratuita;
- c) ☐ espaços mais arborizados e jardinagem;
- d) ☐ melhores infraestruturas (bancos, calçamentos, lixeiras, dentre outros);
- e) ☐ outro: _____.

8) Quais os tipos de atividades que você gostaria que a prefeitura municipal oferecesse aos moradores nas praças centrais e no parque do lago?

Comente: _____
_____.